



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Superintendência Regional de Administração no Estado da Bahia
Divisão de Recursos Logísticos
Serviço de Suprimentos

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO/SRA/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2023

(Processo Administrativo nº 11046.101334/2022-11)

Torna-se público que a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado da Bahia, por meio da Divisão de Recursos Logísticos, sediada na Av. Jequitaitaia, Ed. Sede ME/BA, 8º andar, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA **do tipo menor preço**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA **com critério de julgamento menor preço**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço global* nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 16/10/2023

Horário: 10:00 hrs (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br - O maior site de compras públicas do Brasil — Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br)

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar instalações e adequações, conforme Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP) aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Bahia, nas dependências da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia (PFN/BA). A empresa fornecerá os materiais, equipamentos, mão de obra, bem como todos os insumos exigidos para o atendimento ao projeto. Contempla também a instalação e ou reparo dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), da PFN/BA - Rua Araújo Pinho. Canela - Salvador/BA. CEP: 40.110.150, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por Preço Global.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 171524

Elemento de Despesa: 339039

PI: PGSERVD2000

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.5. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.6. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.6.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.7. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.8. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.8.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.8.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.8.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.8.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.8.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.8.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.8.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras

contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido

contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ **aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.24.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:
- 8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.
- 8.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;
- 8.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
- 8.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
- 8.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- 8.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
- 8.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.
- 8.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;
- 8.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.
- 8.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;
- 8.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.
- 8.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- 8.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;
- 8.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- 8.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.
- 8.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

- 8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
- 8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;
 - 8.4.4. Apresentar, na composição de seus preços:
 - 8.4.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;
 - 8.4.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
 - 8.4.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
 - 8.4.5. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.
- 8.6. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 8.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.
- 8.8. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 8.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes
- 8.9. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.9.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das

alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. **O licitante deverá apresentar Atestado de Vistoria, Anexo IV deste Edital, devidamente assinado por servidor da SRA/BA.**

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste

Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.9. Habilitação jurídica:

9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.9.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.9.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.10.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.11. Qualificação Econômico-Financeira:

9.11.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.11.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.11.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.11.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.11.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes

da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.12. **Qualificação Técnica:**

9.12.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade; Prova de registro da interessada e do(s) seu(s) responsável (is) técnico(s) junto ao Conselho profissional competente(CREA), da jurisdição da Sede da interessada, que deverá estar visado pelo CREA/BA no momento da contratação;

9.12.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. Comprovação de possuir em seu quadro técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais detentores de Certidão de Acervo Técnico (CAT) e das correspondentes Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), acompanhados dos respectivos Atestados de Capacidade Técnica (profissionais), fornecidos por Órgão de Administração Pública ou entidade privada, que comprovem a capacidade para a execução de serviços de características semelhantes ao objeto desse certame, quais sejam: o Engenheiro civil, com atestado de execução de: a) Execução de Sistema de detecção e alarme de incêndio com pelo menos 185 dispositivos, b) execução de instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico dotados de bombas para acionamento e sistema de hidrantes com no mínimo 4.947,30 m²;

9.12.3. Não será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

9.12.4. Os profissionais indicados pela interessada, detentores de atestados de responsabilidade técnica exigidos no item 9.12.2, serão obrigatoriamente os responsáveis técnicos pela execução do serviço, respondendo perante a SRA/BA, por todos os atos da empresa, só se admitindo a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE e apresente novas CATs, com respectivos Atestados e ART.

9.12.5. O vínculo dos profissionais, acima especificados, com a empresa interessada, deverá ser comprovado de modo inequívoco, mediante um dos documentos: - Sócio: contrato social devidamente registrado no órgão competente. - Diretor: contrato social, no caso de firma individual ou limitada, ou cópia de ata de eleição publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima. - Empregado: cópia da carteira do trabalho e previdência social ou contrato de trabalho em vigor. - Profissional contratado: contrato de prestação de serviços regidos pela legislação civil comum, com prazo de vigência que abranja todo o período de duração da contratação.

9.12.6. Apresentar Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), acompanhados dos respectivos Atestados de Capacidade Técnica (operacional), fornecidos por Órgão de Administração Pública ou entidade privada, que comprovem a capacidade para a execução de serviços de características semelhantes ao objeto desse certame, quais: a) Execução de Sistema de detecção e alarme de incêndio com pelo menos 185 dispositivos, b) execução de instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico dotados de bombas para acionamento com no mínimo 4.947,30 m²;

9.12.7. Não poderá haver a somatória de atestados para cumprimento das exigências de capacidade

técnica operacional e profissional, contudo pelo menos um dos atestados deve conter pelo menos 50 % das quantidades exigidas.

9.12.8. Caso a Administração entenda necessário, a empresa deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados fornecidos, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à respectiva contratação, bem como o endereço atual da CONTRATANTE

9.12.9. Não serão aceitos atestados de elaboração de projetos e/ou fiscalização.

9.12.10. Não será aceito o atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica integrante do mesmo grupo comercial ou industrial do Proponente ou por consórcio integrado pelo mesmo;

9.12.11. Não será aceito atestado de qualificação técnica emitido por pessoa física;

9.12.12. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.12.13. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.12.14. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

9.12.15. Deverá (ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional, ou da(s) certidão (ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e pessoa jurídica e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável (is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

9.12.16. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

9.12.17. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

9.12.18. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.12.19. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.12.20. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

9.12.21. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

- 9.13. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:
- 9.13.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;
- 9.13.2. apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;
- 9.13.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;
- 9.13.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, com o acréscimo de 30%, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;
- 9.13.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;
- 9.13.5. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- 9.13.6. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;
- 9.13.7. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e
- 9.13.8. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.
- 9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por

solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

- 20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro.ba.samf@economia.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no preâmbulo deste Edital.
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. .
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação
- 21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que

não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço pregoeiro.ba.samf@economia.gov.br, nos dias úteis, no horário das 08:30 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. Apêndices do Anexo I:

- Memorial Descritivo de Segurança;
- Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (Planta de Localização);
- Planilha de Composição de BDI;
- Estudos Preliminares;

22.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

22.12.3. ANEXO III – Modelo de Atestado de Vistoria;

22.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;

22.12.5. ANEXO V - Modelo de Relatório Técnico de Acompanhamento de Prestação de Serviços.

Salvador/BA, 29 de setembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente
ETEVALDO INÁCIO OLIVEIRA CARNEIRO

Superintendente Regional de Administração do Ministério da do MGI na Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Etevaldo Inácio Oliveira Carneiro, Superintendente**, em 29/09/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36898241** e o código CRC **5B396347**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Comuns de engenharia
Atualização: Fevereiro/2022

Referência: Processo nº 11046.101334/2022-11.

SEI nº 36898241



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Superintendência Regional de Administração no Estado da Bahia
Divisão de Recursos Logísticos
Serviço de Suprimentos

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2023
(Processo Administrativo nº 11046.101334/2022-11)

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar instalações e adequações, conforme Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP) aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Bahia. A empresa fornecerá os materiais, equipamentos, mão de obra, bem como todos os insumos exigidos para o atendimento ao projeto. Contempla também a instalação e ou reparo dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia - PFN/BA - Rua Araújo Pinho. Canela - Salvador/BA CEP: 40.110.150, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

DESCRIÇÃO/
ESPECIFICAÇÃO

Valor Máximo
Contratual. Já
incluso BDI

Serviços de engenharia, para realizar reforma de instalações e adequações nas dependências da PFN/BA, conforme Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP) aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Bahia. Contemplar também a instalação e ou reparo dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia - PFN/BA - Rua Araújo Pinho. Canela - Salvador/BA. CEP: 40.110.150.

R\$ 427.834,78

1.2. Os serviços contidos em cada demanda **serão definidos e quantificados pela Contratante**, por meio de Ordem de Serviço, conforme o programa de necessidades e cronograma específicos;

1.3. Nos preços propostos deverão estar computados todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, uniformes, equipamentos de proteção individual e quaisquer outras despesas não mencionadas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, com exceção dos insumos que, a seu critério, sejam fornecidos diretamente pela Contratante, para atender à execução dos serviços realizados pela equipe disponibilizada no item 1.

1.4. O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 427.834,78 (quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos)**; inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

1.5. Para a contratação dos serviços deverá ser registrado o Fator de Acréscimo a ser aplicado sobre os preços da Tabela SINAPI/BA/ORSE, a partir das seguintes considerações:

1.6. **Os preços contratados, serão aqueles resultantes da aplicação da taxa de desconto ofertada (D) sobre os preços medianos das tabelas SINAPI/BA/ORSE ou qualquer tabela oficial que apresente menor preço para administração (Ps) previamente acrescidos das respectivas taxas de BDI estimadas pela SRA/BA (BDI), conforme fórmula a seguir:**

$$\bullet \text{ Pci} = \text{Psi} (1 + \text{BDI}/100) \times (1 - \text{D}/100)$$

Onde:

Pci – Preço contratado para o serviço ou insumo “i” especificado na Tabela SINAPI/BA/ORSE, em reais (R\$);

Psi - Preço mediano para o serviço ou insumo “i”, da Tabela SINAPI/BA/ORSE, em reais (R\$);

BDI – Taxa de Bonificações e Despesas Indiretas, estimada pela SRA/BA, conforme Quadro I, em percentual (%);

D – Desconto ofertado no pregão pela CONTRATADA, em percentual (%).

1.6.1. A licitante deverá encaminhar, após a fase de aceitação do pregão, quadro informativo com a composição do BDI realmente adotado pela empresa, que não poderá ser superior ao estimado pela SRA/BA;

1.6.2. Caso o BDI adotado pela CONTRATADA seja inferior àquele estimado pela SRA/BA, para fins de registro no contrato, o desconto real incidente sobre os preços medianos dos serviços e insumos da tabela SINAPI/BA/ORSE, previamente acrescido do respectivo BDI da empresa, será calculado pela fórmula seguinte, que considera a manutenção dos preços contratados:

$$D' = [1 - (1 + \text{BDI}/100) \times (1 - \text{D}/100) / (1 + (\text{BDI}'/100))] \times 100$$

Onde:

D – Desconto ofertado no pregão, pela CONTRATADA, em percentual (%);

D' – Desconto real incidente sobre os preços da tabela SINAPI/BA/ORSE, previamente acrescidos do BDI da empresa, em percentual (%);

BDI – Taxa de Bonificações e Despesas Indiretas, estimada, conforme Quadro I, em percentual (%);

BDI' – Taxa de Bonificações e Despesas Indiretas, adotada pela CONTRATADA, em percentual (%).

1.6.2.1. Será apurado o Fator de Acréscimo (F), a ser aplicado diretamente sobre os preços medianos das tabelas SINAPI/BA/ORSE de serviços e de insumos, para a determinação dos preços unitários pactuados, conforme fórmula a seguir:

$$F = (1 + BDI/100) \times (1 - D/100) \text{ ou } (1 + BDI'/100) \times (1 - D'/100)$$

1.6.3. Caso os SINAPI/BA/ORSE sejam substituídos pelo Governo Federal por outra referência oficial de custos e preços da construção civil, o novo sistema sucederá os SINAPI/BA/ORSE automaticamente neste CONTRATO.

1.7. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.8. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.9. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**

1.10. O contrato tem a vigência contratual de 12 meses, sendo prorrogável, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme cronograma estabelecido.

1.11. O prazo de execução é de 120 (cento e vinte) dias.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O contrato celebrado com a adjudicatária terá vigência inicial de 12 meses, e obedecerá ao modelo constante do edital.

5.1.2. Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidos as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8.666/1993, e estejam devidamente formalizados.

5.1.3. O contrato tem a vigência contratual de 12 meses, sendo prorrogável, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme cronograma estabelecido.

5.1.4. A licitação será na modalidade pregão eletrônico e o critério de julgamento das propostas

será o de menor preço global dos serviços.

5.1.5. Trata-se de contratação de serviço comum de engenharia, serviço este por escopo que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art.57 da Lei nº 8.666, de 1993, e com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais no mercado, portanto o objeto é comum nos termos do parágrafo, do art. 1º da Lei 10.520, de 2002 e possui natureza não continuada.

5.1.6. Não há a necessidade da contratada de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas. Por se tratar-se de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, o objeto se enquadra como serviço comum.

5.1.7. Principais Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- Lei 8666/93: Licitações.
- Lei nº 10.520/2002: Pregão.
- IN SEGES/MP nº 05/2017 – MP, de maio 2017 – Diretrizes do procedimento de contratação de serviços da Administração Pública Federal.
- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Serão observados os critérios de sustentabilidade de acordo com o Decreto 7.746/12, Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

6.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2.

6.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

6.4. Nos termos da Instrução Normativa STLI/MPOG nº1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental;

6.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).

6.6. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT,

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **deverá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (71) 3254-5170/5128.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. **A realização da vistoria é obrigatória e a não apresentação do Atestado de Vistoria, devidamente assinado por servidor da PFN/BA, ensejará na desclassificação do certame licitatório.**

7.5. CONTRATADA terá acesso as plantas do projeto, e antes de enviar sua proposta orçamentária, deverá realizar visita técnica, previamente agendada, para avaliação do empreendimento e suas instalações já existentes, de forma a compor sua melhor proposta contemplando todos os itens necessários atentando-se as conformidades com o MEMORIAL DESCRITIVO.

Os interessados devem comparecer ao endereço da obra, para visita técnica de inspeção, avaliação e conhecimento das áreas local onde os serviços serão executados, poderá agendar com antecedência

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. As características dos serviços, fornecimento e instalações de materiais e testes necessários para a execução do objeto encontram-se no Memorial Descritivo, Plantas e Planilhas.

8.2. A CONTRATADA terá acesso as plantas do projeto, e antes de enviar sua proposta orçamentária, deverá realizar visita técnica, previamente agendada, para avaliação do empreendimento e suas instalações já existentes, de forma a compor sua melhor proposta contemplando todos os itens necessários atentando-se as conformidades com o MEMORIAL DESCRITIVO.

8.3. As indicações acaso sucintas neste projeto e nas especificações ora fornecidas não poderão constituir pretexto para o contratado alegar redução de desempenho e/ou modificações de escopo. Considerar-se-á o contratado como especialista nos serviços e instalações e, por conseguinte, deverá ter computado e considerado, também, as complementações, providências técnicas e acessórios desobrigados de detalhamento no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações indicadas.

8.4. A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar reforma de instalações e adequações nas dependências da PFN/BA, conforme Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP), Contempla também a instalação e ou reparo dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia - PFN/BA - Rua Araújo Pinho. Canela - Salvador/Ba. CEP 40.110.150, para que a PFN/BA - possa obter o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) emitido pelo CBMBA.

8.5. Para que a contratação produza os efeitos pretendidos pela administração, serão necessárias as seguintes realizações:

- Fornecimento e Instalação das bombas de alimentação dos hidrantes;
- Instalação das placas de sinalização e rota de fuga;
- Instalação das luminárias de emergência;
- Substituição dos detectores, acionadores e central de alarme;
- Instalação do hidrante e recalque;
- Escavação manual em solos concretados para instalações do hidrante de recalque e fechamentos de concretos sólidos;
- Substituição das mangueiras de incêndio;
- Substituição dos extintores de Incêndio;
- Demarcação de sinalização de piso;
- Remoção e substituição das portas corta fogo;
- Teste hidráulico do sistema de hidrantes;
- Solicitação da vistoria para liberação do AVCB;
- Emissão de relatório fotográfico antes e depois;
- Emissão de ART
- Limpeza das áreas trabalhadas e
- Acompanhamento do teste da linha junto ao fornecedor das bombas.
- Serviços de usinagens, soldagens, impermeabilizações e pintura de tubulações;
- Perfurações de paredes e lajes para passagens de tubulações;
- Tratamentos de tubulações subterrâneos para proteções corrosivas;
- Confeccções, pintura e fixação de suportes;
- Instalações de tubulações aéreas;
- Instalações de caixas de hidrantes;
- Instalação do hidrante de recalque;
- Lançamento de cabos para sistema de alarmes;
- Instalações de sirene e botoeiras;
- Instalações de detectores de fumaça;
- Fixações de placas de sinalizações;
- Instalações de extintores e demarcações de solo;
- Instalação da e programação da central de alarme;

Gestão de serviço –taxas administrativas e custos imprevisíveis tributação-encargos e mão de obra especializada (funcionários):

1. Encanador caldeireiro,
2. Encanador,
3. Técnico automação,
4. Eletricista,
5. Almoxarife /ajudante/ encarregado de obra,
6. Engenheiro civil,
7. Engenheiro eletricista,
8. Ajudantes,
9. Encarregado

8.6. Local da prestação dos serviços:

8.6.1. Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia - PFN/BA - Rua Araujo Pinho . Canela - Salvador/Ba. CEP: 40.110.150

8.7. Todas as unidades de medidas e dimensões apresentadas servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA realizar todas as medições necessárias para a realização dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

8.8. O fornecimento de materiais e a execução dos serviços serão de acordo com as demandas dos órgãos e deverá seguir, obrigatoriamente, as especificações dos materiais constantes no Termo de Referência.

8.9. Os serviços a serem executados obedecerão rigorosamente às normas e códigos vigentes e aplicáveis aos serviços em pauta, sendo que as especificações da ABNT (principalmente a NBR 9050:2015)

serão consideradas como elemento base para definição.

8.10. Também serão observadas, no que couber, as seguintes Recomendações, Normas, Decretos e Leis:

- A Norma ABNT: NBR 7678(Segurança na execução de obras e serviços de construção);
- Memorial Descritivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico
- As Prescrições e recomendações do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBMB
- As Normas internacionais consagradas, na falta das Normas da ABNT;
- Recomendações do “Manual de Obras Públicas –Edificações –Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Manual de Metodologias e Conceitos e Cadernos Técnicos de cada serviço divulgado amplamente pela Caixa Econômica Federal, através do sistema SINAPI;

8.11. Os serviços serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, porém, a critério do órgão, a execução pode ser deslocada para outros horários (noturno ou dias não úteis), caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos do órgão, o que não implicará em qualquer custo adicional para o órgão.

8.12. A Contratada deverá respeitar os horários definidos em reunião inicial com a Contratante para a execução dos serviços.

8.13. A CONTRATADA deverá manter as áreas de serviço devidamente limpas e em ordem durante o andamento dos serviços. No prédio, as sobras de materiais inúteis deverão ser adequadamente acondicionadas (caixas, sacos, outros), e semanalmente, deverão ser removidas para áreas externas ao prédio, em locais permitidos pela legislação municipal (bota-fora, caçambas, outros), não sendo admitido qualquer tipo de armazenamento fora das frentes de serviço.

8.14. Uma vez finalizados os serviços, a CONTRATADA removerá as sobras de materiais inúteis para locais permitidos pela legislação municipal (bota-fora, caçambas, outros), e procederá à remoção de todo o equipamento que lhe pertencer e deixará o local completamente limpo e desimpedido de elementos que foram usados na execução dos serviços.

8.15. Todo entulho deverá ser removido semanalmente para áreas externas ao prédio, em locais permitidos pela legislação municipal (bota-fora, caçambas, outros), não sendo admitido qualquer tipo de armazenamento de entulho fora das frentes de serviço.

8.16. No prédio, o entulho deverá ser adequadamente acondicionado (caixas, sacos, outros).

8.17. Será de responsabilidade da CONTRATADA, o transporte dos materiais utilizados.

8.18. Será de responsabilidade da CONTRATADA, qualquer dano causado no patrimônio do órgão gerenciador e dos órgãos participantes.

8.19. Todos os remanejamentos que se fizerem necessários, ficarão por conta da CONTRATADA, transporte de materiais usados e limpeza da área em geral

8.20. Todas as unidades de medidas e dimensões apresentadas neste termo de referência servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA em proceder todas as medições necessárias para a realização dos serviços.

8.21. No valor proposto deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, bem como as demais despesas indispensáveis à realização dos serviços.

8.22. O prazo para execução dos serviços, incluindo fornecimento e instalação de todos os materiais, será de 365 (Trezentos e Sessenta e cinco) dias corridos, a partir da Assinatura do Contrato.

8.23. Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidos as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8.666/1993, e estejam devidamente formalizados.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, **nas quantidades estimadas** e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.2.

DESCRIÇÃO	Unid Medida	Quantidade
DETECÇÃO E ALARMES		
Central de alarme de incêndio KE250-Dual permitindo trabalhar com 1 laço Classe B de 250 endereços ou 2 laços Classe B de 125 endereços cada, marca ILUMAC OU SIMILAR	Un	1
Detector de fumaça óptico endereçável, modelo SDO-E, marca ILUMAC ou similar	Un	152
Detector de temperatura termovelocimétrico endereçável, modelo TDV-E, marca ILUMAC ou similar	Un	5
Acionador manual (botoeira) "aperte aqui", p/instal. incendio - endereçável, modelo AMF-E, marca ILUMAC ou similar	Un	19
Sirene áudiovisual endereçavel, 96db, para alarme de incêndio, modelo SAVQ-E, marca ILUMAC ou similar	Un	19
Cabo blindado para alarme e detecção de incêncio 3 x 1,5mm2	m	885,04
SINALIZAÇÃO		
Placa de sinalizacao, fotoluminescente, 30x30 cm, em pvc , com logotipo "Abrigo de mangueira e hidrante"- Placa E7	Un	16
Placa de sinalizacao, fotoluminescente, em pvc , com logotipo "Cuidado risco de choque elétrico"- Placa E5	Un	45
Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *12 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (símbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	Un	2
EXTINTOR E ACESSORIOS		
extintor de incêndio portátil com carga de água pressurizada de 10 l, classe a - fornecimento e instalação. af_10/2020_p	Un	2
extintor de incêndio portátil com carga de co2 de 6 kg, classe bc - fornecimento e instalação. af_10/2020_p	Un	8
extintor de incêndio portátil com carga de pqs de 6 kg, classe bc - fornecimento e instalação. af_10/2020_p	Un	4
Extintor de pó químico ABC, capacidade 6 kg, alcance médio do jato 5m , tempo de descarga 12s, NBR9443, 9444, 10721	Un	30
extintor carreta po quimico seco 50 kg bc	Un	1
suporte de piso para extintor de incendio	Un	44
pintura acrilica em piso cimentado duas demaos	M²	45

SUBSTITUIÇÃO DE PORTAS CORTA FOGO

Fornecimento e instalação de porta corta-fogo para saída de emergência Dim.:100x210x5cm, conforme ABNT NBR 11742P, classe P-90, incl. marco, 3 pares de dobradiças c/mola, barra anti-panico, pintura esmalte sintetico cor vermelha	Un	8
porta corta fogo aco 1 fl.0,90x2,10m-barra panico/pint.oleo	Un	7
	Un	

ADEQUAÇÃO DE PORTAS CORTA FOGO

demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	M²	4,9
emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em panos cegos de fachada (sem presença de vãos), espessura de 35 mm. af_08/2022	M²	0,9
remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento af_12/2017	M²	25

REMOÇÃO DE ACESSORIOS

remoção de acionador manual sem reaproveitamento	Un	19
remoção de sirene sem reaproveitamento	Un	19
remoção de central de detecção e alarme sem reaproveitamento	Un	1
remoção de detector sem reaproveitamento	Un	155

ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

luminária de emergência, com 30 lâmpadas led de 2 w, sem reator - fornecimento e instalação. af_02/2020	Un	46
senalizacao-luminaria saida de emergencia led dupla face	Un	65
remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	Un	109

HIDRANTE DE RECALQUE

cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. af_12/2015	M	500
Hidrante de recalque incluindo caixa em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0.40 x 0.60 x 0.35m, com tampa em ferro fundido 0,40 x 0,60 e fundo com brita	Un	1
tubo de aço galvanizado com costura, classe média, conexão ranhurada, dn 65 (2 1/2"), instalado em prumadas - fornecimento e instalação. af_10/2020	M	24
tê, em ferro galvanizado, conexão rosqueada, dn 65 (2 1/2"), instalado em rede de alimentação para hidrante - fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	1
demolição de alvenaria para qualquer tipo de bloco, de forma mecanizada, sem reaproveitamento. af_12/2017	M³	1,2
recomposição de pavimento em piso intertravado sextavado, com reaproveitamento dos blocos sextavado, para o fechamento de valas - incluso retirada e colocação do material. af_12/2020	M²	3,2

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOMBAS PARA HIDRANTES

Conjunto moto-bomba Schneider, motor 5 cv, trifásico, centrifuga, sucção 2 1/2", recalque 2 1/2" (ou similar)	Un	2
registro de gaveta bruto, latão, roscável, 3" - fornecimento e instalação. af_08/2021	Un	7
válvula de retenção horizontal, de bronze, roscável, 3" -fornecimento e instalação. af_08/2021	Un	3
junta de expansao genebre epdm flangeada 150lbs 2 1/2"	Un	4
Fornecimento e instalação de pressostato 0 a 10 kgf/cm2	Un	2
Manômetro 0 a 10 Kgf/cm2, d=100mm, conexão 1/2" BSP - fornecimento e instalação	Un	2
niple, em ferro galvanizado, conexão rosqueada, dn 80 (3"), instalado em rede de alimentação para sprinkler -fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	12
joelho 90 graus, em ferro galvanizado, conexão rosqueada, dn 80 (3"), instalado em rede de alimentação para hidrante -fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	12
luva, em ferro galvanizado, dn 80 (3"), conexão rosqueada, instalado em prumadas - fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	6
Tanque de pressão capacidade 20 lt (p/incendio)	Un	1
tubo de aço galvanizado com costura, classe média, conexão ranhurada, dn 80 (3"), instalado em prumadas - fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	12
tubo de aço galvanizado com costura, classe média, conexão ranhurada, dn 65 (2 1/2"), instalado em prumadas - fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	6
Quadro de comando para 3 bombas de incendio, sendo de 2 de até 10 cv e 01 bomba Jôquei 3cv, trifásica, 220 volts com chave seletora, acionamento manual /automático, quadro 1,50x1,00x0,30m, barramento de cobre, (ver desc complementar) - Fornecimento	Un	1
base concreto para apoio de bombas h=10cm	M²	1,5
chave conexao incendio latao stoc 1.1/2"x2.1/2"	Un	8
cabo de cobre flexível isolado, 10 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. af_12/2015	M	100

PESSOAL E DOCUMENTOS

luva de redução, em ferro galvanizado, 3" x 2 1/2", conexão rosqueada, instalado em prumadas - fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	4
kit cavalete para medição de água - entrada principal, em aço galvanizado dn 32 (1 1/4") – fornecimento e instalação (exclusive hidrômetro). af_11/2016	Un	1
conjunto de mangueira para combate a incêndio em fibra de poliester pura, com 1.1/2", revestida internamente, comprimento de 15m - fornecimento e instalação. af_10/2020	Un	16
Fornecimento e instalação de adaptador storz para engate rápido 2 1/2" x 2 1/2" com tampão e corrente (incêndio)	Un	8
Esguicho jato regulavel de 1 1/2", para combate a incendio - Rev. 01	Un	8
encarregado geral de obras com encargos complementares	Mês	1,5
ART'S	Un	1
Mão de obra de engenheiro médio	h	60

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO IMÓVEL

10.1.1. As atuais dependências apresentam as características gerais abaixo descritas. Todavia, tais características são meramente orientativas.

10.1.2. Trata-se de imóvel próprio, com 6 (seis) pavimentos, compreendendo o subsolo, o pavimento térreo, do 1º ao 6º pavimentos, assim como o telhado e as partes externas, perfazendo uma área construída de 4.949,31 m²PFN/BA

PFN/BA

QUADRO DE ÁREAS

LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)
SUB	783,16
TÉRREO	479,55
1º PAVIMENTO	463,28
2º PAVIMENTO	463,28
3º PAVIMENTO	463,28
4º PAVIMENTO	463,28
5º PAVIMENTO	463,28
6º PAVIMENTO	463,28
COBERTURA	450,07
CASA DE MÁQUINAS	454,84
ÁREA TOTAL	4.947,30

10.2. **DAS PARTES CIVIS** De maneira geral, os materiais e acabamentos existentes no imóvel são os seguintes:

10.2.1. A estrutura do telhado é de madeira e as telhas de fibrocimento (amianto), onduladas, de 2,40x1,10m;

10.2.2. As esquadrias das fachadas são de perfis de alumínio (cor preta) e vidro;

10.2.3. As alvenarias externas são revestidas de cerâmica (fundo) e mármore nas laterais (frente);

10.2.4. O acabamento dos pisos dos halls dos pavimentos são: subsolo (granitina), térreo e do 2º ao 5º (cerâmico), e 1º (granito);

10.2.5. As paredes internas das áreas comuns e de serviço são de alvenaria, emassadas e pintadas com tinta PVA látex; as dos banheiros e copas são revestidas de azulejo e fórmica;

10.2.6. Os batentes, guarnições e portas/divisórias (eucatex) existentes são pintadas em esmalte sintético nas cores gelo e vermelho.

10.3. DO SISTEMA ELÉTRICO

10.3.1. Quadros Gerais:

10.3.1.1. QGBT Subestação do Edifício Chave Geral 500A;

10.3.1.2. QGBT da rede estabilizada 110 V Chave Geral 350A.

10.3.2. Quadros Parciais:

10.3.2.1. QFL (subsolo), 15 disjuntores parciais de iluminação e tomada 220V, com 4 disjuntores, de 10A, sendo 8 de 15A, 1 de 20A, 1 de 30A e 1 de 40A;

10.3.2.2. QFL (térreo), disjuntor geral de 70A e 19 disjuntores parciais, sendo 8 de 15A, 2 de 10A, 4 de

20A, 2 de 25A, e 3 de 40A;

10.3.2.3. QFL (térreo – DAU), disjuntor geral de 40A e 23 disjuntores parciais, sendo 16 de 16A, e 7 de 20A;

10.3.2.4. QFL (1º andar), disjuntor geral de 20A e 14 disjuntores parciais de 20A;

10.3.2.5. QFL (2º andar), disjuntor geral de 80A e 28 disjuntores parciais, sendo 21 de 15A, 6 de 20A, e 1 de 25A;

10.3.2.6. QFL (3º andar), disjuntor geral de 70A e 29 disjuntores parciais, sendo 23 de 15A, 5 de 20A, e 1 de 25A;

10.3.2.7. QFL (4º andar), disjuntor geral de 80A e 23 disjuntores parciais, sendo 3 de 32A, 18 de 20A, e 2 de 25A;

10.3.2.8. QFL (5º andar), disjuntor geral de 100A e 28 disjuntores parciais, sendo 2 de 10A, 2 de 15A, 20 de 20A, 1 de 25A, 2 de 30A, 1 de 40A;

10.3.2.9. QFL (6º andar), disjuntor geral de 100A e 22 disjuntores parciais, sendo 11 de 15A, 5 de 20A, 1 de 10A, 1 de 30A, 2 de 40A, 1 de 60A, e 1 de 25A.

10.3.2.10. QF de Ar Condicionado (2º andar), disjuntor geral de 80A e 10 disjuntores parciais, sendo 5 de 10A, 5 de 16A;

10.3.2.11. QF de Ar Condicionado (terraço), disjuntor geral de 500A e 6 disjuntores parciais, sendo 3 de 75A, 2 de 80A, e 1 de 160A;

10.3.2.12. Grupo Gerador de Emergência: Grupo gerador motor a diesel de 150 KVA: 01 unidade.

10.3.2.13. Tomadas de Energia (aproximado): Tomada rede estabilizada 110 V: 240 unidades;

10.3.2.14. Luminárias (aproximado):

10.3.2.14.1. 1 x 32 W: 16 unidades;

10.3.2.14.2. 2 x 32 W: 248 unidades;

10.3.2.14.3. 2 x 16 W: 4 unidades;

10.3.2.14.4. 4 x 16 W: 1.516 unidades;

10.3.2.14.5. 1 x 16 W: 176 unidades;

10.3.2.15. Emergência: 33 unidades;

10.3.2.16. Incandescente luz piloto: 01 unidade;

10.3.2.17. Eletrônica compacta 20 W: 66 unidades.

10.4. DO SISTEMA HIDROSSANITÁRIO

10.4.0.1. Vaso sanitário: 33 unidades;

10.4.0.2. Mictório: 20 unidades;

10.4.0.3. Válvula de descarga: 33 unidades;

10.4.0.4. Torneiras: 47 unidades;

10.4.0.5. Bomba de água potável: 02 unidades;

10.4.0.6. Lavatório tipo cuba: 47 unidades;

10.4.0.7. Ducha higiênica: 04 unidades;

10.4.0.8. Caixa d'água superior: 03 unidades;

10.4.0.9. Caixa d'água inferior: 02 unidades;

10.4.0.10. Sifão registro para mictório 2": 20 unidades;

10.5. DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIO

- 10.5.0.1. Caixa de hidrante com 2 x 15 m de mangueira: 10 unidades;
- 10.5.0.2. Sirene: 18 unidades;
- 10.5.0.3. Botão acionador marca sinal: 18 unidades;
- 10.5.0.4. Extintores CO2 com 6 kg.:5 unidades;
- 10.5.0.5. Extintor de água 10L: 20 unidades;
- 10.5.0.6. Extintores pó químico com 4 kg.: 20 unidades;
- 10.5.0.7. Luminárias de emergência: 30 unidades;
- 10.5.0.8. Porta corta fogo: 14 unidades;
- 10.5.0.9. Iluminação de saída de emergência: 26 unidades;
- 10.5.0.10. Quadro geral painel de distribuição: 01 unidade.

10.6. **DO SISTEMA DA REDE LÓGICA**

- 10.6.0.1. Pontos lógicos de rede de dados: 170 unidades (aproximado);
- 10.6.0.2. Fibra óptica: 6 cabos de 6 vias;
- 10.6.0.3. Salas com rack: 6 (seis) salas.

10.7. **DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO**

- 10.7.0.1. Ar-condicionado tipo Split de 9.000 BTU s: 06 unidades;
- 10.7.0.2. Ar-condicionado tipo Split de 12.000 BTU s: 08 unidades;
- 10.7.0.3. Ar-condicionado tipo Split de 18.000 BTU s: 14 unidades;
- 10.7.0.4. Ar-condicionado tipo Split de 24.000 BTU s: 01 unidade;
- 10.7.0.5. Ar-condicionado tipo Split de 30.000 BTU s: 03 unidades;
- 10.7.0.6. Ar-condicionado tipo Split de 36.000 BTU s: 05 unidades;
- 10.7.0.7. Ar-condicionado tipo Split de 60.000 BTU s: 01 unidade;
- 10.7.0.8. Ar-condicionado de janela de 18.000 BTU s: 01 unidade;
- 10.7.0.9. Ar-condicionado de janela de 21.000 BTU s: 03 unidades.
- 10.7.0.10. Sistema VRF SET-FREE R410A, tipo Multi Split, marca HITACHI: 06 unidades condensadoras sendo 2 do modelo RAS18FSN5B de 18HP, 2 do modelo RAS20FSN5B de 20HP, 1 do modelo RAS16FSN51 de 16HP, e 1 modelo RAS32FSN5B de 32HP; e 73 unidades evaporadoras.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Pagar todas as taxas ou emolumentos, previstos em lei, para solicitação de AVCB, alvarás ou licenças, necessários a conclusão dos serviços objeto deste contrato, sem a aplicação do BDI;
- 11.12. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 11.12.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 11.12.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 11.12.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 11.12.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 11.12.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 11.12.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 11.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Apresentar Cronograma Físico Financeiro em até 02 dias úteis após assinatura do contrato, para análise da CONTRATANTE que o devolverá com comentários em até 05 (cinco) dias úteis com as recomendações necessárias;

- 12.3. Fornecer, por sua conta, os materiais, insumos/suprimentos, mão de obra, matéria prima, ferramentas, máquinas, equipamentos, inclusive de EPI, transporte, carga, descarga e aplicação, seguro, fretes, taxas, e tudo que for aplicável aos objetos propostos, de qualquer natureza, direta ou indireta, que se faça indispensável à sua perfeita execução da obra;
- 12.4. Executar os serviços que compõem o objeto deste Contrato, no tocante às questões de segurança e saúde no trabalho, em absoluta conformidade com Portarias e Normas Regulamentadoras (NR) estabelecidas pelo Ministério da Economia e pela Secretaria Federal de Trabalho, ciente de que qualquer autuação do CONTRATANTE neste sentido, implicará dedução do valor da penalidade ao valor a ser por si recebido, sem prejuízo de penalidade contratual que poderá ser aplicada cumulativamente;
- 12.5. Responsabilizar-se por todos os projetos complementares necessários à realização dos trabalhos – e consequente execução dos serviços resultantes destes projetos – ficarão a cargo da CONTRATADA submetendo-os a aprovação da SRA/BA;
- 12.6. Possibilitar ao CONTRATANTE a fiscalização da execução do objeto contratado, o que não diminui ou substitui a responsabilidade da CONTRATADA decorrente das obrigações aqui assumidas;
- 12.7. Responsabilizar-se exclusivamente por todos os ônus referentes à mão de obra de execução de serviços;
- 12.8. Registrar, sem ônus para o CONTRATANTE, o(s) profissional(is) responsável(eis) pela execução dos serviços junto ao respectivo conselho de Registro Profissional (CREA), como também a(s) Anotação(es) de Responsabilidade Técnica (ART), na forma do disposto da legislação. Na ART deverá constar o(s) nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s) e do(s) engenheiro(s) encarregado(s) da coordenação direta dos serviços;
- 12.9. Enviar ao CONTRATANTE, comprovação do registro do serviço no CREA/BA em até 10(dez) dias corridos após a assinatura deste Contrato, ficando o pagamento dos serviços condicionado, também, à comprovação do pagamento do registro dos serviços no respectivo Conselho a) Em se tratando de pessoa jurídica e/ou profissional registrado em outro Estado, enviar a comprovação do visto no CREA/BA ou CAU/BA, de acordo com o art. 58 da lei 5.194 de 24/12/1966, no mesmo prazo previsto no inciso XII.;
- 12.10. A mudança de responsabilidade técnica dos serviços será previamente submetida, por escrito, ao CONTRATANTE, para aprovação e deverá ter, no mínimo, qualificação técnica equivalente ou superior a do substituído, comprovada através de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo respectivo Registro no Conselho Regional da Categoria Profissional, as despesas de emissão de nova ART correrão por conta da CONTRATADA;
- 12.11. Apresentar ao fiscal(is) do contrato, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, e sempre que houver alteração, a relação nominal com os dados pessoais (nome completo, filiação, data de nascimento, RG, CPF) dos profissionais que executarão os serviços, bem como o registro desses empregados, cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) específico para função, como condição para realizar os serviços;
- 12.12. Ao enviar a Nota Fiscal correspondente a 1ª (primeira) medição, apresentar ao Fiscal(is) do Contrato, PGR (Plano de Gerenciamento de Risco) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional);
- 12.13. Manter, em seu quadro, profissional de formação acadêmica que o qualifique, inclusive junto ao CREA ou CAU, com atualizado e regular registro no Conselho profissional respectivo, para atuar como responsável técnico pelo serviço contratado, o qual deverá se fazer presente EM UM TURNO, 2-x (vezes) POR SEMANA no local, conforme a programação de serviços a serem executados, deverá manter atualizado o Relatório Diário de Obras e comparecer às reuniões ou visitas técnicas, sempre que convocado para tal, pelo CONTRATANTE;
- 12.14. Apresentar ao fiscal(is) do Contrato em até 10 (dez) dias corridos, após a assinatura deste Contrato, Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil e de Riscos de Engenharia, para todo o período de execução dos serviços, inclusive respondendo pelo que exceder à cobertura dada pela Seguradora, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer obrigação decorrente de riscos da espécie;

- 12.15. Disponibilizar sempre que solicitado, pela CONTRATANTE, Comprovante de Treinamento para atividades conforme Normas Regulamentadoras (NR 10, NR11, NR12, NR18 e NR 35 entre outras), Comprovante de Treinamento de Integração, Fichas de Recibo de EPI'S dos funcionários e seus respectivos Certificados de Aprovação e outros conforme necessidade;
- 12.16. Responsabilizar-se por qualquer dano que vier a acontecer durante o período do contrato, como consequência dos serviços;
- 12.17. Realizar a retirada do resíduo de construção e demolição (RDC – entulho) e bota-fora, deverá ser previamente ensacada, em dias e horários predefinidos junto com a Administração da Unidade e a Fiscalização, para posterior retirada, com uso do(s) elevador(es) de serviço, em horários a serem agendados previamente;
- 12.18. Informar e programar com a Fiscalização os dias e os horários dos trabalhos, inclusive fornecendo a listagem (incluindo nome e identificação civil) do pessoal lotado nos serviços – para controle de acesso;
- 12.19. Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de circulação e de execução dos serviços, procedendo à limpeza fina completa em toda a área dos serviços; cabe também entregar os locais da intervenção, depois de concluídos os serviços, em perfeito estado de conservação, inclusive a limpeza de todos os vidros e limpeza fina do piso e dos banheiros de modo a entregar a área do sexto pavimento em condições de uso;
- 12.20. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições de trabalho e de fatores que possam afetá-lo, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior, de desconhecimento dessas condições;
- 12.21. Responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos e materiais, bem como a guarda e a manutenção dos mesmos;
- 12.22. Fornecer nota fiscal na forma prevista neste Instrumento, para viabilizar o adequado pagamento, com atenção dos encargos tributários aplicáveis;
- 12.23. Solucionar todos os eventuais problemas atinentes à prestação de serviços a que se obrigou neste contrato, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, desde que correlacionados ao objeto;
- 12.24. Proteger as passagens indicadas ao acesso de pedestres e providenciar a sinalização e isolamento da área objetivando o disciplinamento da circulação de pessoas e material durante o período da prestação dos serviços e a segurança dos usuários da unidade, clientes e todo pessoal envolvido com os serviços, bem como as instalações físicas da edificação;
- 12.25. Arcar, desde o início dos serviços por sua conta e risco exclusivos, independentemente de caso fortuito ou força maior, as consequências de: a) Sua negligência, imperícia ou imprudência; b) Falta de solidez nos trabalhos, encontrada mesmo após o término do Contrato; c) Imperfeição ou insegurança das instalações; d) Infrações relativas ao direito de propriedade industrial; e) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos usados na execução dos serviços; f) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros; g) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, nos serviços ou em decorrência dele;
- 12.26. Informar ao CONTRATANTE sempre que houver alteração de endereço comercial, telefone, e-mail e/ou site;
- 12.27. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 12.28. A CONTRATADA deverá solicitar a emissão, junto ao Corpo de Bombeiros, do AVCB, em até 07 (sete) dias corridos, após o Recebimento Provisório, ressalvando que todas as despesas meramente administrativas (v.g. despachantes e autenticações) para execução desses procedimentos são por conta da CONTRATADA;
- 12.29. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 12.30. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.31. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.32. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.33. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MI n. 5/2017;
- 12.34. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.35. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.36. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.37. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.38. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.39. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.40. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.41. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.42. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.43. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.44. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.45. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em

lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.47. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.48. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.49. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.50. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.50.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.50.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.51. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

12.52. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

12.53. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.54. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.55. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

12.56. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.57. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

12.58. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.59. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.60. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.61. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

- 12.62. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 12.63. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.64. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 12.65. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.66. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 12.67. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 12.67.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 12.67.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 12.67.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 12.67.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 12.68. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.68.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 12.68.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 12.68.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 12.68.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 12.68.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 12.68.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.68.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 12.68.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 12.69. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 12.69.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 12.69.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 12.69.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 12.70. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.71. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 12.72. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);
- 12.73. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou

omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.74. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em

razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V-B da IN SEGES/MF IN 05/2017, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Tabela I.

16.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Tabela 1

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

INDICATIVO**QUALIDADE NO GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS E LOGÍSTICA.**

Finalidade	Garantir a conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto contratual nas condições especificadas na licitação.
Meta a cumprir	100% do atendimento dos itens descritos no presente indicador
Forma de aferição	Fiscalização e verificação do cumprimento dos Itens selecionados
Critérios de avaliação	Pontuação conforme apuração na tabela de itens descritos abaixo

Itens	DESCRIÇÃO	Pontos
1	Deixar de fornecer os materiais e equipamentos essenciais para prestação do serviço previstos no Termo de Referência.	10
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço	10
3	Alocar funcionário sem a devida comprovação da qualificação para execução dos serviços; por ocorrência.	6
4	Destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	3
5	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, sem justificativa; por ocorrência.	7
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência;	10
7	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência	6
8	Deixar de fornecer, mensalmente, quaisquer dos documentos exigidos pela fiscalização. Por ocorrência	10
9	Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas no período previsto no Contrato.	10
10	Permitir empregado assumir posto de trabalho descaracterizado quanto a uniformes e equipamentos, por empregado.	10
11	Deixar de cumprir as normas de segurança e higiene previstas em contrato.	10
12	Não realizar a cobertura em até 02 hs de funcionários faltantes ou em afastamentos legais, por ocorrência.	10
13	Executar os serviços em DESacordo com as rotinas/especificações previstas em contrato	10

será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.4.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

17.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.2.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá

conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

17.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

17.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

17.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 90 (noventa) dias.

17.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.4.1. o prazo de validade;
- 18.4.2. a data da emissão;
- 18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.4.5. o valor a pagar; e
- 18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017 será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \times \left(\frac{6}{100} \right)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12. Será considerada extinta a garantia:

- 20.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.5. cometer fraude fiscal;
- 21.1.6. não mantiver a proposta.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 21.2.2. **Multa de:**
- 21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 21.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 21.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 21.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão :
- 22.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e

Agronomia –CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo –CAU.

22.3.2. Deverá (ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional, ou da(s) certidão (ões) expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e pessoa jurídica e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável (is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU; especificações técnicas dos serviços, os quantitativos executados e mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT);;

22.3.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.3.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.5. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

22.3.6. execução de obra ou reforma de sistema de prevenção e combate a incêndio em edificação pública ou privada, que contemple os seguintes sistemas:

- Sistema de detecção e alarme;
- Sistema de hidrantes; -
- Sistema de proteção contra Descargas atmosféricas – SPDA

22.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica, conforme citado no item 21.3.5.

22.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

22.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/201

22.8. Os critérios de aceitabilidade de preços serão;

22.8.1. **Valor Global: R\$ 427.834,78 (quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos).**

22.9. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

22.10. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.11. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20. O valor máximo aceitável para a contratação será de **R\$ 427.834,78 (quatrocentos e vinte e sete mil oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos).**

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

24.1.1. Programa de Trabalho: 171524

24.1.2. Elemento de Despesa: 339039

24.1.3. Plano Interno: PGSERVD2000

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Memorial Descritivo de Segurança;
- Anexo II – Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (Planta de Localização);
- Anexo III – Estudos Preliminares;
- Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).

Salvador/BA, 29 de setembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

Railton Lopes dos Santos

Chefe da DRL/SRA/BA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para pregão – Serviços comuns de engenharia
Atualização: Setembro/2021

Referência: Processo nº 11046.101334/2022-11.

SEI nº 37641782

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

**MEMORIAL DESCRITIVO DE SEGURANÇA
CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO**

SALVADOR- BA

NOVEMBRO de 2019

BASE LEGAL

Está condicionado a lei 12.929 de 27 de dezembro de 2013 que dispõe sobre a Segurança Contra Incêndio e Pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, o Decreto Nº 16.302, de 27 de Agosto de 2015 do Estado da Bahia, Instruções Técnica – IT do Corpo de Bombeiros do Estado, as Normas Regulamentadoras NR 20, NR 23 e NR 26 da Portaria 3.214 de 08 de Junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, as Normas Registradas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

1- DA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO:

a. Classificação da edificação:

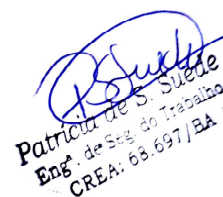
a.1 - Quanto a ocupação: D1 – Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios. (Ver Tabela 1 do Decreto 16.302/15 em anexo com a classificação em destaque)

a.2 - Quanto a altura: Tipo - V/ Denominação – Edificação, estrutura e área de risco Mediamente Alta (Ver Tabela 2 do Decreto 16.302/15 em anexo com classificação em destaque).

a.3 - Quanto a carga de incêndio: Risco médio, entre 300MJ/m² e 1200MJ/m²(Ver Tabela 3 do Decreto 16.302/15 em anexo com classificação em destaque)

b. Projetista: Patricia de Sousa Suede - CREA-BA Nº 68697

c. Endereço: Rua Araújo Pinho,09,Canela,Salvador-Bahia



d.Quadro de áreas:

QUADRO DE ÁREAS	
LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m²)
SUB	783,16
TÉRREO	479,55
1º PAVIMENTO	463,28
2º PAVIMENTO	463,28
3º PAVIMENTO	463,28
4º PAVIMENTO	463,28
5º PAVIMENTO	463,28
6º PAVIMENTO	463,28
COBERTURA	450,07
CASA DE MÁQUINAS	454,84
ÁREA TOTAL	4.947,30

2- INSTALAÇÕES PREVENTIVAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

X	Acesso de viatura na edificação	X	Iluminação de Emergência
	Separação entre Edificações	X	Deteção de Incêndio
X	Segurança Estrutural nas edificações	X	Alarme de Incêndio
X	Compartimentação horizontal	X	Sinalização de Emergência
x	Compartimentação vertical	X	Extintor de Incêndio
X	Controle de matérias de acabamento	X	Hidrantes e Mangotinhos
X	Saídas de Emergência		Chuveiros Automáticos
	Elevador de emergência		Espuma
X	Brigada de Incêndio		Plano de intervenção de incêndio
X	SPDA - Sistema de proteção contra descargas atmosféricas		Sistema Fixo de gases limpos e dióxido carbono (CO ₂)

2.1 - RISCOS ESPECIAIS

	Armazenamento de líquidos inflamáveis		Fogos de artifício
X	Gás Liquefeito de Petróleo*		Vaso sob pressão (caldeira)
	Armazenamento de produtos perigosos		Outros (especificar)

- A edificação não possui central de Gás, são utilizados 02(dois) botijões de 13kg na copa, sendo que 01(um) é reserva.

3- ACESSO DE VIATURAS

Largura do acesso principal: 6m.

Altura e largura da entrada principal: altura livre;
largura 7m. As vias devem suportar viaturas com
peso de 25.000 Kgf.

4. QUANTO À ÁREA DO MAIOR PAVIMENTO:

a.Código: Q;

b.Classe da edificação: Edificação de grande pavimento ($S_p > 750 \text{ m}^2$).

c. Quanto a área total:

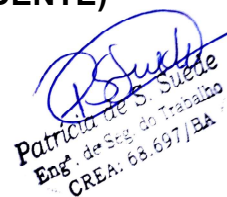
- Código:Y;
- Edificações grande ($S_t > 750 \text{ m}^2$).

5-DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA IT 20/2017 (FOTOLUMINESCENTE)

5.1- Sinalização básica

5.1.1 Sinalização de proibição

A sinalização apropriada deve ser instalada em local visível e a uma altura mínima de 1,80 m, medida do piso acabado à base da sinalização. A mesma sinalização deve estar distribuída em mais de um ponto dentro da área de risco, de modo que pelo menos uma delas seja claramente visível de qualquer posição dentro da área, e devem estar distanciadas entre si em no máximo 15,0 m.



Patrícia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

5.1.2 Sinalização de alerta

A sinalização apropriada deve ser instalada em local visível e a uma Alturas mínima de 1,80 m, media do pesos acabado à base da sinalização, próxima ao risco isolado ou distribuída ao longo da área de risco generalizado. Neste último caso, cada sinalização deve estar distanciada entre si em no máximo 15,0 m.

5.1.3 Sinalização de orientação e salvamento

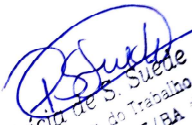
A sinalização de saída de emergência apropriada deve assinalar todas as mudanças de direção ou sentido, saídas, escadas etc., e deve ser instalada segundo sua função, a saber:

- a) A sinalização de portas de saída de emergência deve ser localizada imediatamente acima das portas, no máximo a 0,10 m da verga; ou na impossibilidade desta, diretamente na folha da porta, centralizada a uma Alturas de 1,80 m, media do pesos acabado à base da sinalização;
- b) A sinalização de orientação das rotas de saída deve ser localizada de modo que a distância de percurso de qualquer ponto da rota de saída até a sinalização seja de no máximo 7,5 m. Adicionalmente, esta sinalização também deve ser instalada de forma que no sentido de saída de qualquer ponto seja possível visualizar o ponto seguinte, distanciados entre si em no máximo 15,0 m. A sinalização deve ser instalada de modo que a sua base esteja no mínimo a 1,80 m do piso acabado;
- c) A sinalização de identificação dos pavimentos no interior da caixa de escada de emergência deve estar a uma Alturas de 1,80 m, media do pesos acabado à base da sinalização, instalada junto à parede, sobre o patamar de aços so de cada pavimento;
- d) Se existirem rotas de saída específicas para uso de deficientes físicos, estas devem ser sinalizadas para tal uso.

5.1.4 Sinalização de combate a incêndio

A sinalização de equipamentos de combate a incêndio deve estar a uma altura mínima de 1,80 m, media do piso acabado à base da sinalização e imediatamente acima do equipamento sinalizado e:

- a) Quando houver, na área de risco, obstáculos que dificultem ou impeçam a visualização direta da sinalização básica no plano vertical, a mesma sinalização deve ser repetida a uma Alturas suficiente para a sua visualização;
- b) Quando o equipamento se encontrar instalado em uma das faços de um pilar, todas as faços visíveis do pilar devem ser sinalizadas;
- c) Quando existirem situações onde a visualização da sinalização não seja possível apenas com a instalação da placa acima do equipamento, deve-se adotar:
 - o posicionamento para placa adicional em dupla face perpendicularmente à superfície da placa instalada na parede ou pilar;
 - a instalação de placa angular, afixada na parede ou pilar, acima do equipamento


Patrícia de S. Silveira
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

6- DESCRIÇÃO DAS SINALIZAÇÕES (CONFORME IT-20/2017)

6.1 Sinalizações de proibição:

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
P1		Proibido fumar	<p>Símbolo: circular Fundo: branca Pictograma: preta Faixa circular e barra diametral: vermelha</p>	Todo local onde fumar pode aumentar o risco de incêndio
P2		Proibido produzir chama		Todo o local onde a utilização de chama pode aumentar o risco de incêndio
P3		Proibido utilizar água para apagar o fogo		Toda situação onde o uso de água for impróprio para extinguir o fogo
P4		Proibido utilizar elevador em caso de incêndio		Nos locais de acesso aos elevadores comuns e monta-cargas
P5		Proibido obstruir este local		Em locais sujeitos a depósito de mercadorias onde a obstrução pode apresentar perigo de acesso às saídas de emergência, rotas de fuga, equipamentos de combate a incêndio etc.

Patricia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

6.2 Sinalizações de Orientação e Salvamento:

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
S1		Saída de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente	Indicação do sentido (esquerda ou direita) de uma saída de emergência, especialmente para ser fixado em colunas Dimensões mínimas: L = 1,5 H
S2				Indicação do sentido (esquerda ou direita) de uma saída de emergência Dimensões mínimas: L = 2,0 H
S3				Indicação de uma saída de emergência a ser afixada acima da porta, para indicar o seu acesso
S4				
S5				a) indicação do sentido do acesso a uma saída que não esteja aparente; b) indicação do sentido de uma saída por rampas; c) indicação do sentido da saída na direção vertical (subindo ou descendo). NOTA - A seta indicativa deve ser posicionada de acordo com o sentido a ser sinalizado
S6				
S7				


Patricia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 63.697/BA

6.3 Sinalizações de Orientação e Salvamento (Continuação):

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
S8		Escada de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente	Indicação do sentido de fuga no interior das escadas. Indica direita ou esquerda, descendo ou subindo. O desenho indicativo deve ser posicionado de acordo com o sentido a ser sinalizado
S9				
S10				
S11				
S12		Saída de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Mensagem "SAÍDA" ou Mensagem "SAÍDA" e pictograma e/ou seta direcional: fotoluminescente, com altura de letra sempre \geq 50 mm	Indicação da saída de emergência, com ou sem complementação do pictograma fotoluminescente (seta ou imagem, ou ambos)
S13				
S14				
S15		Saída de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Mensagem "SAÍDA": fotoluminescente, com altura de letra sempre \geq 50 mm	Indicação da saída de emergência com rampas para deficientes, utilizada como complementação do pictograma fotoluminescente (seta ou imagem, ou ambos)
S16				

6.4 Indicação continuada de Rotas de Fuga




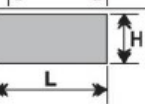
A indicação continuada de rotas de fuga deve ser realizada através de setas indicativas, de acordo com os critérios especificados na IT-20. Instaladas no sentido das saídas, com as seguintes especificações mínimas de forma, dimensões e cores

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
C1		Direção da rota de saída	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente.	Nas paredes, próximo ao piso, e/ou nos pisos de rotas de saída

6.5 Sinalizações de Equipamentos de Combate a Incêndio:

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
E1		Alarme sonoro	Símbolo: quadrado Fundo: vermelha Pictograma: fotoluminescente	Indicação do local de acionamento do alarme de incêndio
E2		Comando manual de alarme ou bomba de incêndio		Ponto de acionamento de alarme de incêndio ou bomba de incêndio. Deve vir sempre acompanhado de uma mensagem escrita, designando o equipamento acionado por aquele ponto
E3				
E4		Telefone ou interfone de emergência		Indicação da posição do interfone para comunicação de situações de emergência a uma central
E5		Extintor de incêndio	Símbolo: quadrado Fundo: vermelha Pictograma: fotoluminescente	Indicação de localização dos extintores de incêndio
E7		Abrigo de mangueira e hidrante	Símbolo: quadrado Fundo: vermelha Pictograma: fotoluminescente	Indicação do abrigo da mangueira de incêndio com ou sem hidrante no seu interior
E8		Hidrante de incêndio		Indicação da localização do hidrante quando instalado fora do abrigo de mangueiras

6.6 FORMAS E DIMENSÕES DAS INDICAÇÕES DE SAÍDA ANEXO A – TABELA 1 (CONFORME IT-20/2017)

Sinal	Forma geométrica	Cota (mm)	Distância máxima de visibilidade (m)											
			4	6	8	10	12	14	16	18	20	24	28	30
Proibição		D	101	151	202	252	303	353	404	454	505	606	706	757
Alerta		L	136	204	272	340	408	476	544	612	680	816	951	1019
Orientação, salvamento e equipamentos		L	89	134	179	224	268	313	358	402	447	537	626	671
		H (L=2,0H)	63	95	126	158	190	221	253	285	316	379	443	474

7 - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (IT 18/2017)

A iluminação de emergência está prevista ao longo de todas as rotas de fuga e em todas as saídas de emergência e locais de escadas de acesso a plataformas e pisos elevados.

A distância máxima entre os pontos de iluminação de emergência não deve ultrapassar 15 m. Outro distanciamento entre pontos pode ser adotado, desde que atenda aos parâmetros da IT 18/2017 .

Tal desligamento voluntário de todas as tensões superiores a 30 V visa evitar os choques elétricos nas pessoas envolvidas no combate ao incêndio e os curtos-circuitos.

A luminária fica em posição Stand-by com led permanentemente aceso indicando que luminária está energizada e com a falta de energia acende-se automaticamente.

Aclaramento

Iluminação que deve clarear áreas escuras de passagem, horizontais e verticais incluindo a escada de emergência e áreas técnicas de controle de restabelecimento de serviços essenciais e normais, na falta de iluminação normal. Os blocos autônomos devem ser instalados a altura de 2,50m do pesos. A fonte de alimentação de energia alternativa se dará através de sistema blocos autônomos. A comutação do estado de vigília para o estado de funcionamento do sistema deve ser imediata. O sistema não pode ter uma autonomia menor que (01) hora de funcionamento, incluindo uma perda não maior que 10% de sua luminosidade inicial.

Deve garantir um nível mínimo de iluminamento no pesos de:

- a) 5 lux em locais com desnível (escadas ou passagens com obstáculos);
- b) 3 lux em locais planos (corredores, halls e locais de refúgio sem obstáculo).

Balizamento

Iluminação de sinalização com símbolos e/ou letras que indicam a rota de saída que pode ser utilizada no momento da emergência. O sistema não pode ter uma autonomia menor que (01) hora de funcionamento, incluindo uma perda não maior que 10% de sua luminosidade inicial.

Área administrativa/salas

Altura do ponto de luz em relação ao pesos - m	Intensidade máxima do ponto de luz	Iluminação ao nível do pesos cd/m
2,5	40	6
Tipo de luminárias	Luminária 30 leds (G-light)	
Tipo de lâmpadas	LED	
Potência em watts	1,2 W	
Tensão em volts	110 / 220 V	
Fluxo luminoso nominal, em lumens	105 lm	
Ângulo de dispersão	45°	
Vida útil do elemento gerador de luz	6.0 horas	

8-DOS APARELHOS EXTINTORES (IT 21/2017)

- Extintor Tipo ABC ; Capacidade extintora 3A-40B;C
- Extintor de Água pressurizada; Capacidade extintora 3A
- Extintor do tipo CO2 5B:C
- Extintor de Pó químico tipo carreta com capacidade extintora 80 B;C

Serão adotados os extintores de Pó Químico ABC (fosfato monoamônico) , Água pressurizada e Pó Químico B:C como agente extintor e de acordo com as especificações técnicas do fabricante Kidde Yanes, utilizaremos extintores de 6 kg.

Este serviço deverá compreender todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários à instalação do aparelho, incluindo metais e pertences, acessórios de fixação, serviços auxiliares de construção civil, vedações, limpeza e outros.

9 - SAÍDAS DE EMERGÊNCIA, CONFORME IT-11/2014

Quanto à ocupação: D1 – Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios

a. Quanto à Alturas: N - Edificações de medianamente alta.

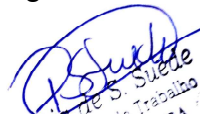
b. Quanto às características construtivas: Y – Edificação com mediana resistência ao fogo.

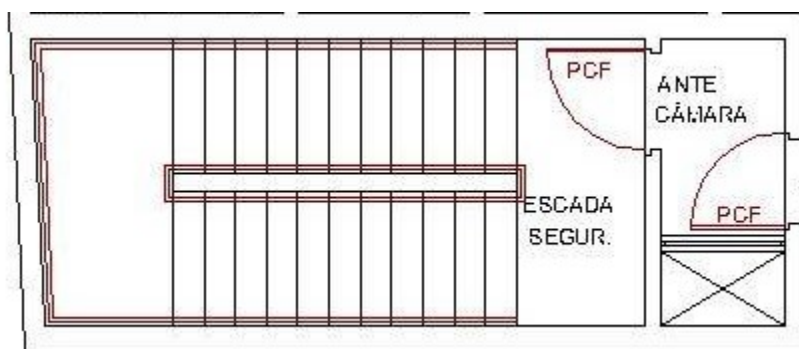
d. Área do maior pavimento: 783,16m².

- Código: N;
- Classe da edificação: Edificação de pequeno pavimento ($S_p > 750 \text{ m}^2$).

e.Tipo de escada: Escada enclausurada protegida:

- Caixa enclausurada com paredes de 0,25m resistentes a 120 min de fogo
- Entrada por antecâmara com ventilação
- Portas Corta-Fogo 60 min


Patrícia de S. Siqueira
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA



f.Porta corta fogo: 14 portas

10 - CÁLCULO DA POPULAÇÃO – Conforme IT-11/2016

Para edificações do Grupo “D-1 o cálculo da população é de 7(sete) pessoas por metro quadrado. Desta forma temos:

Área do maior pavimento=783,16m²

População= 783,16/7

P=111,88

P≈112

10.1 - Acessos/Descargas:

Para o pavimento utilizado temos $N=112/100= 1,12$;

$L=1,12 \times 0,55=0,62\text{m}$;

$L \approx 1,10\text{m}$;

Conforme a IT11/2016 as larguras mínimas das saídas de emergência para acessos, escadas, rampas ou descargas, devem ser de 1,10 m, para as ocupações em geral

10.2 - Escadas/Rampas:

Para o pavimento utilizado temos $N=112/75= 1,49$;

$L=1,49 \times 0,55=0,82\text{m}$;

$L \approx 1,10\text{m}$;

Patricia de S. Siqueira
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

10.3 - Portas:

Para o pavimento utilizado temos $N=112/100= 1,12$;

$L=1,12 \times 0,55=0,62\text{m}$;

$L \approx 1,10\text{m}$;

Conforme a IT11/2016 as larguras mínimas das saídas de emergência para acessos, escadas, rampas ou descargas, devem ser de 1,10 m, para as ocupações em geral

11- SEGURANÇA ESTRUTURAL, CONFORME IT-08/2016

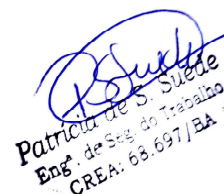
O imóvel é constituído em alvenaria estrutural com vigas em concreto com fechamento entre em cerâmica, conforme IT-08/2016. Toda a edificação possui ventilação permanente nas fachadas principais, áreas de circulação e nas áreas do fundo, providas por janelas, e portas de acesso aos ambientes, conforme IT-08/2011.

A estrutura deverá ter, no mínimo, a mesma TRRF da estrutura principal da edificação que é de 90 minutos - Classe P2.

O tempo de resistência ao fogo dos elementos da construção é de 90 minutos, conforme tabela A da IT-08/2016.

11.1- Tempos requeridos de resistência ao fogo (TRRF), em minuto.


Grupo	Ocupação uso	Divisão	Altura da edificação		
			Classe P2 $6\text{ m} < h \leq 12\text{ m}$	Classe P3 $12\text{ m} < h \leq 23\text{ m}$	Classe P4 $23\text{ m} < h \leq 30\text{ m}$
D	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios.	D1	60 (30)	60 (30)	90 60)


Patrícia de S. Siqueira
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

12- COMPARTIMENTAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

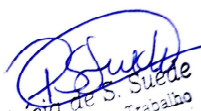
12.1 – Compartimentação Horizontal

A edificação está dispensada da compartimentação, pois a área a ser restrita na edificação que é de tipo V é 800m². O que excede a área do maior pavimento.

GRUPO	TIPO DE EDIFICAÇÕES					
TIPO	I	II	III	IV	V	VI
DENOMINAÇÃO	Edificação térrea	Edificação baixa	Edificação de baixa-média altura	Edificação de média altura	Edificação mediana alta	Edificação alta
ALTURA	Um pavimento	H ≤ 6,00 m	6,00 m < H ≤ 12,00 m	12,00 m < H ≤ 23,00 m	23,00 m < H ≤ 30,00 m	Acima de 30,00 m
A-1, A-2, A-3	—	—	—	—	—	—
B-1, B-2	—	5.000	4.000	3.000	2.000	1.500
C-1, C-2	5.000	3.000	2.000	2.000	1.500	1.500
C-3	5.000	2.500	1.500	1.000	2.000	2.000
D-1, D-2, D-3, D-4	5.000	2.500	1.500		800	2.000
E-1, E-2, E-3, E-4, E-5 e E-6	—	—	—		—	—
F-1, F-2, F-3, F-4, F-7 e F-9	—	—	—	—	—	—
F-5 e F-6	5.000	4.000	3.000	2.000	1.000	800
F-8	—	—	—	2.000	1.000	800
F-10	5.000	2.500	1.500	1.000	1.000	800
G-1, G-2, G-3 e G-5	—	—	—	—	—	—
G-4	10.000	5.000	3.000	2.000	1.000	1.000
H-1, H-2, H-4, H-5	—	—	—	—	—	—
H-3	—	5.000	3.000	2.000	1.500	1.000
H-6	5.000	2.500	1.500	1.000	800	2.000
I-1 e I-2	—	10.000	5.000	3.000	1.500	2.000
I-3	7.500	5.000	3.000	1.500	1.000	1.500
J-1	—	—	—	—	—	—
J-2	10.000	5.000	3.000	1.500	2.000	1.500
J-3	4.000	3.000	2.000	2.500	1.500	1.000
J-4	2.000	1.500	1.000	1.500	750	500
M-2 ⁽¹⁾	1.000	500	500	300	300	200
M-3	5.000	3.000	2.000	1.000	500	500

12.1.1 – Quadro de áreas por pavimento:

LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m ²)
SUB	783,16
TÉRREO	479,55
1º PAVIMENTO	463,28
2º PAVIMENTO	463,28
3º PAVIMENTO	463,28
4º PAVIMENTO	463,28
5º PAVIMENTO	463,28
6º PAVIMENTO	463,28
COBERTURA	450,07
CASA DE MÁQUINAS	454,84
ÁREA TOTAL	4.947,30


 Patricia de S. Suede
 Eng. de Seg. do Trabalho
 CREA: 68.697/BA

12.2 – Compartimentação Vertical

A Fachada principal possui janelas tipo basculante de 0,50x90m, as escadas de emergência existentes assim como as antecâmeras são enclausuradas com paredes de 0,25m resistentes a 120 min de fogo, entrada por antecâmara com ventilação e possuem portas corta fogo tipo PCF-60.

A resistência ao fogo dos entrespisos deve ser comprovada por meio de ensaio segundo a NBR 5628/01 ou dimensionada de acordo com norma brasileira pertinente

As aberturas existentes nos entrespisos devem ser devidamente protegidas por elementos corta-fogo de forma a não serem comprometidas suas características de resistência ao fogo.

Os dutos de ventilação, ar condicionado ou exaustão devem ter a adequada selagem corta-fogo da abertura em torno dos dutos. Os registros corta-fogo devem ser ensaiados para caracterização da resistência ao fogo seguindo os procedimentos da NBR 6479/92.

13 - DA BRIGADA DE INCÊNDIO

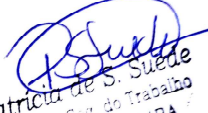
Dimensionamento:

GRUPO	DESCRIÇÃO	RISCO
D-1	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios	Médio
População fixa =150 Pessoas		

Cálculo:

O numero de funcionários fixos é 150 funcionários, conforme a IT-17 a quantidade de brigadistas para Edificação do tipo D1 com mais de 150 funcionários segue a nota 5 desta IT.

-População fixa até 10 pessoas (Tabela A.1 da IT17) = 08 brigadistas


Patricia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

-População fixa acima de 10= 170

-150-10=140

- 140/15=9,33≈10brigadistas.

-Total de 08+10=18brigadistas

O nível de treinamento é Intermediário conforme tabela A.1 da IT-17

D-1	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, instituições financeiras (que não estejam incluídas em D-2), centros profissionais	Baixo	1	2	2	2	2	(nota 5)	Básico
			Médio	1	2	3	4	4	(nota 5)	Intermediário

Conforme o Item 7.11 da IT-17 Toda brigada de incêndio deverá possuir inventário de primeiros Socorros distribuídos de Tal forma que estejam facilmente disponibilizados para a prestação de Socorro às vítimas. Os inventárioa devem atender no mínimo os itens constantes no anexo H

ANEXO H

INVENTÁRIO DE PRIMEIROS SOCORROS

O inventário de primeiros socorros deve conter no mínimo os seguintes materiais:

1. 50 (cinquenta) unidades de compressas de gaze 08 (oito) dobras (7,50cm x 7,50cm);
2. 04 (quatro) unidades de compressas de gaze esterilizadas (10 cm x 15 cm);
3. 10 (dez) unidades de ataduras de crepe (20 cm de largura);
4. 04 (quatro) unidades de plástico protetor de queimaduras e eviscerações (1m x 1m) esterilizado;
5. 05 (cinco) frascos de soro fisiológico de 250 ml (duzentos e cinquenta mililitros);
6. 01 (uma) unidade de fita adesiva grande (crepe);
7. 03 (três) unidades de talas moldáveis grandes (86 cm x 10 cm x 02 cm);
8. 03 (três) unidades de talas moldáveis médias (63 cm x 09 cm x 02 cm);
9. 03 (três) unidades de talas moldáveis pequenas (30 cm x 08 cm x 02 cm);
10. 01 (uma) prancha longa de madeira ou material de similar resistência (190 cm x 45 cm);
11. 06 (seis) unidades de bandagens triangulares (142 cm x 100 cm x 100 cm);
12. 01(um) ressuscitador manual (ambu) ou máscara de ressuscitação para ventilação artificial;
13. 01 (um) colar cervical de cada tamanho padronizado (grande, médio e pequeno) ou 02 (dois) reguláveis;
14. 01 (uma) tesoura de ponta romba e equipamentos de proteção individual para o socorrista (Óculos de segurança, máscara semi-facial e luvas de procedimento).

Para dimensionar o inventário utilize a tabela abaixo:

POPULAÇÃO FIXA	QUANTIDADE
20 a 100	01 Inventário
100 a 500	02 Inventários
ACIMA DE 500	03 Inventários


Patrícia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 63.697/BA

14 – CARGA DE INCÊNDIO (IT-14/2016)

14.1 - ARQUIVO TÉCNICO

O Prédio possui três áreas destinadas a arquivo técnico em armários metálicos com altura de 1,98m nos quais estão arquivados documentos em pastas tipo “A-Z” e caixas arquivo de plástico. Considerando uma altura de 2,00 m a Carga de Incêndio, conforme a tabela do Anexo B da IT-14, no item Papelaria, estoque é de 990 MJ/ m². Desta forma o arquivo está enquadrado em risco médio e a medida de proteção contra incêndio é a utilização de extintor do tipo ABC com capacidade extintora 3A:40-BC.

14.2 - DEPÓSITO

O Depósito é utilizado para armazenar material de escritório não utilizado. O armazenamento não ultrapassa 0,60 m de altura. E conforme cálculo da Carga de Incêndio para um armazenamento de até 1m a Carga de Incêndio é de 585 MJ/ m².

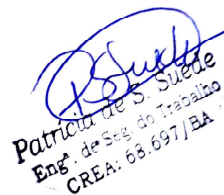
Desta forma o arquivo está enquadrado em risco médio e a medida de proteção contra incêndio é a utilização de extintor do tipo ABC com capacidade extintora 3A:40-BC.

14.3 – BIBLIOTECA

A Biblioteca é utilizada como arquivo para consulta técnica. As estantes são metálicas e os livros de consulta estão dispostas nas mesmas. Serão utilizados dois extintores do tipo ABC com capacidade extintora 3A:40-BC.

15 – CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO:

O Auditório possui em sua parede principal um revestimento acartonado acustico, de Classe II-A.



Patrícia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 63.697/BA

O Piso dos andares é cerâmica – Classe I

Piso das escadas de emergência em concreto – Classe I

As paredes são em alvenaria - Classe I

As separações internas das salas são feitas por divisórias em PVC – Classe II A

O Teto é Alvenaria e possui forro em PVC Modular – Classe II A

16 - REDE DE HIDRANTES

Os hidrantes são do tipo 3, saída simples com vazão de 200 l/min. Conforme exigências da IT-22. Em cada armário padrão de hidrante, serão instalados, dois lances de mangueiras Ø1.1/2" x 15m, chave de manobras de Ø1.1/2", esguichos reguláveis de Ø1.1/2" e válvula angular de 45° com Ø2.1/2" x 1.1/2" com tampa Ø1.1/2". No local onde a caixa do hidrante poderá ser obstruída por mercadorias, deve ser pintada no piso, faixa vermelha com borda amarela, com largura de 100x100cm, para garantia do livre acesso.

No passeio da rua de acesso ao prédio, foi instalado um hidrante de recalque, com válvula globo de 45° e válvula de retenção Ø2.1/2". abrigado em caixa de alvenaria no piso. Deve ser fixado sob a tampa da caixa uma placa de identificação, contendo os dados de pressão, vazão mínima e risco ocupação. O número total de hidrantes é de 08 (Oito) hidrantes internos e 01 (um) hidrante externo de passeio da edificação principal (recalque);

Hidrante de passeio

No hidrante de passeio (recalque) deverá ser acondicionado em uma caixa de alvenaria de bloco cerâmico com tampa em ferro fundido com a inscrição (INCÊNDIO) pintada na cor vermelha e moldura em redor da tampa de proteção confeccionada em material de alta resistência, com largura de 10 centímetros, sem

Ressalto em relação ao piso, possuindo fácil visualização e fundo permeável, em brita 1, em seu interior contém um registro globo, um adaptador stolz, uma tampa cega e uma válvula de retenção, evitando o retorno da água do reservatório superior para o exterior.

Cálculo da Rede de Hidrante

a) Dados gerais:

Formulário = Hazen Williams

Hidrantes em uso simultâneo = 2

Hidrante mais desfavorável = [C]

Coeficiente de descarga = 0.980

Coeficiente de velocidade = 0.980

Rugosidade da tubulação = 120.0

b) Dados dos Hidrantes:

b.1) Dados do Hidrante [C]

Vazão mínima de 200 L/min.

Rugosidade da mangueira = 140

Diâmetro da mangueira = 40 mm

Comprimento da mangueira = 30 m

Diâmetro do esguicho 40mm , requinte = 19 mm

b.2)Dados do Hidrante [D]

Vazão mínima de 200 L/min.

Rugosidade da mangueira = 140

Diâmetro da mangueira = 40 mm

Comprimento da mangueira = 30 m

Diâmetro do esguicho 40mm , requinte = 19 mm

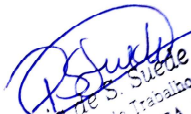
c) Cálculo do Hidrante[D] ao ponto [A]:

c.1) Cálculo da pressão no ponto [B]

c.2) Vazão no Hidrante [D]

$$Q[D] = CD \times AE \times (2 \times g \times Pe[D])^{0.5}$$

Onde: CD = Coeficiente de Descarga


Patrícia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 63.697/BA

AE = Área do Esguicho (m²)

g = Aceleração da gravidade (m/s²)

Pe[D] = Pressão no esguicho do Hidrante [D]

$$Q[D] = 0.98 \times 0.000284 \times (2 \times 9.81 \times 9.235)^{0.5}$$

$$Q[D] = 0.003740 \text{ m}^3/\text{s}$$

c.3) Perda no esguicho do Hidrante [D]

$$J_e = (1/CV^2 - 1) \times V^2 / (2 \times g)$$

Onde: J_e = Perda de carga no esguicho

CV = Coeficiente de velocidade

V = Velocidade

g = Aceleração da gravidade

$$J_e = (1/0.980^2 - 1) \times 13.192^2 / (2 \times 9.81)$$

$$J_e = 0.36571 \text{ m.c.a.}$$

c.3.1) Perda na mangueira do Hidrante [D]

$$J_m = J_u \times L_m$$

$$J_u = (10.641 \times Q^{1.85}) / (C^{1.85} \times D^{4.87})$$

Onde: J_m = Perda total na mangueira

L_m = Comprimento da mangueira

J_u = Perda de carga unitária (m/m)

Q = Vazão no Hidrante [D]

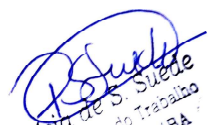
C = Rugosidade da mangueira

D_m = Diâmetro da mangueira

$$J_u = (10.641 \times 0.003740^{1.85}) / (140.0^{1.85} \times 0.0400^{4.87})$$

$$J_u = 0.236849 \text{ m/m}$$

$$J_m = J_u \times L_m$$


Patrícia de S. Siqueira
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

$$J_m = 0.236849 \times 30$$

$$J_m = 7.10546 \text{ m.c.a.}$$

c.3.2) Perda na Tubulação - trecho [B-D]

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J_u = (10.641 \times Q^{1.85}) / (C^{1.85} \times D^{4.87})$$

Onde: J = Perda total na tubulação no trecho [B-D]

J_u = Perda de carga unitária do trecho [B-D]

L_t = Comprimento dos tubos no trecho [B-D]

C_{eq} = Comprimento equivalente das conexões no trecho [B-D]

J_u = Perda de carga unitária (m/m)

Q = Vazão no trecho [B-D]

C = Rugosidade da tubulação

D = Diâmetro da tubulação

$$J_u = (10.641 \times 0.003740^{1.85}) / (120.0^{1.85} \times 0.0534^{4.87})$$

$$J_u = 0.077131 \text{ m/m}$$

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J = 0.077131 \times (4.4297 + 25.2)$$

$$J = 2.285368 \text{ m.c.a.}$$

c.3.3) Pressão no ponto [B]

$$P[B] = P_e + J_e + J_m + J - H_{est}$$

Onde: P[B] = Pressão no ponto [B]

P_e = Pressão no esguicho do hidrante [D]

J_e = Perda no esguicho do hidrante [D]

J_m = Perda na mangueira do hidrante [D]

J = Perda na tubulação do trecho [B-D]

H_{est} = Desnível no trecho [B-D]

Patricia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

$$P[B] = P_e + J_e + J_m + J - H_{est}$$

$$P[B] = 9.2352 + 0.3657 + 7.1055 + 2.2854 - 4.05$$

$$P[B] = 14.9417 \text{ m.c.a.}$$

Velocidade no trecho [B-D] = 1.67m/s

c.4) Cálculo da pressão no ponto [A]

c.4.1) Perda na Tubulação - trecho [A-B]

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J_u = (10.641 \times Q^{1.85}) / (C^{1.85} \times D^{4.87})$$

Onde: J = Perda total na tubulação no trecho [A-B]

J_u = Perda de carga unitária do trecho [A-B]

L_t = Comprimento dos tubos no trecho [A-B]

C_{eq} = Comprimento equivalente das conexões no trecho [A-B]

J_u = Perda de carga unitária (m/m)

Q = Vazão no trecho [A-B]

C = Rugosidade da tubulação

D = Diâmetro da tubulação

$$J_u = (10.641 \times 0.007074^{1.85}) / (120.0^{1.85} \times 0.0534^{4.87})$$

$$J_u = 0.250726 \text{ m/m}$$

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J = 0.250726 \times (15.65 + 32.1)$$

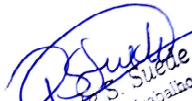
$$J = 11.972173 \text{ m.c.a.}$$

3.2.b) Pressão no ponto [A]

$$P[A] = P[B] + J - H_{est}$$

Onde: P[A] = Pressão no ponto [A]

P[B] = Pressão no ponto [B]


 Patrícia de S. Suede
 Eng. de Sól. do Trabalho
 CREA: 68.697/BA

J = Perda na tubulação do trecho [A-B]

Hest = Desnível no trecho [A-B]

$$P[A] = P[B] + J - Hest$$

$$P[A] = 14.9417 + 11.9722 - 10.95$$

$$P[A] = 15.9639 \text{ m.c.a.}$$

Velocidade no trecho [A-B] = 3.16m/s

d) Cálculo do Hidrante[C] ao ponto [A]:

d.1) Cálculo da pressão no ponto [B]

d.1.a) Vazão no Hidrante [C]

$$Q[C] = CD \times AE \times (2 \times g \times Pe[C])^{0.5}$$

Onde: CD = Coeficiente de Descarga

AE = Área do Esguicho (m²)

g = Aceleração da gravidade (m/s²)

Pe[C] = Pressão no esguicho do Hidrante [C]

$$Q[C] = 0.98 \times 0.000284 \times (2 \times 9.81 \times 7.335)^{0.5}$$

$$Q[C] = 0.003333 \text{ m}^3/\text{s}$$

d.1.b) Perda no esguicho do Hidrante [C]

$$Je = (1/CV^2 - 1) \times V^2 / (2 \times g)$$

Onde: Je = Perda de carga no esguicho

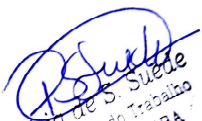
CV = Coeficiente de velocidade

V = Velocidade

g = Aceleração da gravidade

$$Je = (1/0.980^2 - 1) \times 11.757^2 / (2 \times 9.81)$$

$$Je = 0.29047 \text{ m.c.a.}$$


Patrícia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

d.1.c) Perda na mangueira do Hidrante [C]

$$J_m = J_u \times L_m$$

$$J_u = (10.641 \times Q^{1.85}) / (C^{1.85} \times D^{4.87})$$

Onde: J_m = Perda total na mangueira

L_m = Comprimento da mangueira

J_u = Perda de carga unitária (m/m)

Q = Vazão no Hidrante [C]

C = Rugosidade da mangueira

D_m = Diâmetro da mangueira

$$J_u = (10.641 \times 0.003333^{1.85}) / (140.0^{1.85} \times 0.0400^{4.87})$$

$$J_u = 0.191399 \text{ m/m}$$

$$J_m = J_u \times L_m$$

$$J_m = 0.191399 \times 30$$

$$J_m = 5.74196 \text{ m.c.a.}$$

d.1.d) Perda na Tubulação - trecho [B-C]

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J_u = (10.641 \times Q^{1.85}) / (C^{1.85} \times D^{4.87})$$

Onde: J = Perda total na tubulação no trecho [B-C]

J_u = Perda de carga unitária do trecho [B-C]

L_t = Comprimento dos tubos no trecho [B-C]

C_{eq} = Comprimento equivalente das conexões no trecho [B-C]

J_u = Perda de carga unitária (m/m)

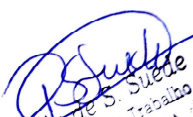
Q = Vazão no trecho [B-C]

C = Rugosidade da tubulação

D = Diâmetro da tubulação

$$J_u = (10.641 \times 0.003333^{1.85}) / (120.0^{1.85} \times 0.0534^{4.87})$$

$$J_u = 0.062330 \text{ m/m}$$


Patrícia de S. Siqueira
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J = 0.062330 \times (0.3797 + 24.8)$$

$$J = 1.569451 \text{ m.c.a.}$$

d.1.e) Pressão no ponto [B]

$$P[B] = P_e + J_e + J_m + J - H_{est}$$

Onde: $P[B]$ = Pressão no ponto [B]

P_e = Pressão no esguicho do hidrante [C]

J_e = Perda no esguicho do hidrante [C]

J_m = Perda na mangueira do hidrante [C]

J = Perda na tubulação do trecho [B-C]

H_{est} = Desnível no trecho [B-C]

$$P[B] = P_e + J_e + J_m + J - H_{est}$$

$$P[B] = 7.3352 + 0.2905 + 5.742 + 1.5695 - 0$$

$$P[B] = 14.9371 \text{ m.c.a.}$$

Comparação das pressões no ponto [B]:

$$P[B] = 14.9371 \text{ m.c.a. (aproximadamente igual a) } P[B] = 14.9417 \text{ m.c.a. (Item: 3.1.e)}$$

$$\text{Velocidade no trecho [B-C]} = 1.49 \text{ m/s}$$

d.2) Cálculo da pressão no ponto [A]

d.2.a) Perda na Tubulação - trecho [A-B]

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J_u = (10.641 \times Q^{1.85}) / (C^{1.85} \times D^{4.87})$$

Onde: J = Perda total na tubulação no trecho [A-B]

J_u = Perda de carga unitária do trecho [A-B]

Patricia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 63.697/BA

Lt = Comprimento dos tubos no trecho [A-B]

Ceq = Comprimento equivalente das conexões no trecho [A-B]

Ju = Perda de carga unitária (m/m)

Q = Vazão no trecho [A-B]

C = Rugosidade da tubulação

D = Diâmetro da tubulação

$$J_u = (10.641 \times 0.007074^{1.85}) / (120.0^{1.85} \times 0.0534^{4.87})$$

$$J_u = 0.250726 \text{ m/m}$$

$$J = J_u \times (L_t + C_{eq})$$

$$J = 0.250726 \times (15.65 + 32.1)$$

$$J = 11.972173 \text{ m.c.a.}$$

d.2.b) Pressão no ponto [A]

$$P[A] = P[B] + J - \text{Hest}$$

Onde: P[A] = Pressão no ponto [A]

P[B] = Pressão no ponto [B]

J = Perda na tubulação do trecho [A-B]

Hest = Desnível no trecho [A-B]

$$P[A] = P[B] + J - \text{Hest}$$

$$P[A] = 14.9371 + 11.9722 - 10.95$$

$$P[A] = 15.9593 \text{ m.c.a.}$$

Comparação das pressões no ponto [A]:

$$P[A] = 15.9593 \text{ m.c.a. (aproximadamente igual a) } P[A] = 15.9639 \text{ m.c.a. (Item: 3.2.b)}$$

$$\text{Velocidade no trecho [A-B]} = 3.16 \text{ m/s}$$

e) Verificação da pressão no ponto [A]


Patrícia de S. Suelte
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

Pressão Requerida no ponto [A] = 15.9593 m.c.a. = 156.51 KPa

Vazão no ponto [A] = 0.0070735 m³/s = 25 m³/h

Perda de carga unitária = 0.2507 m/m

5a) Cálculo da potência da bomba

$$P_b = \frac{1000 \times \text{Vazão} \times \text{Altura Manométrica}}{75 \times \text{rendimento}}$$

$$P_b = \frac{1000 \times 0.0070735 \times 15.96}{75 \times 0.5}$$

Potência da bomba = 3.01 HP

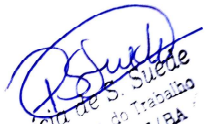
OBS:

- 1- A Potência da bomba é orientativa, depende da curva de rendimento de cada fabricante.

17- BOMBAS DE INCÊNDIO

17.1 – Bombas de Incêndio

Para funcionamento dos hidrantes foram previstas 2 bombas com capacidade de 3CV, uma principal e outra reserva ligada ao moto-gerador que terá seu acionamento na ausência da principal por falta de energia ou necessidade de manutenção da mesma.


Patrícia de S. Suede
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

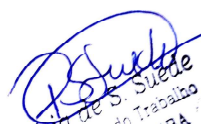
18 - RESERVA DE INCÊNDIO

A Reserva técnica de incêndio indicada pela Instrução Técnica 22 é de 18.000L.

19- DOS SISTEMAS DE DETECÇÃO E ALARME (IT 19/2017)

O sistema será composto por acionadores, avisadores, detectores de fumaça, detectores de temperatura e painel central localizado na Guarita da entrada principal da unidade para controle do funcionamento da rede.

Foram projetados detectores óticos de fumaça, para identificação de fumaça no estágio inicial do incêndio, com LED indicador de alarme e defeito e bases de 2 fios, com area maxima de proteção de 81,00m² e raio máximo de 6,30m. Os acionadores, do tipo “quebre o vidro”, foram posicionados na rota de fuga do prédio para facilitar o acionamento manual e permitir que a distância maxima a ser percorrida por uma pessoa, de qualquer ponto da área protegida até o acionador manual, seja inferior a 16m.Devem ter adesivos no vidro para evitar que fragmentos se espalhem na quebra e permitir a quebra sem martelo.Os avisadores visuais e sonoros estão instalados em locais de fácil vizualização e distribuidos por toda empresa.



Patrícia de S. Siqueira
Eng. de Seg. do Trabalho
CREA: 68.697/BA

18. QUADRO RESUMO DOS EQUIPAMENTOS FIXOS E PORTÁTEIS

Pavimentos	EXTINTORES				SAÍDA EMERGÊNCIA					SISTEMA HIDRÁULICO			SISTEMA DE ALARME				OUTRAS EXIGÊNCIAS		SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA					
localização	Água 10 litros	Pó Químico 06 Kg 80BC	Extintor de Co2 – 5B:C	Pó ABC	Iluminação de emergência-Aclaramento	Iluminação de emergência-Balizamento	Indicação de saída	Portas Corta-Fogo Elevadores	Portas Corta-Fogo	Hidrantes	Mangueiras de 15 metros	Spillers	Hidrante de recalque	Acionadores manuais	Avisador sonoro	Detector de fumaça	Detector de temperatura	Central	SPDA	Ancoragem de Cabos	Acesso de viatura	Saída de Emergência	Extintores	Hidrantes
POCURADORIA	02	04	01	08	30	46	32	33	0	13	08	16	0	1	19	19	150	05	1		1	02	45	08
TOTAL	02	04	01	08	30	46	32	33	0	13	08	16	0	1	19	19	150	05	1		1	02	45	08

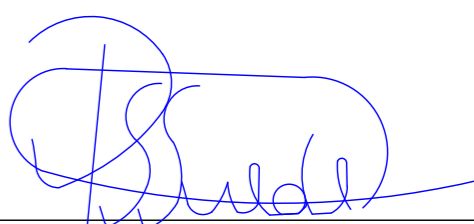
Patricia de Sousa Suede

Patricia de Sousa Suede
Eng.º de Segurança do Trabalho
CREA BA nº 68697



PROCURADORIA DA FAZENDA
NACIONAL NA BAHIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:


Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

			DESCRIÇÃO

R E V I S Õ E S

TÍTULO

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

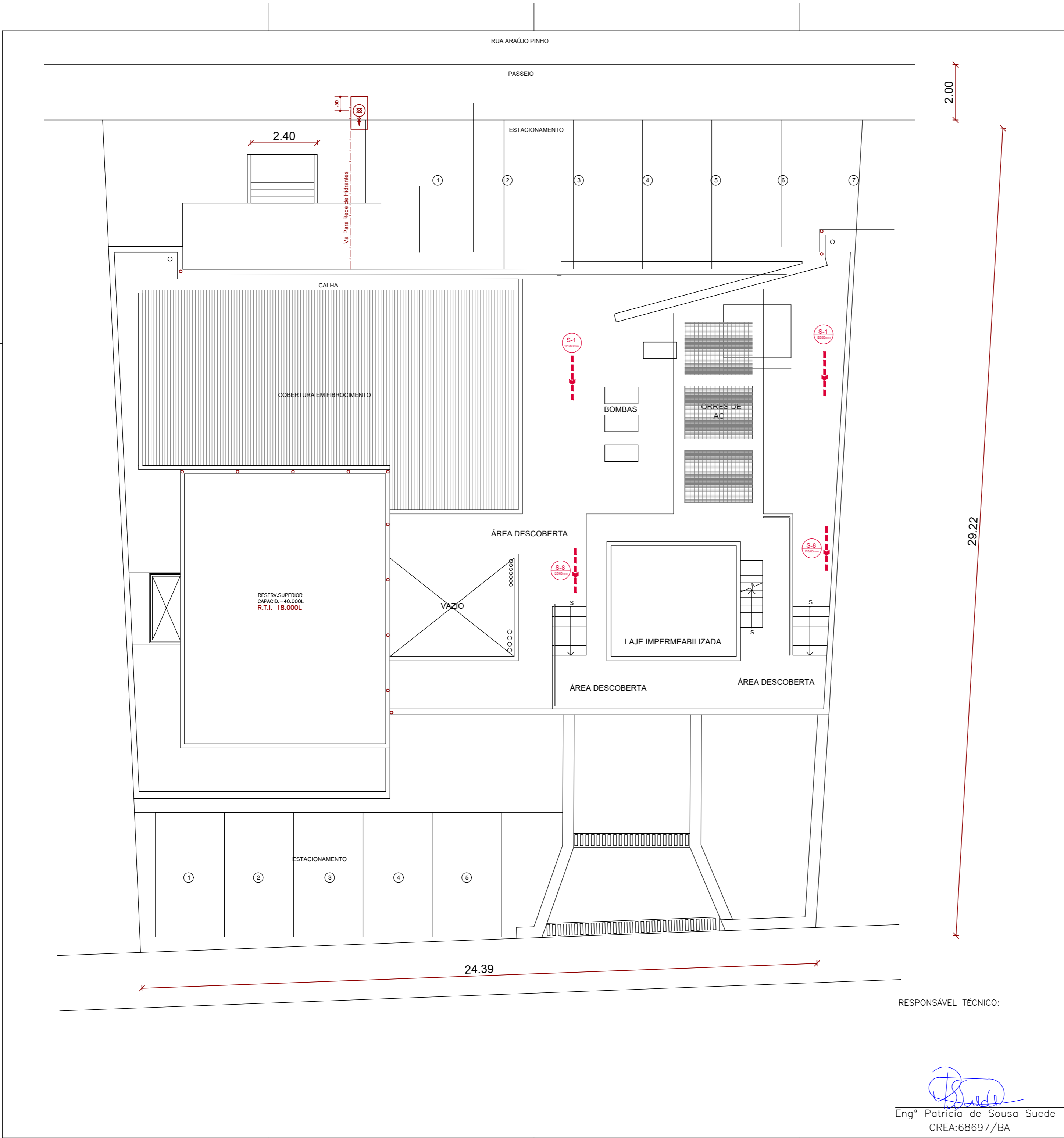
PROPIETÁRIO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

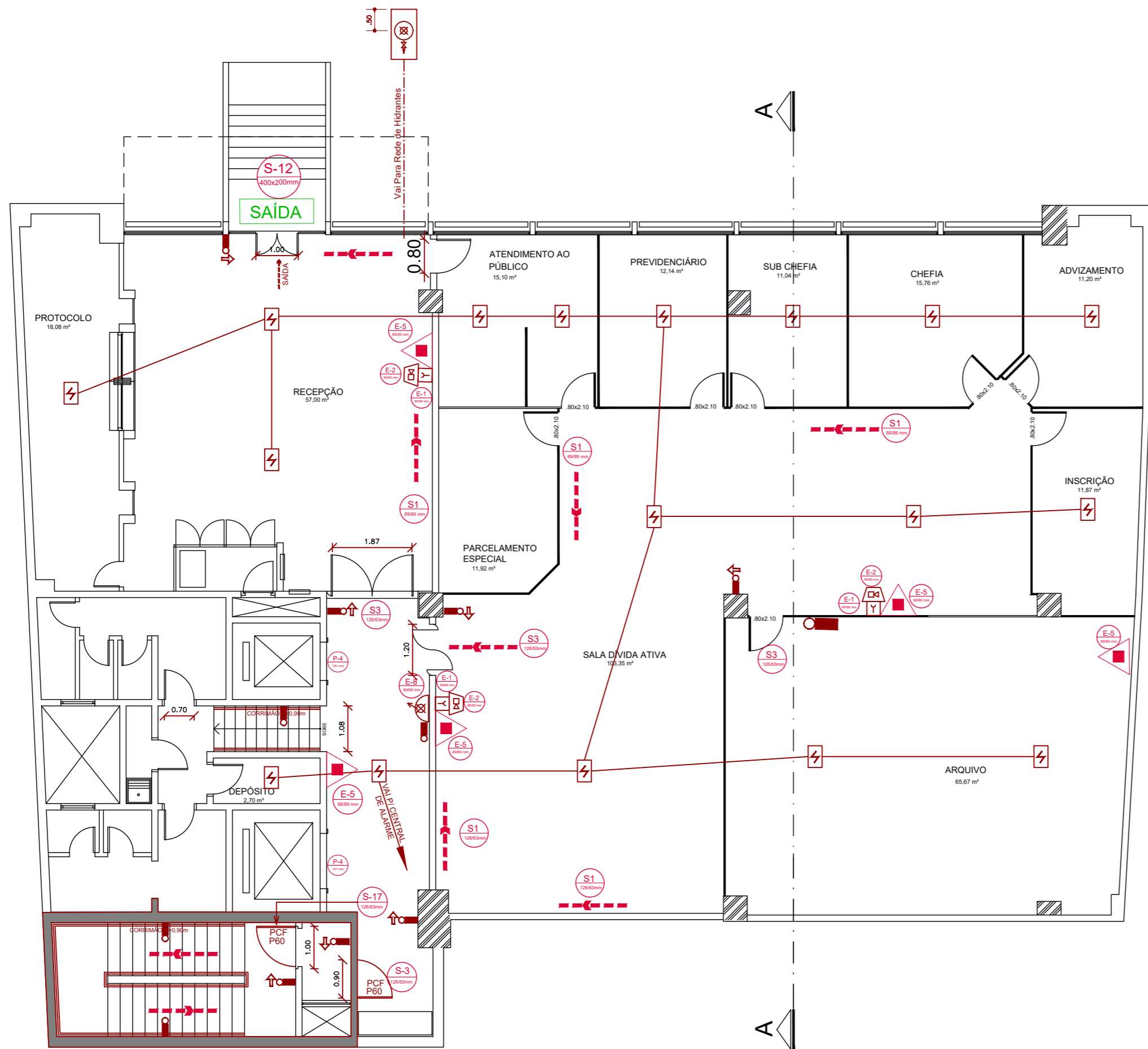
ESCALA	DATA:	ARQUIVO	FOLHA
1/2000	NOVEMBRO/2019	PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG	01/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Eng.ª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA			
EXTINTORES			
	—	GÁS CARBÔNICO (CO2) — CAP. 6Kg (5—B:C)	
	—	ÁGUA PRESSURIZADA — CAP. 10L (2—A)	
	—	PÓ QUÍMICO B:C — CAP. 4kg (20—B:C)	
	—	PÓ QUÍMICO TIPO CARRETA B:C — 80B:C	
	—	PÓ QUÍMICO A:B:C — CAP. 6kg (3—A:40—B:C)	
HIDRANTES E MANGOTINHOS			
	—	HIDRANTE SIMPLES	
	—	REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENÇÃO	
	—	TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"	
	—	BOMBA DE INCENDIO	
	—	RESERVA DE INCENDIO	
ALARME			
	—	AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)	
	—	ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME	
	—	CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO	
DETECÇÃO			
	—	DETECTOR DE CALOR PONTUAL	
	—	DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE	
	—	BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME	
ILUMINAÇÃO			
	—	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)	
	—	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)	
SAÍDAS DE EMERGÊNCIA			
	—	ROTA DE FUGA — DIREÇÃO A SEGUIR	
	—	ROTA DE FUGA — SAÍDA FINAL	
	—	PORTA CORTA-FOGO	
	—	PAREDE RESISTENTES A FOGO	
SIMBOLOGIA			
	P-4	SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO — EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR	
	A-1	SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "ALERTA GERAL"	
	A-5	SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"	
	S-3	SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "INDICAÇÃO SAÍDA"	
	S-12	SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "SAÍDA"	
	S-17	SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "NÚMERO DO PAVIMENTO"	
	E-1	SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ALARME SONORO"	
	E-2	SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ACIONADOR MANUAL"	
	E-5	SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "EXTINTOR DE INCENDIO"	
	E-8	SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE "	
	E-11	SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE TIPO CARRETA "	
TÍTULO			
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PLANTA BAIXA - SITUAÇÃO			
PROPRIETÁRIO			
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA			
ENDEREÇO:			
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.			
ESCALA			
1/100	DATA:	NOV/2019	ARQUIVO
			PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG
			FOLHA
			02/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- GÁS CARBÔNICO (CO2) — CAP. 6Kg (5—B:C)
- AGUA PRESSURIZADA — CAP. 10L (2—A)
- PÓ QUIMICO B:C — CAP. 4kg (20—B:C)
- PÓ QUIMICO TIPO CARRETA B:C — 80B:C
- PÓ QUIMICO A:B:C — CAP. 6kg (3—A:40—B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- HIDRANTE SIMPLES
- REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENCAO
- TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- BOMBA DE INCENDIO
- RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ROTA DE FUGA — DIREÇÃO A SEGUIR
- ROTA DE FUGA — SAÍDA FINAL
- PORTA CORTA-FOGO
- PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4 101 mm SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO — EM CASO DE INCÊNDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1 544 mm SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "ALERTA GERAL"
- A-5 544 mm SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "SAÍDA"
- S-17 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ALARME SONORO"
- E-2 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ACIONADOR MANUAL"
- E-5 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "EXTINTOR DE INCÊNDIO"
- E-8 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE "
- E-11 100/50 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE TIPO CARRETA "

TÍTULO

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA BAIXA - TÉRREO

PROPRIETÁRIO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

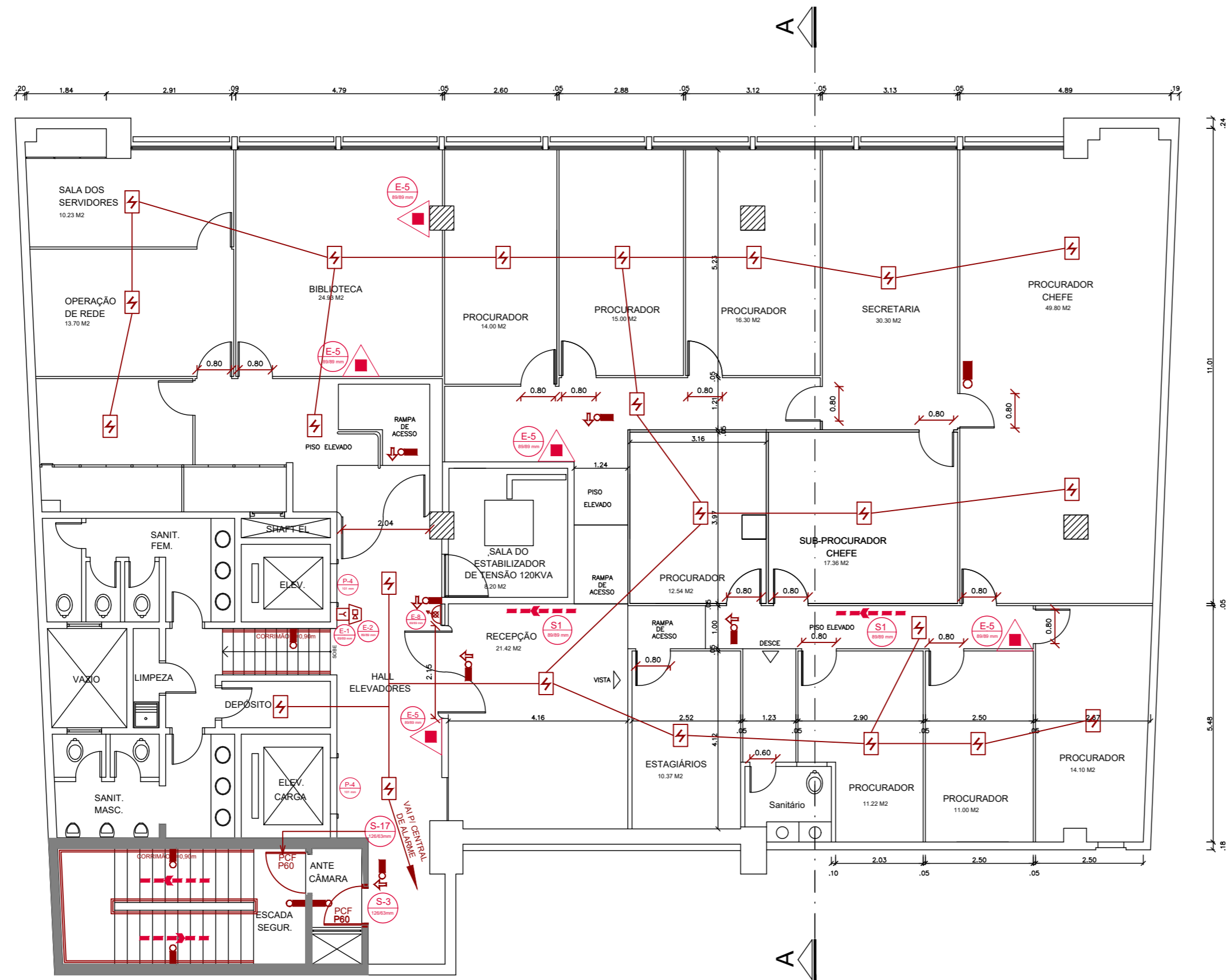
ESCALA

1/100

DATA: NOV/2019

ARQUIVO PPCIP_PROCURADORIAFAZENDA.DWG

FOLHA 03/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- GÁS CARBÔNICO (CO2) — CAP. 6Kg (5—B:C)
- AGUA PRESSURIZADA — CAP. 10L (2—A)
- PÓ QUIMICO B:C — CAP. 4kg (20—B:C)
- PÓ QUIMICO TIPO CARRETA B:C — 80B:C
- PÓ QUIMICO A:B:C — CAP. 6kg (3—A:40—B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- HIDRANTE SIMPLES
- REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENCAO
- TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- BOMBA DE INCENDIO
- RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

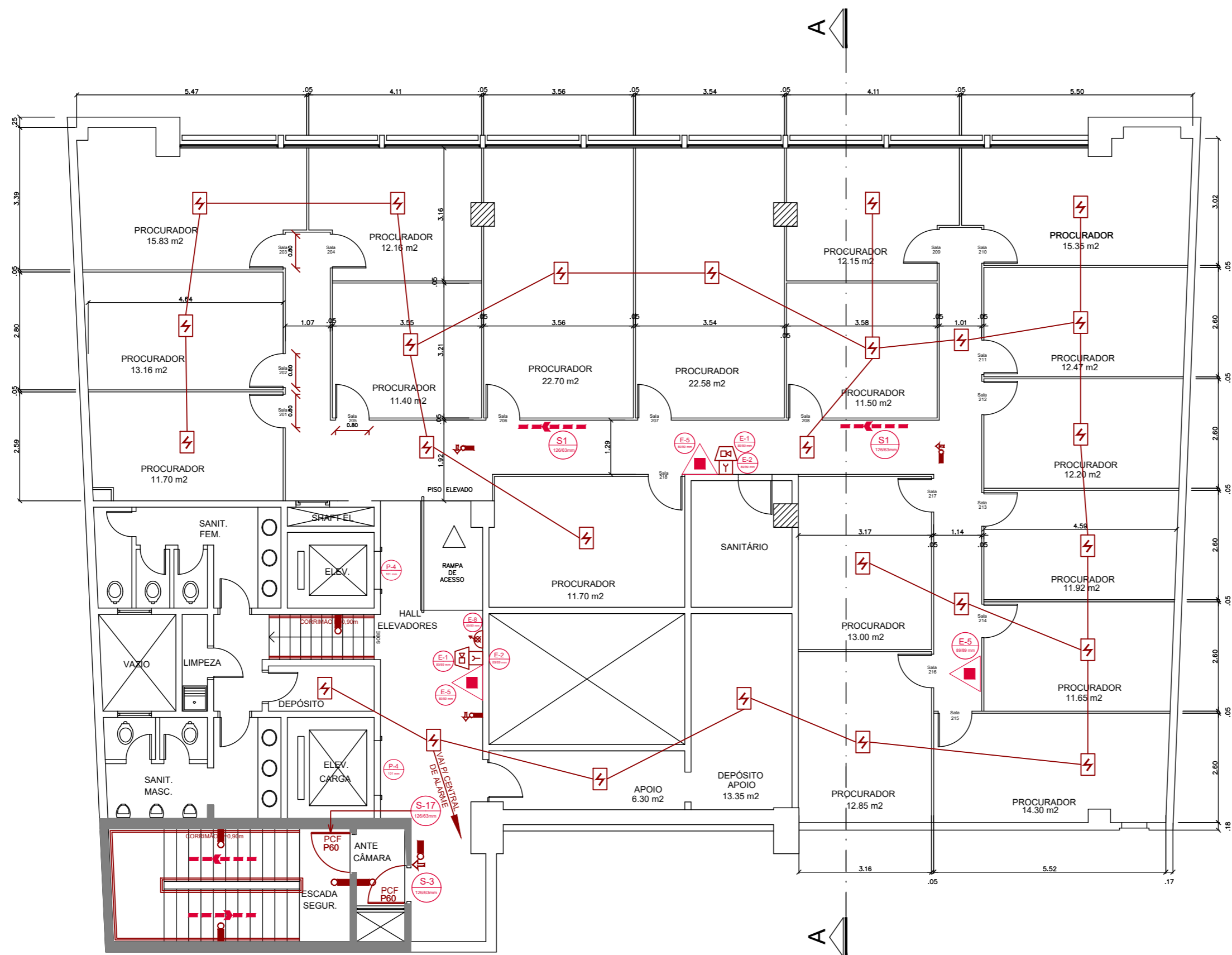
SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ROTA DE FUGA — DIREÇÃO A SEGUIR
- ROTA DE FUGA — SAÍDA FINAL
- PORTA CORTA-FOGO
- PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO — EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "ALERTA GERAL"
- SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "INDICAÇÃO SAÍDA"
- SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "SAÍDA"
- SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ALARME SONORO"
- SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ACIONADOR MANUAL"
- SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "EXTINTOR DE INCENDIO"
- SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE "
- SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE TIPO CARRETA "

TÍTULO			
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PLANTA BAIXA - 1º ANDAR			
PROPRIETÁRIO			
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA			
ENDEREÇO:			
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.			
ESCALA			
1/100	DATA:	ARQUIVO	FOLHA
	NOV/2019	PPCIP_PROCURADORIAFAZENDA.DWG	04/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- ▲ - GÁS CARBÔNICO (CO₂) - CAP. 6Kg (5-B:C)
- ⊗ - ÁGUA PRESSURIZADA - CAP. 10L (2-A)
- ⊗ - PÓ QUÍMICO B:C - CAP. 4kg (20-B:C)
- ⊗ - PÓ QUÍMICO TIPO CARRETA B:C - 80B:C
- - PÓ QUÍMICO A:B:C - CAP. 6kg (3-A:40-B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- ⊗ - HIDRANTE SIMPLES
- ⊗ - REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENÇÃO
- +++ - TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- ⊗ - BOMBA DE INCENDIO
- ⊗ - RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- ⊗ - AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ⊗ - ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- ⊗ - CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- ⊗ - DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- ⊗ - DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- ⊗ - BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ⊗ - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ⊗ - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ⊗ - ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
- ⊗ - ROTA DE FUGA - SAÍDA FINAL
- ⊗ - PORTA CORTA-FOGO
- ⊗ - PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4 - SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO - EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1 - SINALIZAÇÃO DE ALERTA - "ALERTA GERAL"
- A-5 - SINALIZAÇÃO DE ALERTA - "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3 - SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO - "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12 - SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO - "SAÍDA"
- S-17 - SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO - "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "ALARME SONORO"
- E-2 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "ACIONADOR MANUAL"
- E-5 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "EXTINTOR DE INCENDIO"
- E-8 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "HIDRANTE "
- E-11 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "HIDRANTE TIPO CARRETA "

TÍTULO

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PLANTA BAIXA - 2º ANDAR

PROPRIETÁRIO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA

1/100

DATA:

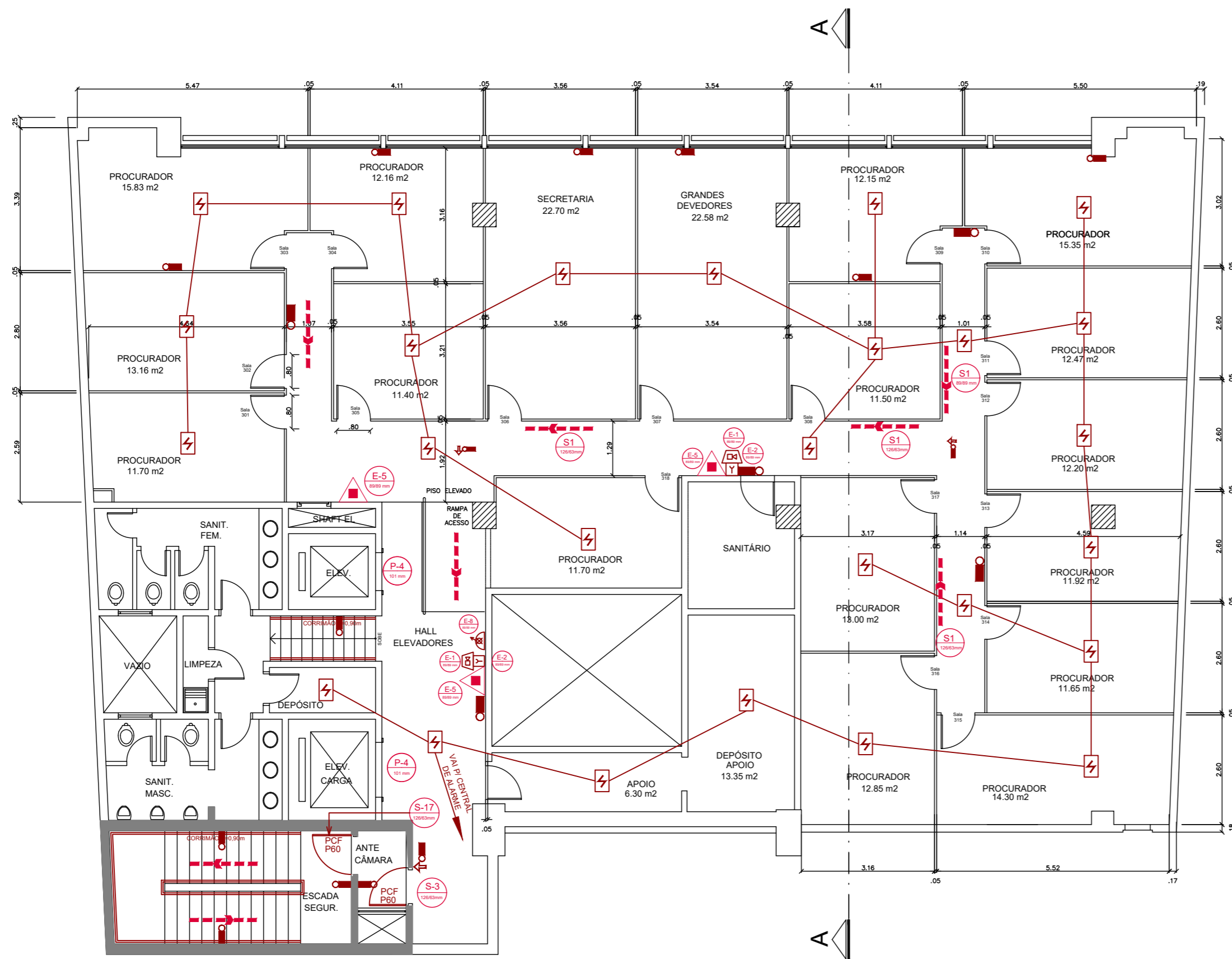
NOV/2019

ARQUIVO

PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG

FOLHA

05/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- ▲ - GÁS CARBÔNICO (CO2) - CAP. 6Kg (5-B:C)
- ⊗ - ÁGUA PRESSURIZADA - CAP. 10L (2-A)
- ⊗ - PÓ QUÍMICO B:C - CAP. 4kg (20-B:C)
- ⊗ - PÓ QUÍMICO TIPO CARRETA B:C - 80B:C
- - PÓ QUÍMICO A:B:C - CAP. 6kg (3-A:40-B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- ⊗ - HIDRANTE SIMPLES
- ⊗ - REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENÇÃO
- +++ - TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- ⊗ - BOMBA DE INCENDIO
- ⊗ - RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- ⊗ - AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ⊗ - ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- ⊗ - CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- ⊗ - DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- ⊗ - DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL 3ª FASE
- ⊗ - BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ⊗ - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ⊗ - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ⊗ - ROTA DE FUGA - DIREÇÃO A SEGUIR
- ⊗ - ROTA DE FUGA - SAÍDA FINAL
- ⊗ - PORTA CORTA-FOGO
- ⊗ - PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4 - SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO - EM CASO DE INCÊNDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1 - SINALIZAÇÃO DE ALERTA - "ALERTA GERAL"
- A-5 - SINALIZAÇÃO DE ALERTA - "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3 - SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO - "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12 - SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO - "SAÍDA"
- S-17 - SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO - "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "ALARME SONORO"
- E-2 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "ACIONADOR MANUAL"
- E-5 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "EXTINTOR DE INCÊNDIO"
- E-8 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "HIDRANTE"
- E-11 - SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - "HIDRANTE TIPO CARRETA"

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA BAIXA - 3º ANDAR

PROPRIETÁRIO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

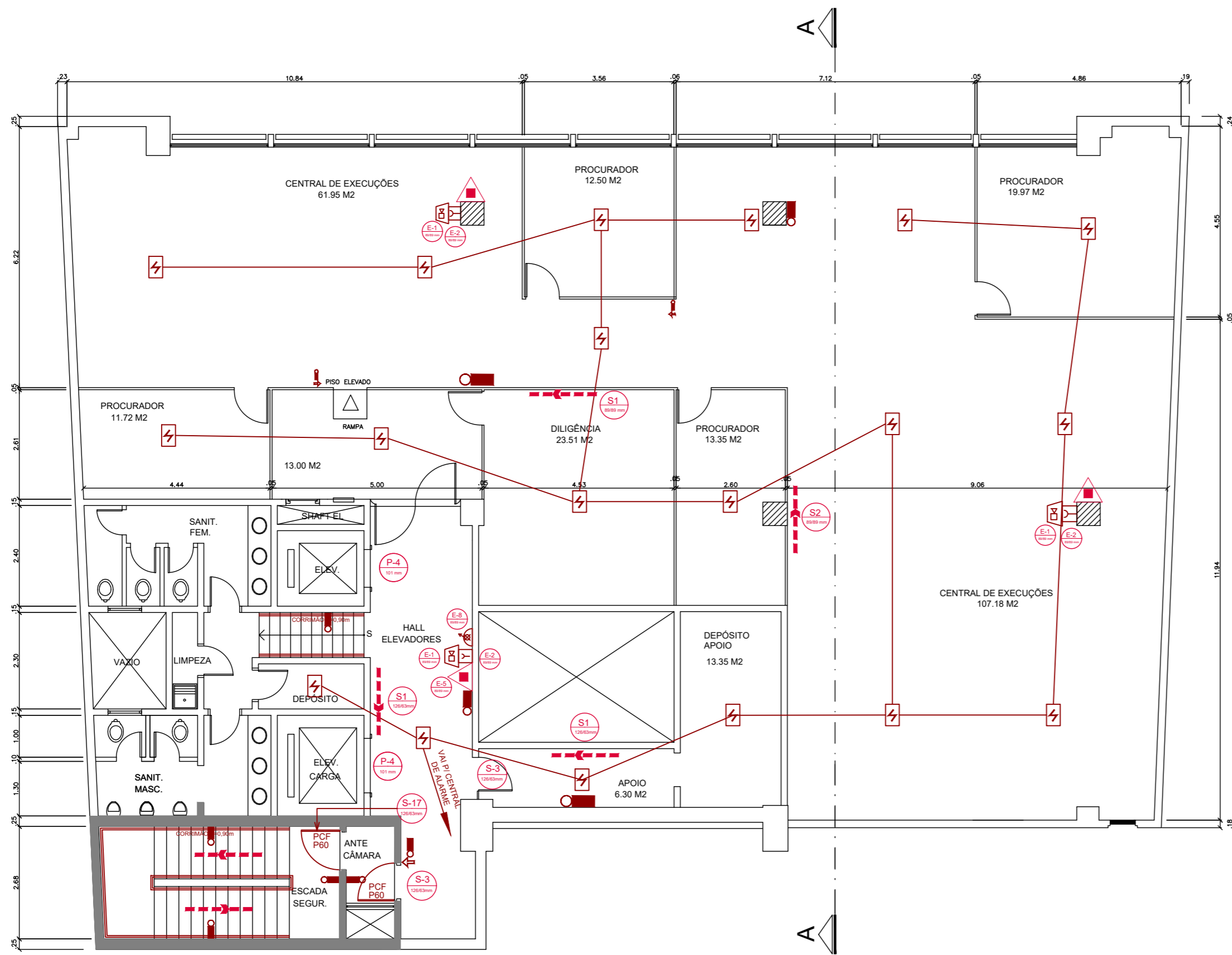
ENDEREÇO:
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA
1/100

DATA:
NOV/2019

ARQUIVO
PPCIP_PROCURADORIAFAZENDA.DWG

FOLHA
06/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- GÁS CARBÔNICO (CO₂) — CAP. 6Kg (5—B:C)
- ÁGUA PRESSURIZADA — CAP. 10L (2—A)
- PÓ QUÍMICO B:C — CAP. 4kg (20—B:C)
- PÓ QUÍMICO TIPO CARRETA B:C — 80B:C
- PÓ QUÍMICO A:B:C — CAP. 6kg (3—A:40—B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- HIDRANTE SIMPLES
- REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENÇÃO
- TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- BOMBA DE INCENDIO
- RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ROTA DE FUGA — DIREÇÃO A SEGUIR
- ROTA DE FUGA — SAÍDA FINAL
- PORTA CORTA-FOGO
- PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4 101 mm SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO — EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1 544 mm SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "ALERTA GERAL"
- A-5 544 mm SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3 120/100 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12 120/100 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "SAÍDA"
- S-17 120/100 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1 544 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ALARME SONORO"
- E-2 544 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ACIONADOR MANUAL"
- E-5 544 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "EXTINTOR DE INCENDIO"
- E-8 544 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE "
- E-11 544 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE TIPO CARRETA "

TÍTULO

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA BAIXA - 4º ANDAR

PROPRIETÁRIO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA

1/100

DATA:

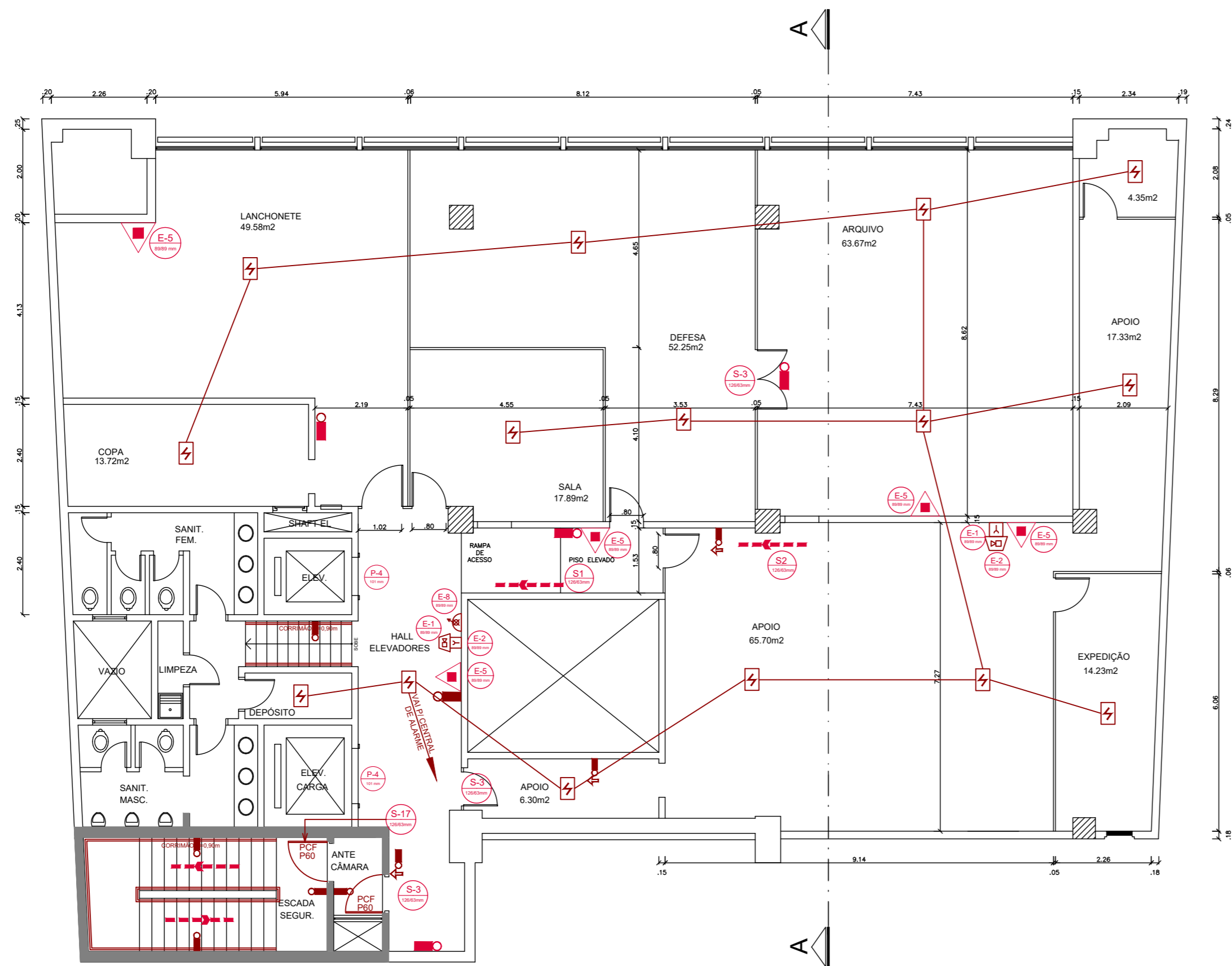
NOV/2019

ARQUIVO

PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG

FOLHA

07/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- GÁS CARBÔNICO (CO2) — CAP. 6Kg (5—B:C)
- AGUA PRESSURIZADA — CAP. 10L (2—A)
- PÓ QUIMICO B:C — CAP. 4kg (20—B:C)
- PÓ QUIMICO TIPO CARRETA B:C — 80B:C
- PÓ QUIMICO A:B:C — CAP. 6kg (3—A:40—B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- HIDRANTE SIMPLES
- REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENCAO
- TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- BOMBA DE INCENDIO
- RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ROTA DE FUGA — DIREÇÃO A SEGUIR
- ROTA DE FUGA — SAÍDA FINAL
- PORTA CORTA-FOGO
- PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4 101 mm SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO — EM CASO DE INCÊNDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1 544 mm SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "ALERTA GERAL"
- A-5 544 mm SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3 105/105 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12 105/105 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "SAÍDA"
- S-17 105/105 mm SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1 84/84 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ALARME SONORO"
- E-2 84/84 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ACIONADOR MANUAL"
- E-5 84/84 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "EXTINTOR DE INCÊNDIO"
- E-8 84/84 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE "
- E-11 84/84 mm SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE TIPO CARRETA "

TÍTULO

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA BAIXA - 5º ANDAR

PROPRIETÁRIO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA

1/100

DATA:

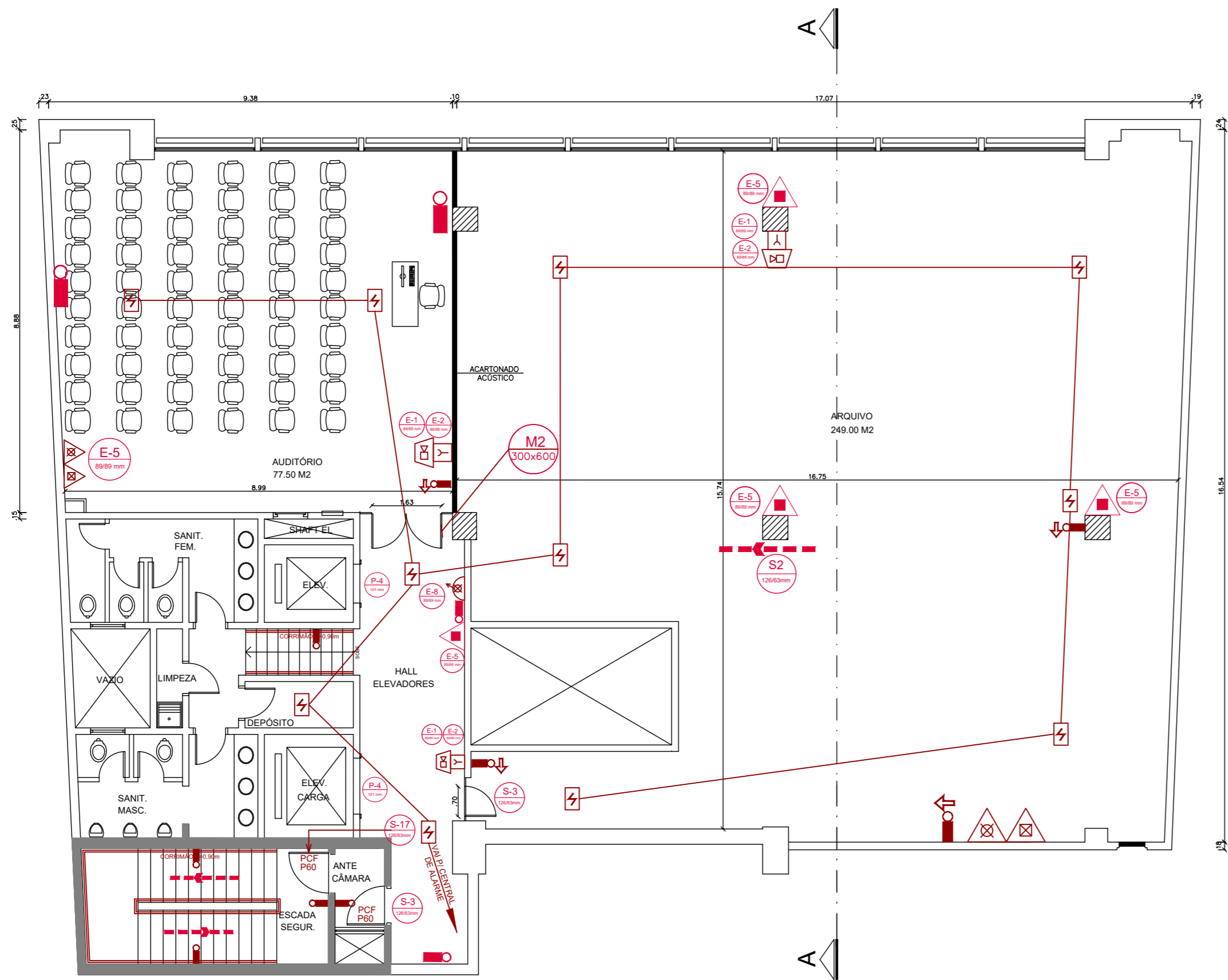
NOV/2019

ARQUIVO

PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG

FOLHA

08/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- ▲ – GÁS CARBÔNICO (CO₂) – CAP. 6Kg (5–B:C)
- ⊗ – ÁGUA PRESSURIZADA – CAP. 10L (2–A)
- ⊗ – PÓ QUÍMICO B:C – CAP. 4kg (20–B:C)
- ⊗ – PÓ QUÍMICO TIPO CARRETA B:C – 80B:C
- – PÓ QUÍMICO A:B:C – CAP. 6kg (3–A:40–B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- ⊗ – HIDRANTE SIMPLES
- ⊗ – REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENÇÃO
- +++++ – TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- ⊗ – BOMBA DE INCENDIO
- ⊗ – RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- ⊗ – AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ⊗ – ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- ⊗ – CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- ⊗ – DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- ⊗ – DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- ⊗ – BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ⊗ – ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ⊗ – ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ⊗ – ROTA DE FUGA – DIREÇÃO A SEGUIR
- ⊗ – ROTA DE FUGA – SAÍDA FINAL
- ⊗ – PORTA CORTA-FOGO
- ⊗ – PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4 – SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO – EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1 – SINALIZAÇÃO DE ALERTA – "ALERTA GERAL"
- A-5 – SINALIZAÇÃO DE ALERTA – "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3 – SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO – "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12 – SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO – "SAÍDA"
- S-17 – SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO – "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1 – SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "ALARME SONORO"
- E-2 – SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "ACIONADOR MANUAL"
- E-5 – SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "EXTINTOR DE INCENDIO"
- E-8 – SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "HIDRANTE "
- E-11 – SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "HIDRANTE TIPO CARRETA "

TÍTULO

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA BAIXA - 6º ANDAR

PROPRIETÁRIO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA

1/100

DATA:

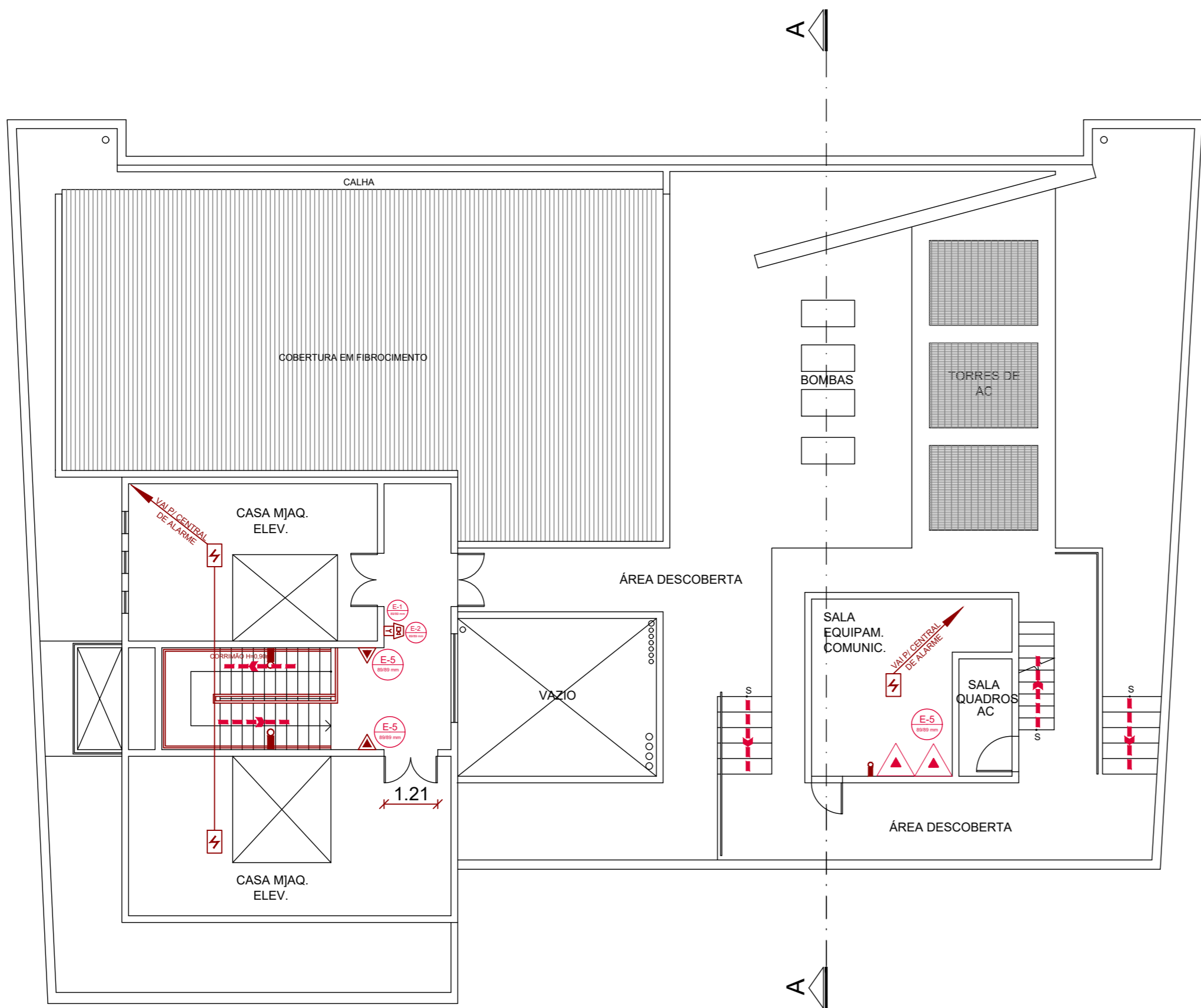
NOV/2019

ARQUIVO

PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG

FOLHA

09/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- GÁS CARBÔNICO (CO₂) — CAP. 6Kg (5—B:C)
- ÁGUA PRESSURIZADA — CAP. 10L (2—A)
- PÓ QUÍMICO B:C — CAP. 4kg (20—B:C)
- PÓ QUÍMICO TIPO CARRETA B:C — 80B:C
- PÓ QUÍMICO A:B:C — CAP. 6kg (3—A:40—B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- HIDRANTE SIMPLES
- REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENÇÃO
- TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- BOMBA DE INCENDIO
- RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ROTA DE FUGA — DIREÇÃO A SEGUIR
- ROTA DE FUGA — SAÍDA FINAL
- PORTA CORTA-FOGO
- PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4** SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO — EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1** SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "ALERTA GERAL"
- A-5** SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3** SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12** SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "SAÍDA"
- S-17** SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ALARME SONORO"
- E-2** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ACIONADOR MANUAL"
- E-5** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "EXTINTOR DE INCENDIO"
- E-8** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE "
- E-11** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE TIPO CARRETA "

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA BAIXA - CASA DE MÁQUINAS

PROPRIETÁRIO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA
1/100

DATA:
NOV/2019

ARQUIVO
PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG

FOLHA
10/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

RUA JOÃO DAS BOTAS

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- ▲ GÁS CARBÔNICO (CO₂) – CAP. 6Kg (5–B:C)
- ⊗ AGUA PRESSURIZADA – CAP. 10L (2–A)
- ⊗ PÓ QUÍMICO B:C – CAP. 4kg (20–B:C)
- ⊗ PÓ QUÍMICO TIPO CARRETA B:C – 80B:C
- PÓ QUÍMICO A:B:C – CAP. 6kg (3–A:40–B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- ⊗ HIDRANTE SIMPLES
- ⊗ REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENÇÃO
- +++++ TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- ⊗ BOMBA DE INCENDIO
- ⊗ RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- ⊗ AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ⊗ ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- ⊗ CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- ⊗ DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- ⊗ DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- ⊗ BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ⊗ ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ⊗ ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ➔ ROTA DE FUGA – DIREÇÃO A SEGUIR
- ➔ ROTA DE FUGA – SAÍDA FINAL
- ⊗ PORTA CORTA-FOGO
- ⊗ PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4 SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO – EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1 SINALIZAÇÃO DE ALERTA – "ALERTA GERAL"
- A-5 SINALIZAÇÃO DE ALERTA – "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3 SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO – "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12 SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO – "SAÍDA"
- S-17 SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO – "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1 SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "ALARME SONORO"
- E-2 SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "ACIONADOR MANUAL"
- E-5 SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "EXTINTOR DE INCENDIO"
- E-8 SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "HIDRANTE "
- E-11 SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – "HIDRANTE TIPO CARRETA "

TÍTULO

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PLANTA BAIXA - SUB SOLO

PROPRIETÁRIO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA

DATA:

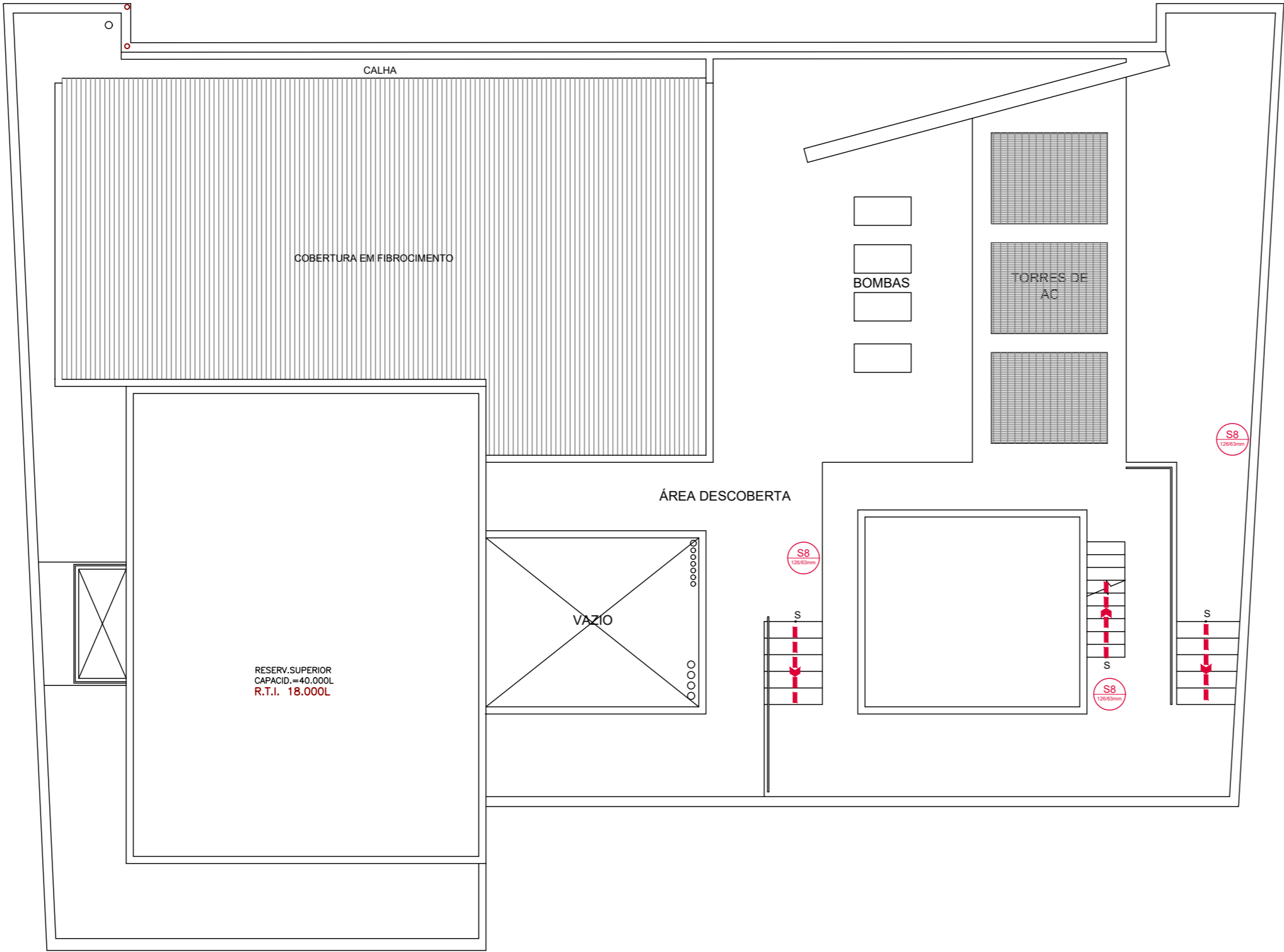
NOV/2019

ARQUIVO

PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG

FOLHA

11/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

LEGENDA

EXTINTORES

- GÁS CARBÔNICO (CO2) — CAP. 6Kg (5—B:C)
- AGUA PRESSURIZADA — CAP. 10L (2—A)
- PÓ QUIMICO B:C — CAP. 4kg (20—B:C)
- PÓ QUIMICO TIPO CARRETA B:C — 80B:C
- PÓ QUIMICO A:B:C — CAP. 6kg (3—A:40—B:C)

HIDRANTES E MANGOTINHOS

- HIDRANTE SIMPLES
- REGISTRO DE REC. C/ VALV. DE RETENCAO
- TUBULAÇÃO DA REDE DE HIDRANTES Ø 2 1/2"
- BOMBA DE INCENDIO
- RESERVA DE INCENDIO

ALARME

- AVISADOR SONORO E VISUAL (COM SIRENE)
- ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO/ALARME
- CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO

DETECÇÃO

- DETECTOR DE CALOR PONTUAL
- DETECTOR DE FUMACA PONTUAL 3ª FASE
- BATERIAS DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME

ILUMINAÇÃO

- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ACLARAMENTO)
- ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (BALIZAMENTO)

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

- ROTA DE FUGA — DIREÇÃO A SEGUIR
- ROTA DE FUGA — SAÍDA FINAL
- PORTA CORTA-FOGO
- PAREDE RESISTENTES A FOGO

SIMBOLOGIA

- P-4** SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO — EM CASO DE INCENDIO, NÃO USE O ELEVADOR
- A-1** SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "ALERTA GERAL"
- A-5** SINALIZAÇÃO DE ALERTA — "CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO"
- S-3** SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "INDICAÇÃO SAÍDA"
- S-12** SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "SAÍDA"
- S-17** SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO — "NÚMERO DO PAVIMENTO"
- E-1** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ALARME SONORO"
- E-2** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "ACIONADOR MANUAL"
- E-5** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "EXTINTOR DE INCENDIO"
- E-8** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE "
- E-11** SINALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS — "HIDRANTE TIPO CARRETA "

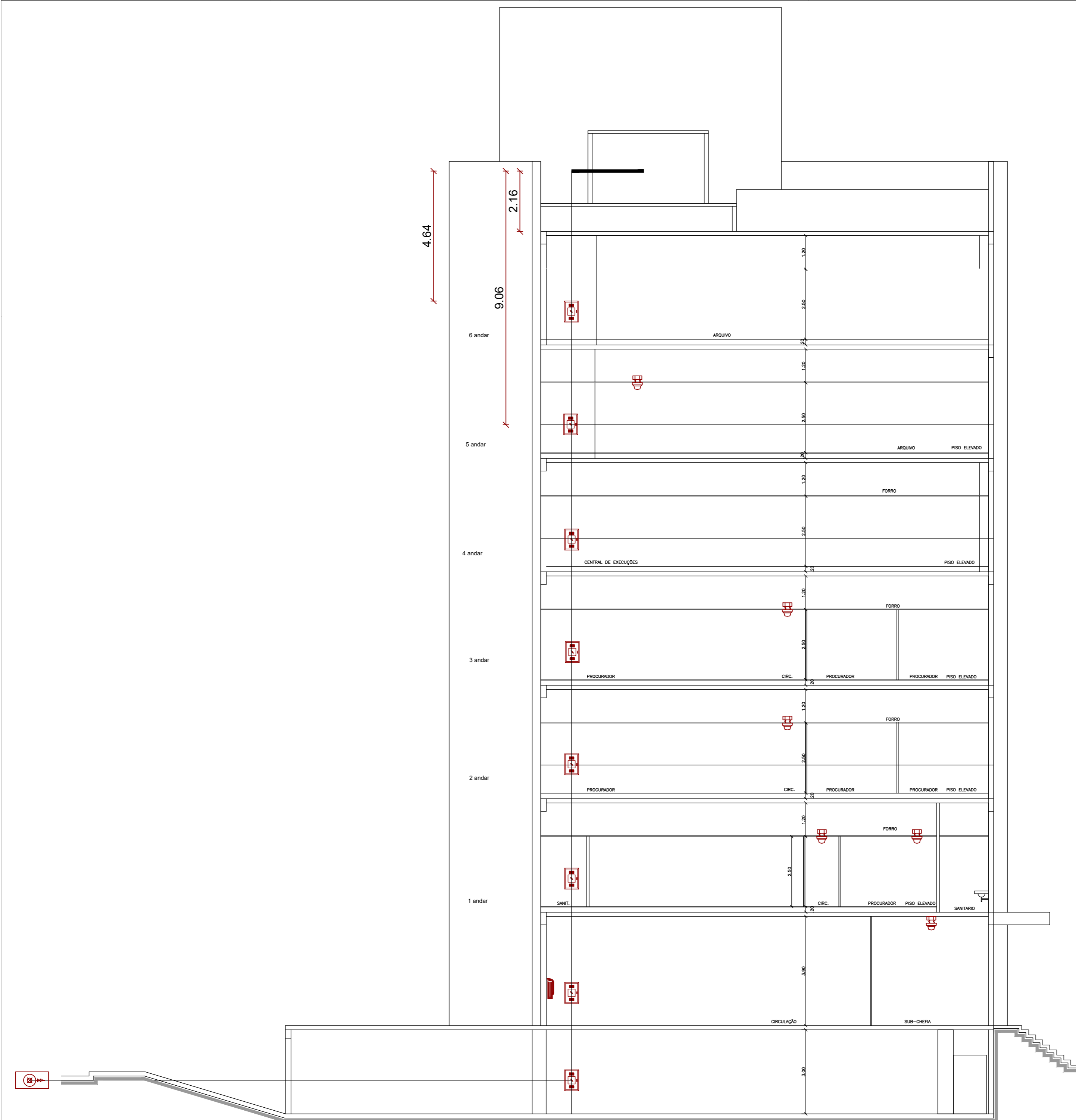
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA BAIXA - SUB SOLO

PROPRIETÁRIO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA


ENDEREÇO:
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.



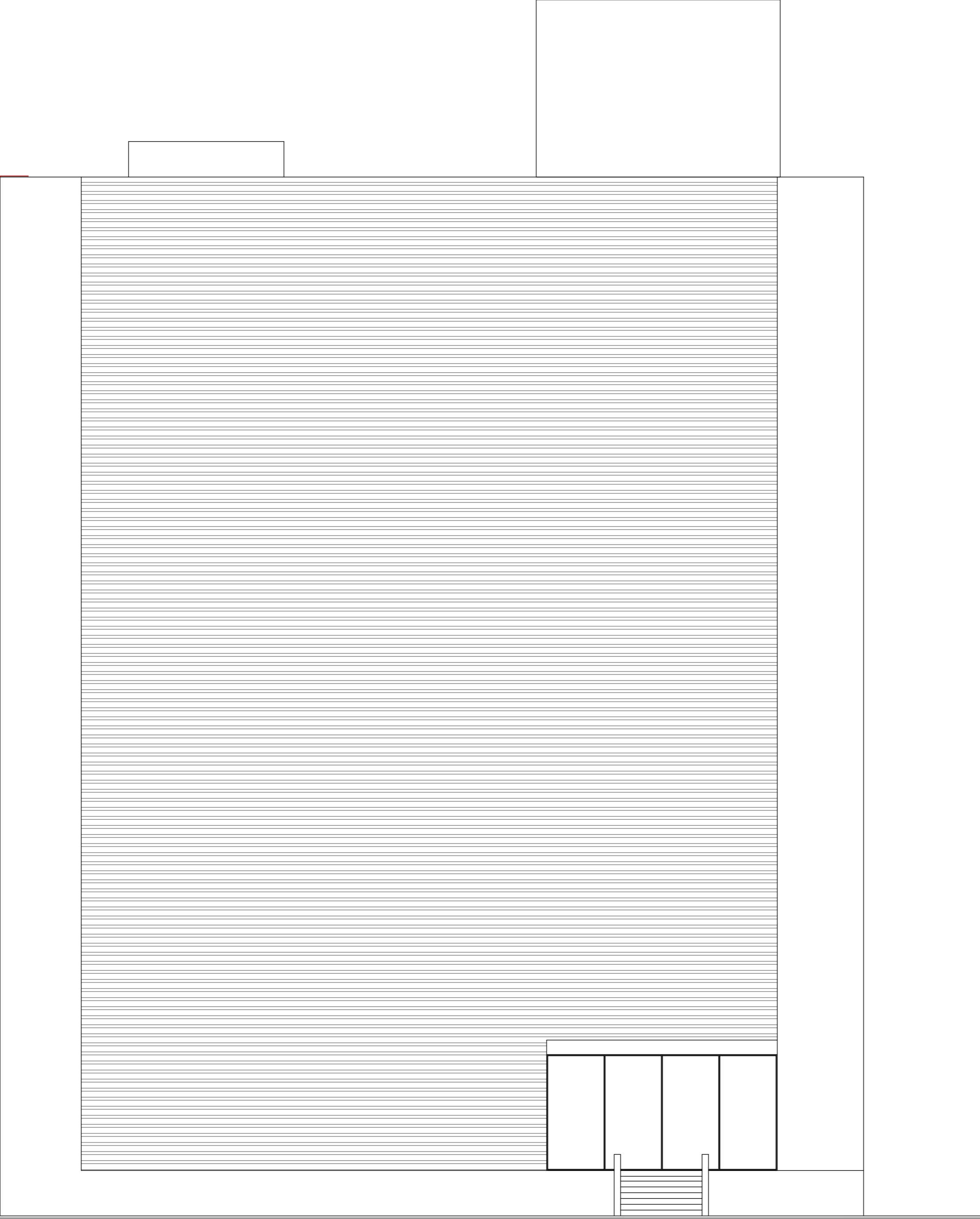
RESPONSÁVEL TÉCNICO:			
<div>Engª Patrícia de Sousa Suede CREA:68697/BA</div>			
TÍTULO			
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PLANTA DE CORTE A - A			
PROPRIETÁRIO			
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA			
ENDEREÇO:			
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.			
ESCALA	DATA:	ARQUIVO	FOLHA
1/100	NOV/2019	PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG	13/17



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

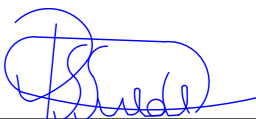

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

TÍTULO			
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PLANTA DE CORTE A - A			
PROPRIETÁRIO			
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA			
ENDEREÇO:			
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.			
ESCALA	DATA:	ARQUIVO	FOLHA
1/100	NOV/2019	PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG	14/17

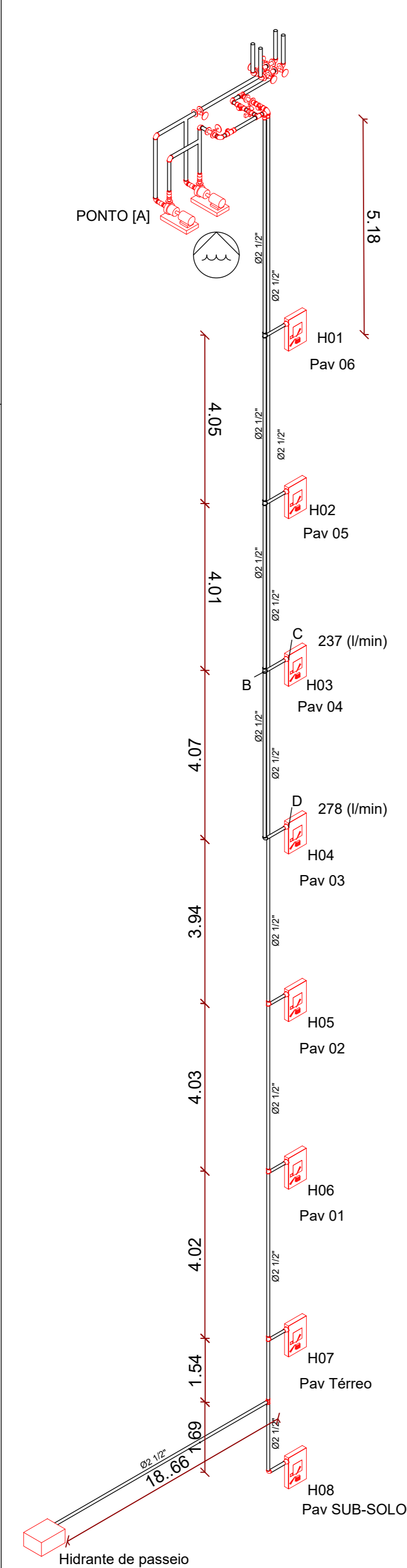


FACHADA FRONTAL

RESPONSÁVEL TÉCNICO:


Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

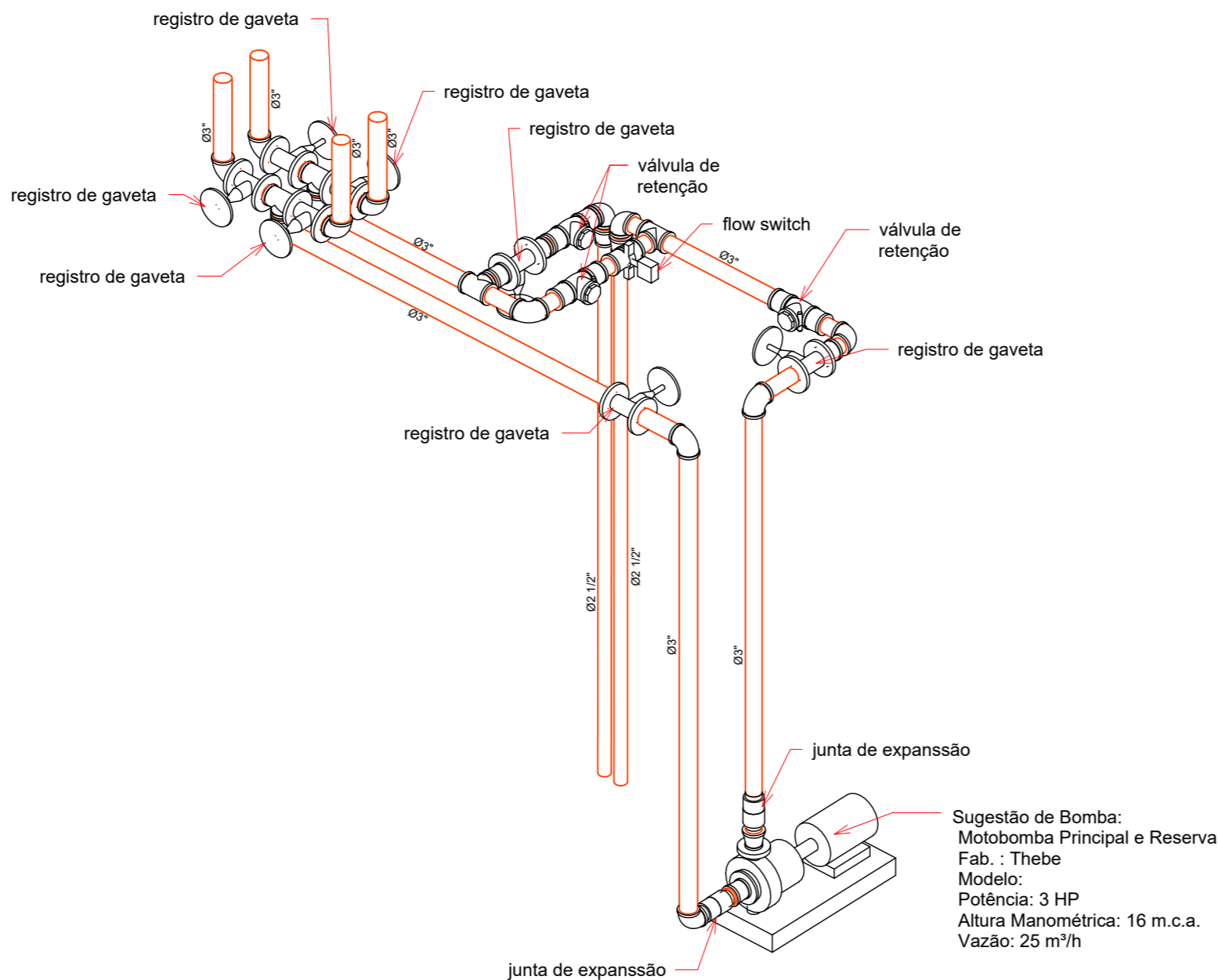
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PLANTA DA FACHADA			
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA			
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.			
DATA:	NOV/2019	ARQUIVO	PPCIP_PROCURADORIADAFAZENDA.DWG
FOLHA	15/17		



SISTEMA SKID
PARA AUMENTO DE PRESSÃO
NOS HIDRANTES
SEM ESCALA

NOTAS BOMBA DE REFORÇO – IT 22/2016 – CBMBA

- QUANDO O ABASTECIMENTO É FEITO POR BOMBAS DE INCÊNDIO, DEVE POSSUIR PELO MENOS DUAS, SENDO UMA ELÉTRICA E OUTRA DE COMBUSTÃO INTERNA OU DUAS ELÉTRICAS LIGADAS A UM GRUPO MOTOGERADOR, DEVENDO SER UTILIZADAS PARA ESTE FIM;
- AS BOMBAS DE INCÊNDIO DOS SISTEMAS DE HIDRANTES E DE MANGOTINHOS PODEM DISPOR DE DISPOSITIVOS PARA ACIONAMENTO AUTOMÁTICO OU MANUAL;
- QUANDO O ACIONAMENTO FOR MANUAL DEVEM SER PREVISTAS BOTOEIRAS DO TIPO “LIGA–DESLIGA”, JUNTO A CADA HIDRANTE OU MANGOTINHO;
- SENDO A BOMBA DE REFORÇO ACIONADA POR BOTOEIRA DO TIPO “LIGA/DESLIGA”, PARA OS PONTOS DE HIDRANTES OU MANGOTINHOS QUE ATENDAM AS PRESSÕES E VAZÕES MÍNIMAS REQUERIDAS EM FUNÇÃO DA AÇÃO DA GRAVIDADE, PODE SER DISPENSADO AS BOTOEIRAS JUNTO A ESTES HIDRANTES OU MANGOTINHOS, DEVENDO SER DEMONSTRADO NOS CÁLCULOS HIDRÁULICOS E NO DETALHE ISOMÉTRICO DA REDE;
- OS CONDUTORES ELÉTRICOS DAS BOTOEIRAS DEVEM SER PROTEGIDOS CONTRA DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS POR MEIO DE ELETRODUTOS RÍGIDOS EMBUTIDOS NAS PAREDES, OU QUANDO APARENTES EM ELETRODUTOS METÁLICOS, NÃO DEVENDO PASSAR EM ÁREAS DE RISCO;
- AS BOMBAS DE INCÊNDIO NÃO PODEM SER INSTALADAS EM SALAS QUE CONTENHAM QUALQUER TIPO DE MÁQUINA OU MOTOR, EXCETO QUANDO ESTES ÚLTIMOS SE DESTINEM A SISTEMAS DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO QUE UTILIZEM A ÁGUA COMO AGENTE DE COMBATE;
- A ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DAS BOMBAS DE INCÊNDIO DEVE SER INDEPENDENTE DO CONSUMO GERAL, DE FORMA A PERMITIR O DESLIGAMENTO GERAL DA ENERGIA, SEM PREJUÍZO DO FUNCIONAMENTO DO MOTOR DA BOMBA DE INCÊNDIO;
- NA FALTA DE ENERGIA DA CONCESSIONÁRIA, AS BOMBAS DE INCÊNDIO ACIONADAS POR MOTOR ELÉTRICO PODEM SER ALIMENTADAS POR UM GERADOR DIESEL;
- A ENTRADA DE FORÇA PARA A EDIFICAÇÃO A SER PROTEGIDA DEVE SER DIMENSIONADA PARA SUPORTAR O FUNCIONAMENTO DAS BOMBAS DE INCÊNDIO EM CONJUNTO COM OS DEMAIS COMPONENTES ELÉTRICOS DA EDIFICAÇÃO, A PLENA CARGA;
- AS CHAVES ELÉTRICAS DE ALIMENTAÇÃO DAS BOMBAS DE INCÊNDIO DEVEM SER SINALIZADAS COM A INSCRIÇÃO: “ALIMENTAÇÃO DA BOMBA DE INCÊNDIO – NÃO DESLIGUE”;
- OS FIOS ELÉTRICOS DE ALIMENTAÇÃO DO MOTOR DAS BOMBAS DE INCÊNDIO, QUANDO DENTRO DA ÁREA PROTEGIDA PELO SISTEMA DE HIDRANTES DEVEM SER PROTEGIDOS CONTRA DANOS MECÂNICOS E QUÍMICOS, FOGO E UMIDADE;



SINALIZAÇÃO

CÓDIGO ANTECEDIDO PELA LETRA DE SINALIZAÇÃO
CONFORME IT–20

DIMENSÕES EM mm

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SÍMBOLO
E7 179	SÍMBOLO: QUADRADO FUNDO: VERMELHA PICTOGRAMA: FOTOLUMINESCENTE ALTURA INSTALAÇÃO: H=1,80M	
E17 1000	SÍMBOLO: QUADRADO (1,00mx1,00m) FUNDO: VERMELHA (0,70mx0,70m) BORDA: AMARELA (0,30mx0,30m)	

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Eng.ª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
ISOMÉTRICO DA REDE DE HIDRANTES

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

DATA: MAIO/2020	ARQUIVO PPCIP_PROCURADORIAFAZENDA.DWG	FOLHA 16/17
--------------------	--	----------------

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
S1		Saída de emergência	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente	Indicação do sentido (esquerda ou direita) de uma saída de emergência, especialmente para ser fixado em colunas. Dimensões mínimas: L = 1,5 H
S2				Indicação do sentido (esquerda ou direita) de uma saída de emergência. Dimensões mínimas: L = 2,0 H
S3				Indicação de uma saída de emergência a ser afixada acima da porta, para indicar o seu acesso.
S4				
S5				
S6				a) Indicação do sentido do acesso a uma saída que não esteja aparente; b) Indicação do sentido de uma saída por rampas; c) Indicação do sentido da saída na direção vertical (subindo ou descendo). NOTA - A seta indicativa deve ser posicionada de acordo com o sentido a ser sinalizado.
S7				

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
E1		Alarme sonoro		Indicação do local de acionamento do alarme de incêndio.
E2		Comando manual de alarme ou berrido de incêndio	Símbolo: quadrado Fundo: vermelho Pictograma: fotoluminescente	Ponto de acionamento de alarme de incêndio ou bomba de incêndio. Deve vir sempre acompanhado de uma mensagem escrita, designando o equipamento acionado por aquele ponto.
E3		Bomba de incêndio		
E4		Telefone ou interface de emergência		Indicação da posição do telefone para comunicação de situações de emergência a uma central.
E5		Extintor de incêndio	Símbolo: quadrado Fundo: vermelho Pictograma: fotoluminescente	Indicação de localização dos extintores de incêndio.

Código	Símbolo	Significado	Forma e cor	Aplicação
C1		Direção da rota de saída	Símbolo: retangular Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente	Nas paredes, colúmnas ao piso, entre elas placas de rota de saída.
C2		Direção da rota de saída	Símbolo: quadrado Fundo: verde Pictograma: fotoluminescente	Complementar uma sinalização básica de orientação e salvamento.
C3				
C4				
C5				
C6				
C7				
C8				

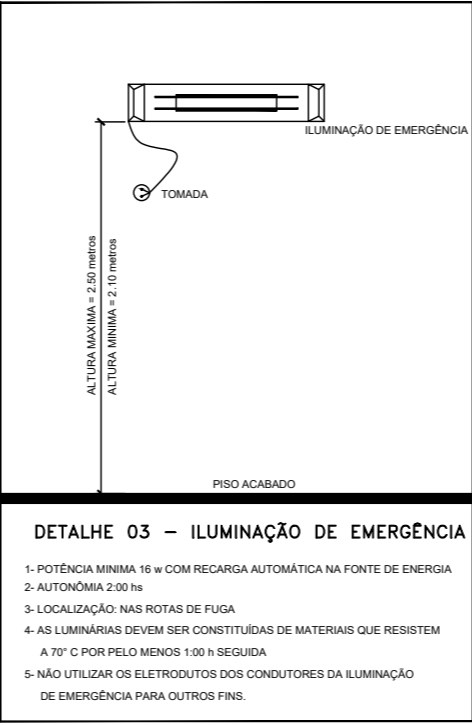








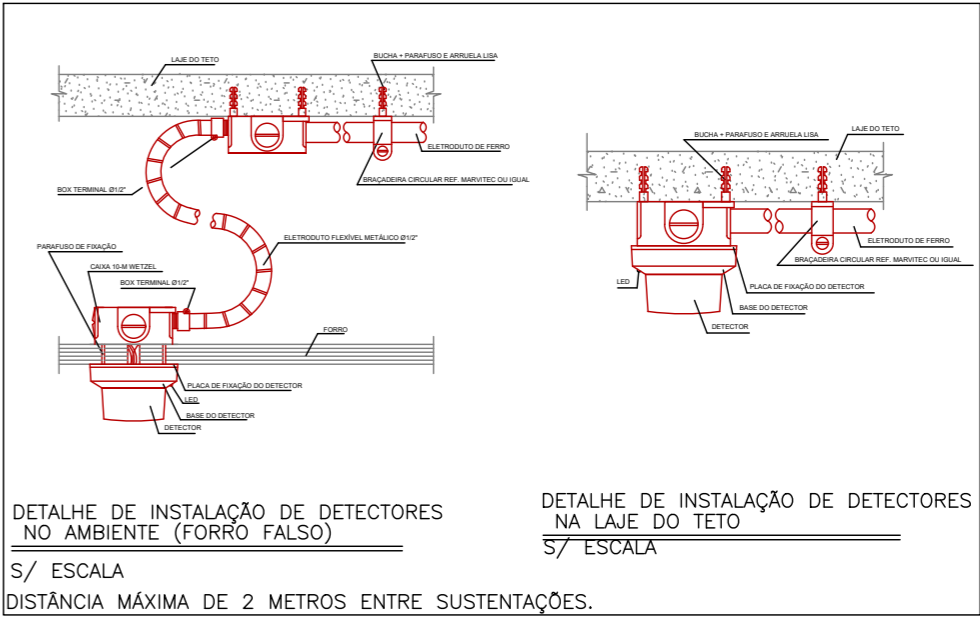
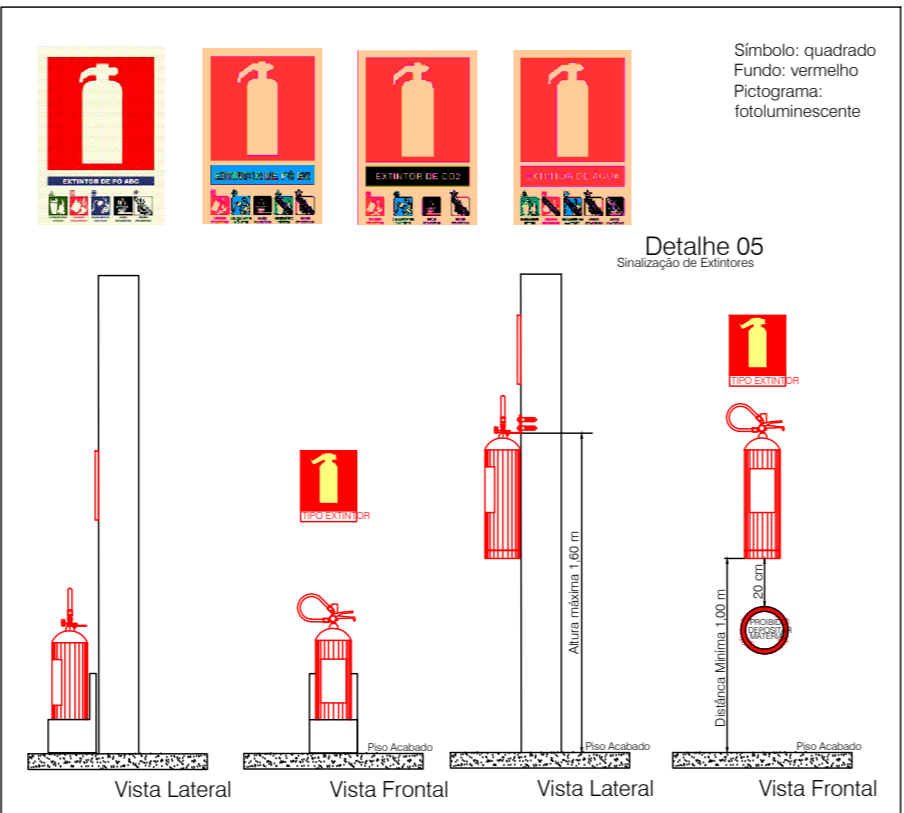
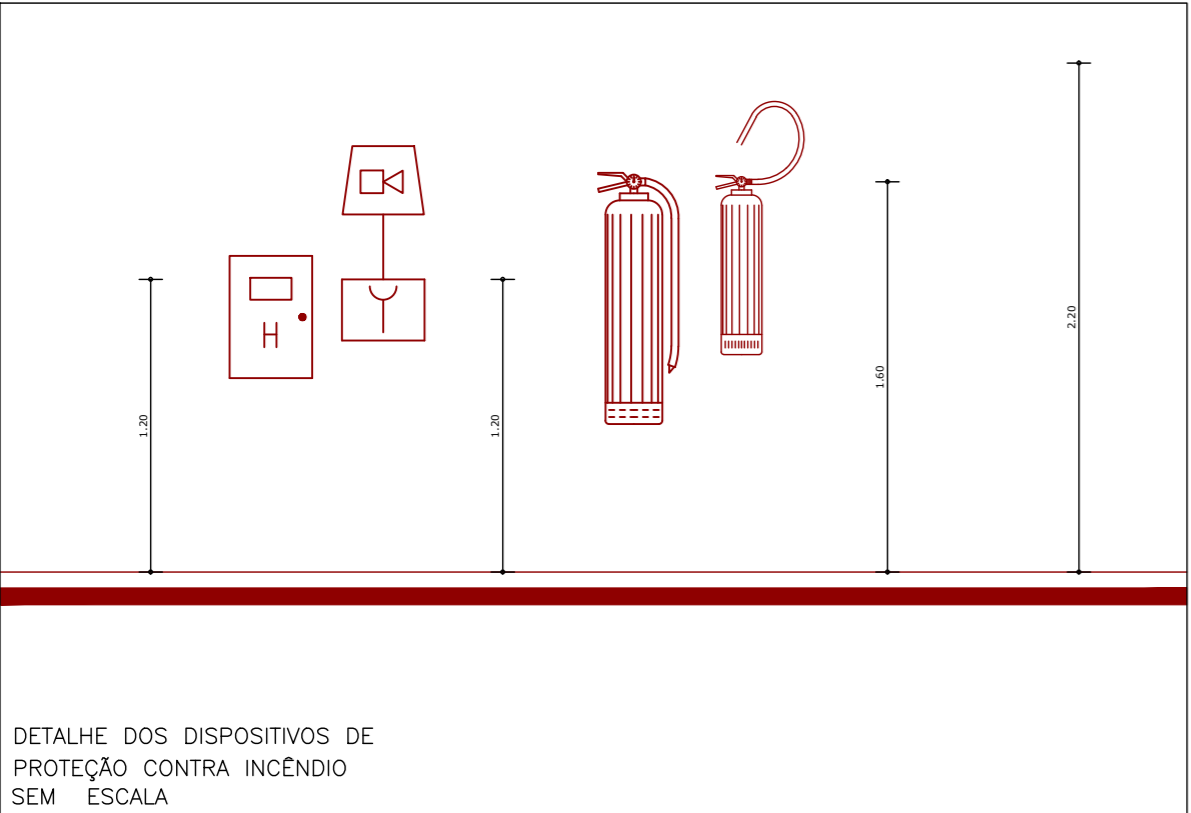


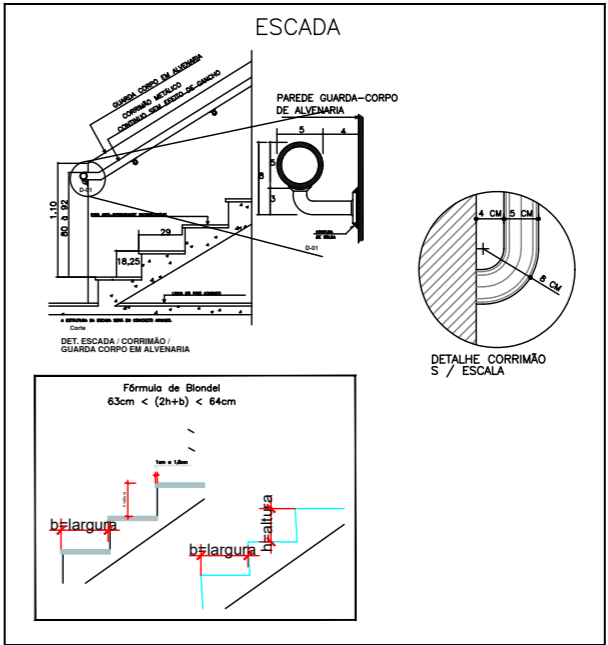
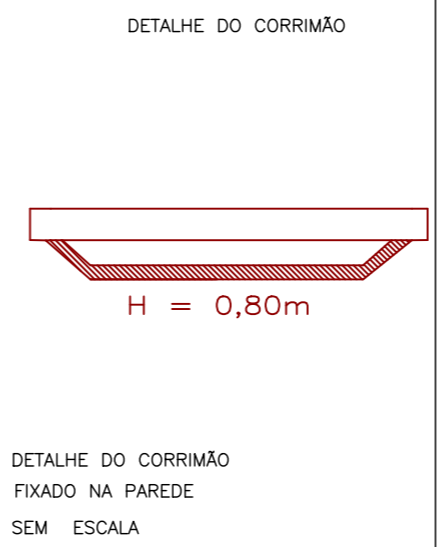
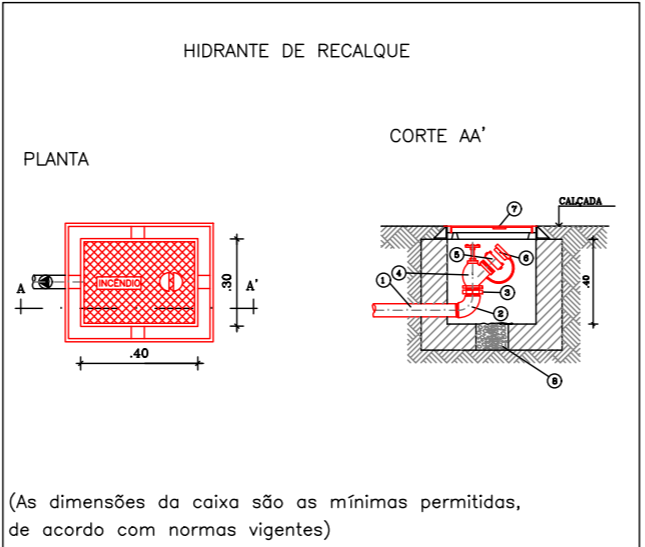
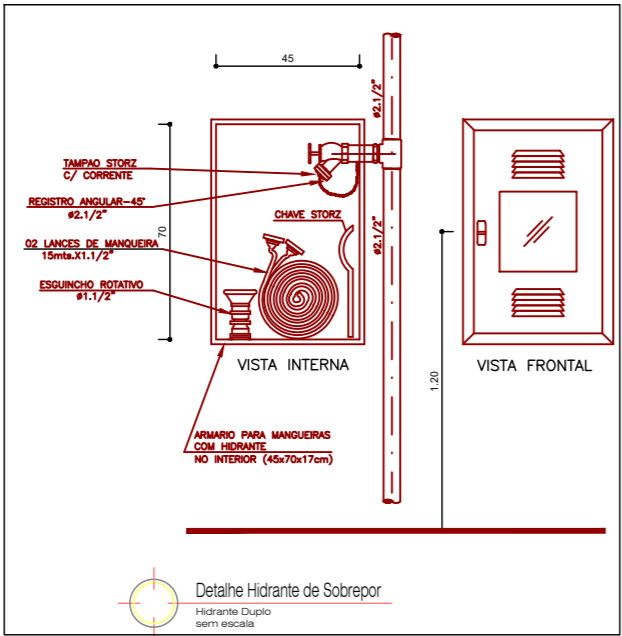
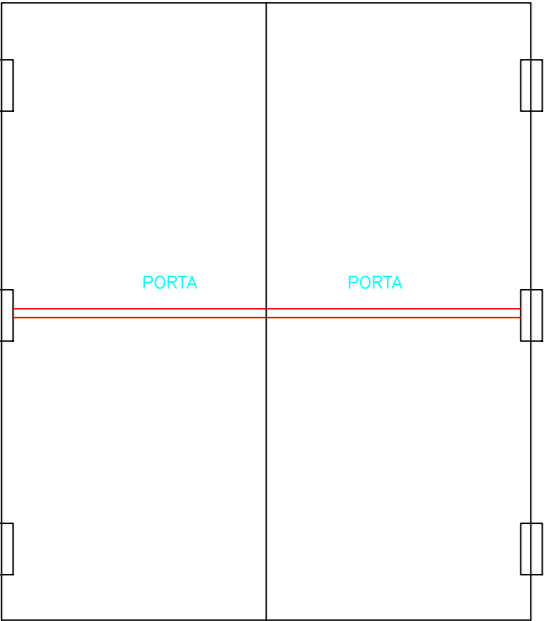
TABELA 1 - NBR 13434-2 - DIMENSÕES DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO
ESC.: S/E

SINAL	FORMA GEOMETRICA	COTA (mm)	DISTÂNCIA MÁXIMA DE VISIBILIDADE (m)											
			4	6	8	10	12	14	16	18	20	24	28	30
PROIBIÇÃO	 	D	101	151	202	252	303	353	404	454	505	606	706	757
ALERTA	 	L	136	204	272	340	408	476	544	612	680	816	951	1019
ORIENTAÇÃO SALVAMENTO E EQUIPAMENTOS	 	L	89	134	179	224	268	313	358	402	447	537	626	671
	 	H (L=2H)	63	95	126	158	190	221	253	285	316	379	443	474

1) AS DIMENSÕES (COTAS) APRESENTADAS SÃO VALORES MÍNIMOS DE REFERÊNCIA PARA AS DISTÂNCIAS DADAS



PORTA COM BARRA ANTIPÂNICO



RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Engª Patrícia de Sousa Suede
CREA:68697/BA

TÍTULO
PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO
PLANTA DE DETALHES

PROPIETÁRIO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NA BAHIA

ENDEREÇO:
RUA ARAÚJO PINHO, Nº 91, CANELA, SALVADOR - BA.

ESCALA
1/200

DATA:
NOV/2019

ARQUIVO
PPCIP_PROCURADORIAFAZENDA.DWG

FOLHA
17/17

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

PROPONENTE	ORÇAMENTO N.º
	OBRA:

DESPESAS INDIRETAS DA SEDE			CÁLCULO DO BDI
TIPO	DESCRIÇÃO	Taxa (%)*	$BDI = \frac{(1+A+C+SG+R) (1+DF) (1+L)}{\left[1 - I \right]} - 1$
AC	Taxa de Rateio da Administração Central	5,50%	
DF	Taxa de Despesas Financeiras	1,39%	
R	Taxa de Riscos	1,27%	
SG	Taxa de Seguro e Garantia do Empreendimento	1,00%	
BENEFÍCIOS			
TIPO	DESCRIÇÃO	Taxa (%)*	
T	TRIBUTOS (A+B+C+D)	10,65%	
	A)COFINS	3,00%	
	B)PIS	0,65%	
	C)ISS	5,00%	
	D)CPRB	2,00%	
L	LUCRO	8,96%	

BDI MÁXIMO ADMITIDO	27,00%
----------------------------	---------------

I – O percentual total apurado do BDI deverá incidir de forma direta sobre o somatório dos custos totais de cada serviço.

II – Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custos direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contrato, não devendo ser repassado à contratante, conforme Súmula/TCU n.º 254/2010.

III – A inserção da CPRB decorre das alterações promovidas pela lei n.º 12.844/2013, conforme orientação do Acórdão TCU n.º 2.293/2013 – Plenário. A nova sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária poderá impactar as taxas de BDI mediante a majoração do percentual correspondente a 2% sobre o preço total da obra, em substituição à contribuição previdenciária patronal de 20% prevista nos encargos sociais. Nos orçamentos de obras públicas, somente se aplicará durante os períodos de sua vigência legal e depende do enquadramento da obra e das empresas contratadas nas respectivas atividades econômicas expressamente citadas na legislação.

* – Os percentuais informados se referem aos valores máximos admitidos para a composição do BDI.

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 11046.101334/2022-11

2. Descrição da necessidade

O complexo onde funcionam as instalações da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia, estão localizadas na Rua Araújo Pinho. Canela - Salvador/Ba. CEP: 40.110.150, possui uma área construída de 4.949,31 m².

Trata-se de imóvel próprio, com 6 (seis) pavimentos, compreendendo o subsolo, o pavimento térreo, do 1º ao 6º pavimentos, assim como o telhado e as partes externas, perfazendo uma área construída de 4.949,31 m²..

QUADRO DE ÁREAS	
LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m ²)
SUB	783,16
TÉRREO	479,55
1º PAVIMENTO	463,28
2º PAVIMENTO	463,28
3º PAVIMENTO	463,28
4º PAVIMENTO	463,28
5º PAVIMENTO	463,28
6º PAVIMENTO	463,28
COBERTURA	450,07
CASA DE MÁQUINAS	454,84
ÁREA TOTAL	4.947,30

A edificação é classificada como Ocupação: D1 – Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios – Risco Médio: 300-1.200 MJ/ m², Tabela 1 do Decreto 16.302/15 . doc sei nº 26827773

De forma a garantir a prevenção, proteção e combate a situações de emergência e pânico nas edificações, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia – CBMBA, estabelece critérios, reunidos na Instrução Técnica Nº 16/2018, cujo objetivo é estabelecer os requisitos para a elaboração, manutenção e revisão de um plano de emergência contra incêndio e pânico, visando proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio, bem como viabilizar a continuidade dos negócios, fornecer informações operacionais das edificações, estruturas ou áreas de risco ao Corpo de Bombeiros Militar da Bahia para otimizar o atendimento de ocorrências e padronizar e alocar as plantas de risco de incêndio nas edificações para facilitar o atendimento operacional prestado pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

Após vistoria realizada nas instalações da PFN/BA foi emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia – CBMBA, **Atestado de Conformidade de Projeto nº2076/2020**, que o Projeto de Segurança contra incêndio e Pânico da edificação protocolado sob o nº CATP-13512/2019, está em conformidade com as exigências da Lei Estadual nº 12.929/2013 e do Decreto Estadual nº 16.302/2015.

Assim, se faz necessário a contratação de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar a execução do Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP) aprovado, para que a PFN/BA possa obter o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) emitido pelo CBMBA, Contemplando também a instalação e ou reparo dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia - PFN/BA

O PPSCIP se destina a oferecer proteção à vida humana, ao patrimônio e aos bens produzidos. O objetivo é a contratação de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar a execução nas dependências da PFN/BA/BA, do Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP) aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Bahia. A empresa fornecerá os materiais, equipamentos, mão-de-obra, bem como todos os insumos exigidos para o atendimento ao projeto. Contemplar também a instalação e ou reparo dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia.

O laudo técnico emitido pela empresa especializada contratada identificou a necessidade melhorais / atualizações nos sistemas existentes de Segurança contra Incêndio e Pânico, conforme listada abaixo:

- Fornecimento e Instalação das bombas de alimentação dos hidrantes;
- Instalação das placas de sinalização e rota de fuga;
- Instalação das luminárias de emergência;
- Substituição dos detectores, acionadores e central de alarme;
- Instalação do hidrante e recalque;
- Substituição das mangueiras de incêndio;
- Substituição dos extintores de Incêndio;
- Demarcação de sinalização de piso;
- Remoção e substituição das portas corta fogo;
- Teste hidráulico do sistema de hidrantes;
- Solicitação da vistoria para liberação do AVCB;
- Emissão de relatório fotográfico antes e depois;
- Emissão de ART;

A contratação é necessária também para mitigar ou mesmo impedir que, caso aconteça um princípio de incêndio na edificação, os ocupantes tenham condições de atuar de maneira preventiva para evitar o agravamento da situação até a chegada do corpo de bombeiros, resguardando vidas e o patrimônio público.

Ressalta-se que no quadro de servidores e empregados da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia, não existe pessoal técnico para realizar os serviços em questão, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

A Lei nº 9.632, de 07/05/98, que trata da extinção de cargos da Administração Pública Federal, prevê que a contratação das atividades correspondentes será feita mediante execução indireta. Nessa esteira, a IN SEGES /MPDG, de nº 05 de maio de 2017 e alterações, possibilitou às unidades administrativas a contratação dos serviços terceirizados.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMÓVEIS

As atuais dependências apresentam as características gerais abaixo descritas. Todavia, tais características são meramente orientativas.

PFN/BA

Trata-se de imóvel próprio, com 6 (seis) pavimentos, compreendendo o subsolo, o pavimento térreo, do 1º ao 6º pavimentos, assim como o telhado e as partes externas, perfazendo uma área construída de 4.949,31 m²..

DAS PARTES CIVIS

De maneira geral, os materiais e acabamentos existentes no imóvel são os seguintes:

A estrutura do telhado é de madeira e as telhas de fibrocimento (amianto), onduladas, de 2,40x1,10m;

As esquadrias das fachadas são de perfis de alumínio (cor preta) e vidro;

As alvenarias externas são revestidas de cerâmica (fundo) e mármore nas laterais (frente);

O acabamento dos pisos dos halls dos pavimentos são: subsolo (granitina), térreo e do 2º ao 5º (cerâmico), e 1º (granito);

As paredes internas das áreas comuns e de serviço são de alvenaria, emassadas e pintadas com tinta PVA látex; as dos banheiros e copas são revestidas de azulejo e fórmica; 2.2.7. Os batentes, guarnições e portas/divisórias (eucatex) existentes são pintadas em esmalte sintético nas cores gelo e vermelho.

DO SISTEMA ELÉTRICO

Quadros Gerais:

QGBT Subestação do Edifício Chave Geral 500A;

QGBT da rede estabilizada 110 V Chave Geral 350A.

Quadros Parciais:

QFL (subsolo), 15 disjuntores parciais de iluminação e tomada 220V, com 4 disjuntores, de 10A, sendo 8 de 15A, 1 de 20A, 1 de 30A e 1 de 40A;

QFL (térreo), disjuntor geral de 70A e 19 disjuntores parciais, sendo 8 de 15A, 2 de 10A, 4 de 20A, 2 de 25A, e 3 de 40A

QFL (térreo – DAU), disjuntor geral de 40A e 23 disjuntores parciais, sendo 16 de 16A, e 7 de 20A;

QFL (1º andar), disjuntor geral de 20A e 14 disjuntores parciais de 20A;

QFL (2º andar), disjuntor geral de 80A e 28 disjuntores parciais, sendo 21 de 15A, 6 de 20A, e 1 de 25A;

QFL (3º andar), disjuntor geral de 70A e 29 disjuntores parciais, sendo 23 de 15A, 5 de 20A, e 1 de 25A;

QFL (4º andar), disjuntor geral de 80A e 23 disjuntores parciais, sendo 3 de 32A, 18 de 20A, e 2 de 25A;

QFL (5º andar), disjuntor geral de 100A e 28 disjuntores parciais, sendo 2 de 10A, 2 de 15A, 20 de 20A, 1 de 25A, 2 de 30A, 1 de 40A;

QFL (6º andar), disjuntor geral de 100A e 22 disjuntores parciais, sendo 11 de 15A, 5 de 20A, 1 de 10A, 1 de 30A, 2 de 40A, 1 de 60A, e 1 de 25A.

QF de Ar Condicionado (2º andar), disjuntor geral de 80A e 10 disjuntores parciais, sendo 5 de 10A, 5 de 16A;

QF de Ar Condicionado (terraço), disjuntor geral de 500A e 6 disjuntores parciais, sendo 3 de 75A, 2 de 80A, e 1 de 160A;

Grupo Gerador de Emergência: Grupo gerador motor a diesel de 150 KVA: 01 unidade.

Tomadas de Energia (aproximado): Tomada rede estabilizada 110 V: 240 unidades;

Luminárias (aproximado):

1 x 32 W: 16 unidades;

2 x 32 W: 248 unidades;

2 x 16 W: 4 unidades;

4 x 16 W: 1.516 unidades;

1 x 16 W: 176 unidades;

Emergência: 33 unidades;

Incandescente luz piloto: 01 unidade;

Eletrônica compacta 20 W: 66 unidades.

DO SISTEMA HIDROSSANITÁRIO

Vaso sanitário: 33 unidades;

Mictório: 20 unidades;

Válvula de descarga: 33 unidades;

Torneiras: 47 unidades;

Bomba de água potável: 02 unidades;

Lavatório tipo cuba: 47 unidades;

Ducha higiênica: 04 unidades;

Caixa d'água superior: 03 unidades;

Caixa d'água inferior: 02 unidades;

Sifão registro para mictório 2": 20 unidades;

DO SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIO

Caixa de hidrante com 2 x 15 m de mangueira: 10 unidades;

Sirene: 18 unidades;

Botão acionador marca sinal: 18 unidades;

Extintores CO2 com 6 kg.:5 unidades;

Extintor de água 10L: 20 unidades;

Extintores pó químico com 4 kg.: 20 unidades;

Luminárias de emergência: 30 unidades;

Porta corta fogo: 14 unidades;

Iluminação de saída de emergência: 26 unidades;

Quadro geral painel de distribuição: 01 unidade.

DO SISTEMA DA REDE LÓGICA

Pontos lógicos de rede de dados: 170 unidades (aproximado);

Fibra óptica: 6 cabos de 6 vias;

Salas com rack: 6 (seis) salas.

DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO

Ar-condicionado tipo Split de 9.000 BTU's: 06 unidades;

Ar-condicionado tipo Split de 12.000 BTU's: 08 unidades;

Ar-condicionado tipo Split de 18.000 BTU's: 14 unidades;

Ar-condicionado tipo Split de 24.000 BTU's: 01 unidade;

Ar-condicionado tipo Split de 30.000 BTU's: 03 unidades;

Ar-condicionado tipo Split de 36.000 BTU's: 05 unidades;

Ar-condicionado tipo Split de 60.000 BTU's: 01 unidade;

Ar-condicionado de janela de 18.000 BTU's: 01 unidade;

Ar-condicionado de janela de 21.000 BTU's: 03 unidades.

Sistema VRF SET-FREE R410A, tipo Multi Split, marca HITACHI: 06 unidades condensadoras, sendo 2 do modelo RAS18FSN5B de 18HP, 2 do modelo RAS20FSN5B de 20HP, 1 do modelo RAS16FSN5B de 16HP, e 1 modelo RAS32FSN5B de 32HP; e 73 unidades evaporadoras.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GAB/PFN/BA	Luciano Roberto Bandeira Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) é um documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBMBA, utilizado para comprovar a estabilidade e segurança de um local. É obtido após aprovação do Projeto de Prevenção de Proteção e Segurança Contra Incêndio (PPSCI) por parte do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

Diante da necessidade de aprovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), é necessária a contratação imediata de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar a reforma das instalações e adequações conforme Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP) aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Bahia, e todas as benfeitorias exigidas pelo CBMBA.

As empresas licitantes deverão realizar vistoria, obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

O contrato celebrado com a adjudicatária terá vigência inicial de 12 meses, e obedecerá o modelo constante do edital.

Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidos as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8.666/1993, e estejam devidamente formalizados.

No interesse da Administração, e demonstrada sua vantajosidade, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme preceitua o art. 57, II, da Lei 8666/93.

A licitação será na modalidade pregão eletrônico e o critério de julgamento das propostas será o de menor preço global dos serviços.

O CONTRATADO realizará, as suas expensas, todos os testes e provas exigidas por Normas Técnicas e pelo CBMMA para a boa execução do objeto do contrato (Art. 75 da Lei 8.666/93) com vista a aprovação dos serviços pelos Bombeiros e consequente emissão do Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros.

O CONTRATADO é responsável pela solicitação da vistoria e acompanhamento do processo de aprovação e correção das pendências apontadas pelos Bombeiros até a emissão do Certificado de Aprovação dos serviços executados pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia.

A empresa a ser contratada deverá ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR), e possuir em seu quadro de pessoal Engenheiro Civil, Arquiteto, Engenheiro Mecânico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, devidamente registrado e atuante como responsável técnico. A comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da empresa poderá ser feita na licitação mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

1. sócio: contrato social e sua última alteração;
2. diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
3. empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
4. responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA – Conselho Regional de Engenharia ou CAU/BR
5. profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

Deverá ser exigido no momento da licitação a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo

CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, que comprovem a capacidade técnica em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão profissional da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

Deverá ser exigido no momento da licitação a apresentação de um ou mais atestados que comprovem a capacidade técnica-operacional da licitante (pessoa jurídica), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou reforma de sistema de prevenção e combate a incêndio em edificação pública ou privada, que contemple os seguintes sistemas:

Sistema de detecção e alarme;

Sistema de hidrantes;

Sistema de proteção contra Descargas atmosféricas - SPDA

A CONTRATADA deverá registrar, no prazo máximo de 7 (sete) dias da assinatura do contrato, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU competente, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT, pelos serviços em nome do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) em sua habilitação técnica. O prazo de execução dos serviços será o previsto no cronograma físico financeiro.

O início da execução dos trabalhos será definida mediante a emissão de Ordem de Serviço pela autoridade competente. A contagem do prazo de execução se dará a partir da emissão da Ordem de Serviço.

No valor dos preços unitários de cada serviço deverá estar incluída todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos necessários à execução dos serviços, assim como mão de obra, tributos, encargos trabalhistas, quaisquer outros que venham a ser necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Juntamente com a proposta de Preços a licitante deverá enviar: Planilhas de Orçamento Sintético, Orçamento Analítico, Cronograma Físico-Financeiro, Curva ABC de Serviços, Composição de BDI e Encargos Sociais, especificando os valores compatíveis com o mercado, referentes a todos os custos previstos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

O contrato tem a vigência contratual de 01 ano, sendo prorrogável, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme cronograma estabelecido.

Definição e Justificativas da natureza do serviço:

Trata-se de contratação de serviço comum de engenharia, serviço este por escopo que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, e com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais no mercado, portanto o objeto é comum nos termos do parágrafo, do art. 1º da Lei 10.520, de 2002 e possui natureza não continuada.

Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada:

- Serão observados os critérios de sustentabilidade de acordo com o Decreto 7.746/12, Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.
- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2.
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- Nos termos da Instrução Normativa STLI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental;
- Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano).
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

5. Levantamento de Mercado

Para definição do valor de referência foi realizada a consulta de preços com diversos fornecedores conforme Quadro Comparativo documento SEI nº 28939397, ficando os valores de 04 fornecedores que responderam a pesquisa assim definidos:

P e E ENGENHARIA E SERVIÇOS CNPJ: 17.740.763/0001-71 no valor de R\$ 228.416,16 (duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e dezesseis centavos)

ELETRODATA ENGENHARIA CNPJ: 16.099.194/0001-64 no valor de R\$ 444.860,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta reais)

STYLLUS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA CNPJ: 20.129.890/0001-43 no valor de R\$ 436.166,97 (quatrocentos e trinta e seis mil cento e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos)

DA HORA ENGENHARIA CNPJ: 44.746.035/0001-40 no valor de R\$ 339.660,12 (trezentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta reais e doze centavos).

De acordo com a média Aritmetica das cotações, o valor estimado da contratação é da ordem de **R\$ 362.275,81 (trezentos e sessenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)**

A solução escolhida justifica-se pois, a a contratação de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar reforma de instalações e adequações nas dependências da PFN/BA, conforme Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP) aprovado pelo Corpo de Bombeiros da Bahia mostrou-se a solução mais adequada as necessidades da SRA/BA no que tange a prestação dos serviços objeto deste processo de contratação.

Foi realizada pesquisa junto ao Pannel de Preços Sei nº 28967889 em conformidade com a Instrução Normativa nº nº 73/ de 05 de Agosto de 2020, Art. 5º, Inc. I, o que demonstra que os valores médios praticados neste certame para esta contratação encontram-se compatíveis com contratações semelhantes do governo federal.

6. Descrição da solução como um todo

O presente documento tem por objetivo realizar o planejamento para a contratação de empresa especializada em serviço de engenharia, com fins de executar obra de readequação do sistema de prevenção e combate a incêndio do imóvel da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia - PFN/BA - Rua Araújo Pinho. Canela - Salvador/Ba. CEP: 40.110.150

A contratação do serviço aqui tratado deverá ser realizado em conformidade com as justificativas, especificações técnicas, condições de garantia e de execução dos serviços estabelecidos no corpo deste planejamento, bem como nos projetos e especificações.

O serviço será prestado na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, com a utilização de mão de obra terceirizada, pelo motivo de indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro de servidores da PFN/BA para execução de diversos serviços e várias especialidades que comporá o objeto da futura licitação, bem como a falta de equipamentos e ferramental para a execução desse serviços.

As características dos serviços, fornecimento e instalações de materiais e testes necessários para a execução do objeto encontram-se no Memorial Descritivo, Plantas, Planilhas e Registro Fotograficos.

VISITA TÉCNICA NO LOCAL.

- As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

- O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste,alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

A CONTRATADA terá acesso as plantas do projeto, e antes de enviar sua proposta orçamentária, deverá realizar visita técnica, previamente agendada, para avaliação do empreendimento e suas instalações já existentes, de forma a compor sua melhor proposta contemplando todos os itens necessários atentando-se as conformidades com o MEMORIAL DESCRITIVO.

Os interessados devem comparecer ao endereço da obra, para visita técnica de inspeção, avaliação e conhecimento das áreas local onde os serviços serão executados, poderá agendar com antecedência

As indicações acaso sucintas neste projeto e nas especificações ora fornecidas não poderão constituir pretexto para o contratado alegar redução de desempenho e/ou modificações de escopo. Considerar-se-á o contratado como especialista nos serviços e instalações e, por conseguinte, deverá ter computado e considerado, também, as complementações, providências técnicas e acessórios desobrigados de detalhamento no projeto, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações indicadas.

A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa especializada em obra e serviços de engenharia, para realizar reforma de instalações e adequações nas dependências da PFN/BA, conforme Projeto de Prevenção e Segurança Contra Incêndio e Pânico (PPSCIP)- para que a PFN/BA possa obter o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) emitido pelo CBMBA.

Para que a contratação produza os efeitos pretendidos pela administração, serão necessárias as seguintes realizações:

- Fornecimento e Instalação das bombas de alimentação dos hidrantes;
- Instalação das placas de sinalização e rota de fuga;
- Instalação das luminárias de emergência;
- Substituição dos detectores, acionadores e central de alarme;
- Instalação do hidrante e recalque;
- Substituição das mangueiras de incêndio;
- Substituição dos extintores de Incêndio;
- Demarcação de sinalização de piso;
- Remoção e substituição das portas corta fogo;
- Teste hidráulico do sistema de hidrantes;
- Solicitação da vistoria para liberação do AVCB;
- Emissão de relatório fotográfico antes e depois;
- Emissão de ART;

GESTÃO DE SERVIÇO –TAXAS ADMINISTRATIVAS E CUSTOS IMPREVISÍVEIS TRIBUTAÇÃO-ENCARGOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA (FUNCIONÁRIOS):

- ENCANADOR CALDEREIRO,
- ENCANADOR,
- TÉCNICO AUTOMAÇÃO,
- ELETRICISTA,
- ALMOXARIFE /AJUDANTE/ ENCARREGADO DE OBRA,
- ENGENHEIRO CIVIL,
- ENGENHEIRO ELETRICISTA,
- AJUDANTES,
- ENCARREGADO

Local da prestação dos serviços:

Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia - PFN/BA - Rua Araújo Pinho. Canela - Salvador/Ba. CEP: 40.110.150

Todas as unidades de medidas e dimensões apresentadas servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA em proceder todas as medições necessárias para a realização dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

O fornecimento de materiais e a execução dos serviços serão de acordo com as demandas dos órgãos e deverá seguir, obrigatoriamente, as especificações dos materiais constantes no Termo de Referência.

Os serviços a serem executados obedecerão rigorosamente às normas e códigos vigentes e aplicáveis aos serviços em pauta, sendo que as especificações da ABNT (principalmente a NBR 9050:2015) serão consideradas como elemento base para definição.

Também serão observadas, no que couber, as seguintes Recomendações, Normas, Decretos e Leis:

- A Norma ABNT: NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção);
- Memorial Descritivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico - Lei nº 6626/091
- As Prescrições e recomendações do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBMB
- As Normas internacionais consagradas, na falta das Normas da ABNT;
- Recomendações do “Manual de Obras Públicas –Edificações –Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Manual de Metodologias e Conceitos e Cadernos Técnicos de cada serviço divulgado amplamente pela Caixa Econômica Federal, através do sistema SINAPI;

Os serviços serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, porém, a critério do órgão, a execução pode ser deslocada para outros horários (noturno ou dias não úteis), caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos do órgão, o que não implicará em qualquer custo adicional para o órgão.

A Contratada deverá respeitar os horários definidos em reunião inicial com a Contratante para a execução dos serviços

A CONTRATADA deverá manter as áreas de serviço devidamente limpas e em ordem durante o andamento dos serviços. No prédio, as sobras de materiais inúteis deverão ser adequadamente acondicionadas (caixas, sacos, outros), e semanalmente, deverão ser removidas para áreas externas ao prédio, em locais permitidos pela legislação municipal (bota-fora, caçambas, outros), não sendo admitido qualquer tipo de armazenamento fora das frentes de serviço.

Uma vez finalizados os serviços, a CONTRATADA removerá as sobras de materiais inúteis para locais permitidos pela legislação municipal (bota-fora, caçambas, outros), e procederá à remoção de todo o equipamento que lhe pertencer e deixará o local completamente limpo e desimpedido de elementos que foram usados na execução dos serviços.

Todo entulho deverá ser removido semanalmente para áreas externas ao prédio, em locais permitidos pela legislação municipal (bota-fora, caçambas, outros), não sendo admitido qualquer tipo de armazenamento de entulho fora das frentes de serviço.

No prédio, o entulho deverá ser adequadamente acondicionado (caixas, sacos, outros).

Será de responsabilidade da CONTRATADA, o transporte dos materiais utilizados.

Será de responsabilidade da CONTRATADA, qualquer dano causado no patrimônio do órgão gerenciador e dos órgãos participantes.

Todos os remanejamentos que se fizerem necessários, ficarão por conta da CONTRATADA, transporte de materiais usados e limpeza da área em geral

Todas as unidades de medidas e dimensões apresentadas neste termo de referência servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA em proceder todas as medições necessárias para a realização dos serviços.

No valor proposto deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, bem como as demais despesas indispensáveis à realização dos serviços.

Dos prazos para execução do serviço:

O prazo para execução dos serviços, incluindo fornecimento e instalação de todos os materiais, será de 365 (Trezentos e Sessenta e cinco) dias corridos, a partir da Assinatura do Contrato.

Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidos as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8.666/1993, e estejam devidamente formalizados.

Garantia dos serviços e dos materiais:

O licitante deverá ofertar as seguintes condições de garantia:

- Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, manutenção dos materiais, transporte, mão de obra, passagens, traslados e estadias para técnicos e montadores, quando necessário, correrão por conta da Contratada, não cabendo ao Contratante quaisquer ônus.

Transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Não será necessária a transição contratual.

Recebimento:

Para o aceite provisório, a fiscalização do contrato deverá verificar se todos os itens descritos na planilha orçamentária e cronograma foram instalados e se estão de acordo com as especificações técnicas aprovadas.

No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, encaminhá-lo ao gestor do contrato.

No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.

Critérios de qualificação técnica:

Os critérios da qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- **Qualificação técnica do fornecedor:**
- Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia –CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo –CAU.
- Deverá (ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnico profissional, ou da(s) certidão (ões) expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e pessoa jurídica e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável (is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Fica esclarecido que o valor apresentado no Preço Global de Referência é meramente referencial e têm a única finalidade de subsidiar as licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso da PFN/BA de atendimento de tais valores no período de contratação;

Os preços estimados servirão como parâmetro para julgamento pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio dos lances apresentados pelos licitantes e consequentemente para adjudicação da proposta vencedora.

Sumariamente, a empresa contratada deve fornecer / instalar os itens listados para cada sistema existente:

- Instalação das bombas de alimentação dos hidrantes;
- Instalação das placas de sinalização e rota de fuga;
- Instalação das luminárias de emergência;
- Substituição dos detectores, acionadores e central de alarme;
- Instalação do hidrante e recalque;
- Substituição das mangueiras de incêndio;
- Substituição dos extintores de Incêndio;
- Demarcação de sinalização de piso;
- Remoção e substituição das portas corta fogo;
- Teste hidráulico do sistema de hidrantes;
- Solicitação da vistoria para liberação do AVCB;
- Emissão de relatório fotográfico antes e depois;
- Emissão de ART;

A Estimativa dos materiais que serão utilizados se encontra na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	Unid Medida	Quantidade
DETECÇÃO E ALARMES		
Central de alarme de incendio com sistema de 04 laços para até 396 dispositivos, marca JFL, modelo Vulcano - 400 ou similar	Un	1
Detector de fumaça óptico endereçável, modelo VRE-F, marca VERIN ou similar	Un	152
Detector de temperatura termovelocimétrico endereçável, modelo VRE-T, marca VERIN ou similar	Un	5
Acionador manual (botoeira) "aperte aqui", p/instal. incendio - endereçável	Un	19
Sirene áudiovisual endereçavel, 120db, para alarme de incêndio	Un	19
Cabo blindado para alarme e detecção de incêncio 3 x 1,5mm2	Un	150
SINALIZAÇÃO		
Placa de sinalizacao, fotoluminescente, 30x30 cm, em pvc , com logotipo "Abrigo de mangueira e hidrante"- Placa E7	Un	16
Placa de sinalizacao, fotoluminescente, em pvc , com logotipo "Cuidado risco de choque elétrico"- Placa E5	Un	45
Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *12 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (simbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	Un	2
EXTINTOR E ACESSORIOS		
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	Un	2
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	Un	8
EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P	Un	4
Extintor de pó químico ABC, capacidade 6 kg, alcance médio do jato 5m , tempo de descarga 12s, NBR9443, 9444, 10721	Un	30
EXTINTOR CARRETA PO QUIMICO SECO 50 KG BC	Un	1
SUORTE DE PISO PARA EXTINTOR DE INCENDIO	Un	44
PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMAOS	M²	45
SUBSTITUIÇÃO DE PORTAS CORTA FOGO		
Fornecimento e instalação de porta corta-fogo para saída de emergência Dim.:100x210x5cm, conforme ABNT NBR 11742P, classe P-90, incl. marco, 3 pares de dobradiças c/mola, barra anti-panico, pintura esmalte sintetico cor vermelha	Un	8
PORTA CORTA FOGO ACO 1 FL.0,90x2,10m-BARRA PANICO/PINT.OLEO	Un	7
	Un	
ADEQUAÇÃO DE PORTAS CORTA FOGO		
DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	4,9
EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 35 MM. AF_08/2022	M²	0,9
REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO AF_12/2017	M²	25
REMOÇÃO DE ACESSORIOS		
REMOÇÃO DE ACIONADOR MANUAL SEM REAPROVEITAMENTO	Un	19
REMOÇÃO DE SIRENE SEM REAPROVEITAMENTO	Un	19
REMOÇÃO DE CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME SEM REAPROVEITAMENTO	Un	1
REMOÇÃO DE DETECTOR SEM REAPROVEITAMENTO	Un	155

ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		
LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	Un	46
SINALIZAÇÃO-LUMINARIA SAIDA DE EMERGÊNCIA LED DUPLA FACE	Un	65
REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	Un	109
HIDRANTE DE RECALQUE		
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	500
Hidrante de recalque incluindo caixa em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0,40 x 0,60 x 0,35m, com tampa em ferro fundido 0,40 x 0,60 e fundo com brita	Un	1
TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	24
TÊ, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	1
DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	1,2
RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO SEXTAVADO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS SEXTAVADO, PARA O FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	M²	3,2
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOMBAS PARA HIDRANTES		
Conjunto moto-bomba Schneider, motor 5 cv, trifásico, centrífuga, sucção 2 1/2", recalque 2 1/2" (ou similar)	Un	2
REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Un	7
VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 3" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	Un	3
JUNTA DE EXPANSÃO GENEBRE EPDM FLANGEADA 150LBS 2 1/2"	Un	4
Fornecimento e instalação de pressostato 0 a 10 kgf/cm²	Un	2
Manômetro 0 a 10 Kgf/cm², d=100mm, conexão 1/2" BSP - fornecimento e instalação	Un	2
NIPLE, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 80 (3"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA SPRINKLER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	12
JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 80 (3"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	12
LUVA, EM FERRO GALVANIZADO, DN 80 (3"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	6
Tanque de pressão capacidade 20 lt (p/incendio)	Un	1
TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 80 (3"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	12
TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	6
Quadro de comando para 3 bombas de incêndio, sendo de 2 de até 10 cv e 01 bomba Jockey 3cv, trifásica, 220 volts com chave seletora, acionamento manual / automático, quadro 1,50x1,00x0,30m, barramento de cobre, (ver desc complementar) - Fornecimento	Un	1

BASE CONCRETO PARA APOIO DE BOMBAS H=10cm	M²	1,5
CHAVE CONEXAO INCENDIO LATAO STOC 1.1/2"x2.1/2"	Un	8
CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	100
PESSOAL E DOCUMENTOS		
LUVA DE REDUÇÃO, EM FERRO GALVANIZADO, 3" X 2 1/2", CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	4
KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM AÇO GALVANIZADO DN 32 (1 ¼") – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_11/2016	Un	1
CONJUNTO DE MANGUEIRA PARA COMBATE A INCÊNDIO EM FIBRA DE POLIESTER PURA, COM 1.1/2", REVESTIDA INTERNAMENTE, COMPRIMENTO DE 15M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	Un	16
Fornecimento e instalação de adaptador storz para engate rápido 2 1/2" x 2 1/2" com tampão e corrente (incêndio)	Un	8
Esguicho jato regulavel de 1 1/2", para combate a incendio - Rev. 01	Un	8
ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Mês	1,5
ARTS	Un	1
Mão de obra de engenheiro médio	h	60

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 362.275,81

Para a consecução deste objeto, um dos pré-requisitos é a pesquisa de preços nos parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 73/ de 05 de Agosto de 2020, a qual trata deste tema.

O Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I- Paineis de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório - Desta forma, em 10.09.2020, foi realizada a pesquisa no **Painel de Preços Sei nº 28967889**

II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1(um)ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III -Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso.

IV- Pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório -Realizada pela SRA/BA, que encaminhou diversas solicitações de orçamentos, obtendo êxito em 04 (três) solicitações.

Metodologia da estimativa de preços adotada: Obtida através da média Aritmética dos preços obtidos.

Acredita-se que a pesquisa reflete o preço de mercado e atende as determinações da IN nº 73/2020 e decreto nº 7.983/2013.

Após a elaboração do Mapa de Preços, chegou-se ao seguinte valor:

VALOR ESTIMADO R\$ 362.275,81 (trezentos e sessenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)

Foram realizadas pesquisas no Painel de Preços somente para demonstrar que o valor da contratação está de acordo com os valores do mercado.

Na composição das Planilhas de Custos e Formação de Preços, solicita-se que os licitantes demonstrem quais fórmulas foram utilizadas para cada valor/percentual apresentado, quando estes forem diferentes dos percentuais constantes das prescrições legais.

Apresentar os preços de forma completa, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os materiais básicos de consumo, equipamentos, uniformes, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.

Os preços contratados, serão aqueles resultantes da aplicação da taxa de desconto ofertada (D) sobre os preços medianos das tabelas SINAPI/BA /ORSE (Ps) previamente acrescidos das respectivas taxas de BDI estimadas pela SRA/BA (BDI), conforme fórmula a seguir:

$$P_{ci} = P_{si} (1 + BDI/100) \times (1 - D/100)$$

Onde:

P_{ci} – Preço contratado para o serviço ou insumo “i” especificado na Tabela SINAPI/BA/ORSE, em reais (R\$);

P_{si} - Preço mediano para o serviço ou insumo “i”, da Tabela SINAPI/BA/ORSE, em reais (R\$);

BDI – Taxa de Bonificações e Despesas Indiretas, estimada pela SRA/BA, conforme Quadro I, em percentual (%);

D – Desconto ofertado no pregão pela CONTRATADA, em percentual (%).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A eventual divisão do procedimento licitatório para cada tipo de área, ou ainda, a divisão entre o fornecimento dos serviços (mão de obra) e materiais causaria uma inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda da economia de escala.

Esclarecemos, ainda, que os materiais incluídos nesta contratação estão intrinsecamente relacionados com a execução dos serviços objeto da pretensa contratação. Na hipótese da retirada dos materiais, não haveria como avaliar o desempenho da empresa contratada, porquanto o resultado das suas atividades dependeria em grande parte da Administração, a quem caberia fornecer regularmente os insumos indispensáveis à prestação dos serviços. Considerando que a Administração Pública não possui a mesma flexibilidade e presteza que a iniciativa privada, na contratação imediata de materiais e serviços, em face das exigências legais a que está submetida, a prestação dos serviços ficaria prejudicada sempre que houvesse a falta de alguns destes itens.

Além disto, a divisão da contratação por tipo de área afetaria o ganho de escala e tornaria a fiscalização mais onerosa para a Contratante, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face do reduzido quadro de servidores.

Afora os aspectos técnicos, fica sopesada a dificuldade na execução da contratação de forma parcelada. Não raro encontramos exemplos de contratações de soluções únicas, contratadas separadamente, que acabam redundadas no fracasso, posto que possíveis falhas em qualquer dos itens ensejam dificuldades intransponíveis para correções ou apuração de responsabilidade.

Estes fundamentos convergem para reforçar a conclusão de que a divisão do objeto em parcelas não se comprova técnica e economicamente viável.

Assim, pelos motivos expostos, entendemos que a prestação dos serviços de engenharia em um único contrato, com a inclusão de todos os materiais e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, é a que melhor atende aos interesses da Administração e também a que se apresenta mais vantajosa

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata e/ou interdependente com a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação não tem alinhamento ao Plano Anual de Contratação - PAC.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Implantar um sistema de combate e prevenção a incêndio no imóvel da PFN/BA que proporcione segurança a todos os usuários (servidores, terceirizados, público em geral), as mercadorias apreendidas e ao patrimônio público em caso de uma ocorrência de incêndio.

13. Providências a serem Adotadas

- Para o serviço objeto do certame, há necessidade de um planejamento prévio, juntamente com a administração do imóvel, para que as áreas liberadas para a execução dos serviços não interfiram no funcionamento do órgão.
- Deverá ser apresentada pela contratada a metodologia de execução a ser aprovada pela fiscalização, antes do início dos trabalhos.
- Deverão ser realizadas reuniões esclarecedoras com representantes da contratada e servidores a serem designados para fiscalizar a execução dos serviços, tratando com clareza dos procedimentos a serem adotados em cada fase da contratação, conforme cronograma físico apresentado pela contratada e aprovado pela Administração.
- Será necessária a atenção redobrada na guarda dos bens e mercadorias armazenadas, haja vista o aumento do fluxo de entrada e saída de pessoas durante o período da obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais da contratação são:

- Os resíduos sólidos originários da obra.
- Emissão de ruídos

Para diminuir os riscos ambientais, a empresa contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- Gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
 - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

- A contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

A empresa contratada também deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

Ressalte-se que na contratação pretendida, a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios, reaproveitamento do que for possível, menor poluição e demais ações de utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

A solução escolhida atende plenamente os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades, por meio de melhorias no modelo de execução e gestão.

Os requisitos técnicos estabelecidos nestes Estudos Preliminares estão de acordo com a necessidade da PFN/BA e incluem ferramentas de controle adequadas à gestão e fiscalização apropriada do objeto.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 4º do Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação configura-se técnica, ambiental, financeira e economicamente VIÁVEL.

16. Responsáveis

DANIELE MOREIRA DE ANDRADE SANTOS

Administradora

Matrícula Siape nº 1173510

ALMIR DE JESUS LOPES

Equipe de Planejamento



ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
(SERVIÇO DE ENGENHARIA)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A
EMPRESA**

A União/Autarquia xxx/Fundação xxxx, por intermédio do..... (órgão ou entidade pública contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

OU

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, em razão de o objeto estar contemplado na meta XXXX, do Programa XXXXX, do Plano Plurianual YYYY, conforme art. 57, I da Lei de Licitações.

2.2. A execução dos serviços será iniciada _____ (indicar a data ou evento para o início dos serviços), cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

2.2.1. O prazo de execução deste contrato é de, contados a partir do marco supra referido.

2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20..., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

14.5. A assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Salvador/BA, xx de agosto de 2023.

Documento assinado eletronicamente
Responsável legal da CONTRATANTE

Documento assinado eletronicamente
Responsável legal da CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente
NOME DA TESTEMUNHA

Documento assinado eletronicamente
NOME DA TESTEMUNHA

Referência: Processo nº 11046.101334/2022-11.

SEI nº 37642003

ANEXO III
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Ref.: Pregão N. XX/2023

Na forma estabelecida no Edital da licitação em referência, declaramos que a empresa , representada pelo Sr(s). , compareceu à vistoria de que trata o referido item, oportunidade em que o(s) representante(s) exibiu(ram) documento comprobatório de estar (em) credenciado(s) pela empresa interessada.

Salvador (BA), _ de _____ de 2023.

(carimbo e assinatura do servidor da Procuradoria da Fazenda Nacional na
Bahia e da I que acompanhou a vistoria)

Comprometo-me a manter sigilo sobre todas as informações a que tive acesso em decorrência da vistoria realizada, abrangendo operações, documentação, comunicações, detalhes construtivos, equipamentos, materiais e quaisquer outros.

Salvador (BA), _ de _____ de 2023.

Representante credenciado da Licitante
CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ (dispensado em caso de papel
timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

PLANILHA QUANTITATIVA E DE PREÇOS

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DA BAHIA

SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	REFERÊNCIA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	CENTRAL DE ALARME ENDEREÇÁVEL ILUMAC COM BATERIA	1	UND		R\$ -
2	ACIONADOR MANUAL ENDEREÇÁVEL	20	UND		R\$ -
3	SIRENE AUDIOVISUAL CONVENCIONAL	20	UND		R\$ -
4	DETECTOR DE TEMPERATURA PONTUAL ENDEREÇÁVEL	7	UND		R\$ -
5	DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL ENDEREÇÁVEL	153	UND		R\$ -
6	TUBO GALVANIZADO LEVE OU PVC VERMELHO - 3/4"	1150	METRO		R\$ -
7	CABO BLINDADO 2x1,5mm	2200	METRO		R\$ -
8	BOTOEIRA DE ACIONAMENTO DA BOMBA	1	UND		R\$ -
9	Conduletes/Abraçadeiras/Parafusos/Buchas/Adaptadores/ Curvas/Luvas/Tirantes/Tampas.	1	UND		R\$ -
VALOR TOTAL DE TODO MATERIAL					R\$ -

SISTEMA DE COMBATE - HIDRANTES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	REFERÊNCIA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	CAIXA METÁLICA PARA HIDRANTES SIMPLES 90X60X17	8	UND		R\$ -
2	TUBO GALVANIZADO 3.35MM 3"	6	METRO		R\$ -
3	TUBO GALVANIZADO 3.35MM 2.1/2"	72	METRO		R\$ -
4	TUBO GALVANIZADO 3MM 1"	6	METRO		R\$ -
5	ACOPLAMENTO RANHURADO DE 3"	10	UND		R\$ -
6	ACOPLAMENTO RANHURADO DE 2.1/2"	48	UND		R\$ -
7	CONEXÕES DE 3"	5	UND		R\$ -
8	CONEXÕES DE 2.1/2"	22	UND		R\$ -
9	VÁLVULAS ANGULAR 2.1/2" PARA HIDRANTE	9	UND		R\$ -
10	ADAPTADOR PARA HIDRANTE EM LATÃO 2.1/2 X 1.1/2"	8	UND		R\$ -
11	TAMPÃO PARA HIDRANTE EM LATÃO 1.1/2"	8	UND		R\$ -
12	ADAPTADOR PARA HIDRANTE EM LATÃO 2.1/2"	1	UND		R\$ -
13	TAMPÃO PARA HIDRANTE EM LATÃO 2.1/2"	1	UND		R\$ -
14	ESGUICHO REGULÁVEL EM LATÃO 1.1/2"	8	UND		R\$ -
15	CHAVE STORZ DUPLA	16	UND		R\$ -
16	MANGUEIRA STORZ PARA HIDRANTE DE 1.1/2" TIPO 2	16	UND		R\$ -
17	MOTOBOMBA ELÉTRICA DE INCÊNDIO 200LPM / 16 MCA	1	UND		R\$ -
18	MOTOBOMBA DIESEL DE INCÊNDIO 200LPM / 16 MCA	1	UND		R\$ -
19	BOMBA PARA MOTOR A DIESEL DE INCÊNDIO	1	UND		R\$ -
20	BATERIA PARA MOTOR DIESEL DE INCÊNDIO	1	UND		R\$ -
21	QUADRO DE COMANDO DAS BOMBAS	1	UND		R\$ -
22	CAVALETE DE TESTE E COMANDO DAS BOMBAS	1	VERBA		R\$ -
23	VALVULAS DE FECHAMENTO DA REDE 3"	3	UND		R\$ -
24	VALVULAS DE FECHAMENTO DA REDE 2.1/2"	2	UND		R\$ -
25	VÁLVULAS DE RETENÇÃO 2.1/2"	3	UND		R\$ -
26	SUPORTES PARA APOIO DOS TUBOS EXTERNOS	20	UND		R\$ -
27	PARABOLTZ DE FIXAÇÃO	50	UND		R\$ -
28	FUNDO REPARADOR PARA TUBOS	2	GALÃO		R\$ -
29	ESMALTE SINTÉTICO VERMELHO	2	GALÃO		R\$ -
30	CONSTRUÇÃO DO RECALQUE DE BOMBEIRO	1	VERBA		R\$ -
31	FLANGE DE INTERLIGAÇÃO DOS TANQUES 3"	2	UND		R\$ -
32	JUNTA DE EXPANSÃO MOTOR DIESEL 2.1/2"	1	UND		R\$ -
VALOR TOTAL DE TODO MATERIAL					R\$ -

SISTEMA DE SINALIZAÇÃO - EXTINTORES / BOTOEIRAS / ROTA DE FUGA / PISO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	REFERÊNCIA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM GERAL	198	UND		R\$ -
2	DEMARCAÇÃO DE PISO	29	UND		R\$ -
VALOR TOTAL DE TODO MATERIAL					R\$ -

SISTEMA DE COMBATE - EXTINTORES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	REFERÊNCIA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	EXTINTOR ABC 6KG	25	UND		R\$ -
2	EXTINTOR CO2 6 KG	8	UND		R\$ -
3	EXTINTOR PÓ BC 6 KG	6	UND		R\$ -
4	EXTINTOR SOBRE RODAS CO2 - 25 KG 80 BC	1	UND		R\$ -
VALOR TOTAL DE TODO MATERIAL					R\$ -

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	REFERÊNCIA	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	LUMINÁRIA DE ACLARAMENTO 30 LEDS	52	UND		R\$ -
2	LUMINÁRIA DE BALIZAMENTO	20	UND		R\$ -
3	TUBO GALVANIZADO LEVE OU PVC CINZA - 3/4"	550	MTS		R\$ -
4	Conduletes/Abraçadeiras/Parafusos/Buchas/Adaptadores/ Curvas/Luvas/Tirantes/Tomadas/Tampas.	1	VERBA		R\$ -
5	CABO SINGELO 2,5MM	1400	MTS		R\$ -
VALOR TOTAL DE TODO MATERIAL					R\$ -

RESUMO DA INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS

VALOR TOTAL DE TODO MATERIAL (FORNECIDO PELA CONTRATADA)					
--	--	--	--	--	--

VALOR DA MÃO DE OBRA (INCLUSO ALIMENTAÇÃO / TRANSPORTE / FRETE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS SE NECESSÁRIO)	
TRIBUTOS	
VALOR TOTAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO (DUZENTOS E SESENTA E DOIS MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS)	R\$ -



ANEXO V
MODELO DE RELATÓRIO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº:	Objeto:
Empresa:	Mês/ano:
Unidade:	Fiscal Técnico:

OCORRÊNCIA		
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> N/A
Especificar e justificar:		
Data:		

OCORRÊNCIA		
<input type="checkbox"/> SIM Quantas?	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> N/A
Especificar e justificar:		
Data:		

OCORRÊNCIA		
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> N/A
Especificar e justificar:		
Data:		

OCORRÊNCIA		
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> N/A
Especificar e justificar:		
Data:		

Salvador, __, _____ de 20xx

Responsável Técnico